

TVR
N.º 432, DE 2018
(Do Poder Executivo)
MSC 753/2018
AV 672/2018

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 759, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Borba, Estado do Amazonas.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 753

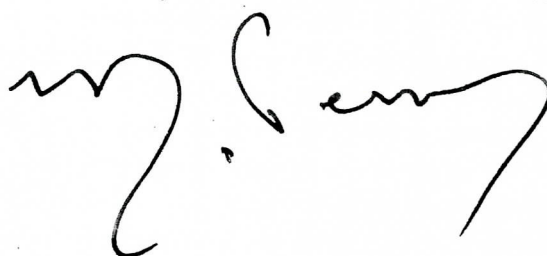
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.626, de 29 de junho de 2015 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba – ACOMT, no município de Tibaúba – PE;
- 2 - Portaria nº 2.820, de 30 de julho de 2015 – Fundação Educativa João Paulo II, no município de Pirassununga – SP;
- 3 - Portaria nº 2.826, de 30 de julho de 2015 – Associação Rádio Comunitária Harmonia FM, no município de Sapiranga – RS;
- 4 - Portaria nº 2.954, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Tancredo Neves, no município de Cajazeiras – PB;
- 5 - Portaria nº 2.958, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense, no município de Varginha – MG;
- 6 - Portaria nº 3.423, de 30 de julho de 2015 – Academia Cultural de Santa Helena – ACULT, no município de Santa Helena – PR;
- 7 - Portaria nº 3.590, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta, no município de Campanha – MG;
- 8 - Portaria nº 3.609, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária da Comunicação de Nova Granada, no município de Nova Granada – SP;
- 9 - Portaria nº 3.619, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu, no município de Bataguassu – MS;
- 10 - Portaria nº 3.640, de 19 de agosto de 2015 – Associação das Mulheres Espinosenses, no município de Espinosa – MG;
- 11 - Portaria nº 4.628, de 1 de dezembro de 2015 – Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão, no município de Cristais – MG;
- 12 - Portaria nº 4.911, de 3 de novembro de 2015 – Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio, no município de Afrânio – PE;
- 13 - Portaria nº 6.214, de 1 de dezembro de 2015 – Associação Lábrea Solidária, no município de Lábrea – AM;
- 14 - Portaria nº 6.223, de 1 de dezembro de 2015 – Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Csizmásia, no município de Ibicuí – BA;

- 15 - Portaria nº 86, de 1 de fevereiro de 2016 – Associação Comunitária do Bairro São José, no município de Carpina – PE;
- 16 - Portaria nº 93, de 1 de fevereiro de 2016 – Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM, no município de Bom Conselho – PE;
- 17 - Portaria nº 142, de 1 de fevereiro de 2016 – Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo, no município de Itaperuna – RJ;
- 18 - Portaria nº 535, de 9 de maio de 2016 – Associação Rádio Comunitária Damata FM, no município de São Lourenço da Mata – PE;
- 19 - Portaria nº 732, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Agrícolas do Médio – Nordeste Goiano (ACOPPAMNGO), no município de Alvorada do Norte – GO;
- 20 - Portaria nº 759, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, no município de Borba – AM;
- 21 - Portaria nº 1.011, de 9 de maio de 2016 – Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso, no município de Elesbão Veloso – PI;
- 22 - Portaria nº 1.168, de 9 de maio de 2016 – Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha, no município de Cunha – SP;
- 23 - Portaria nº 1.170, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão, no município de Ribeirão – PE; e
- 24 - Portaria nº 5.223, de 28 de setembro de 2017 – Associação Comunitária Sideral de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Cultural, Artístico e Esportivo, no município de Buerarema – BA.

Brasília, 20 de dezembro de 2018.

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and strokes, positioned below the date.

PORT 759/16



EM nº 00327/2017 MCTIC

Brasília, 20 de Julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056615/2011-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Borba/AM.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

PORTARIA Nº 759/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056615/2011-18 e nº 53630.000221/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Borba/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0990266** e o código CRC **477A2045**.

PRIMEIRA SECRETARIA
RECEBIDO Nesta Secretaria
Em 26/12/18 às 17:00 horas
Nome legível: *Eliseu Padilha* Ponto: 4.266

MSC 753/2018

TVR 413 e 436/18

Aviso nº 672 - C. Civil.

Em 20 de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado GIACOBINO
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.626, 2.820, 2.826, 2.954, 2.958, 3.423, 3.590, 3.609, 3.619, 3.640, 4.628, 4.911, 6.214 e 6.223, de 2015; 86, 93, 142, 535, 732, 759, 1.011, 1.168, 1.170, de 2016; e 5.223, de 2017.

Atenciosamente,

Eliseu Padilha
ELISEU PADILHA

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em 26/12/2018
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
Sandra Costa
Sandra Costa
Chefe de Gabinete

Anexo: 01 CD.

Secretaria-Geral da Mesa SFNO 26/Dez/2018 17:56

Origem: 67 sec.

Ass.: 5668

Ponto: 5668



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.056615/2011-18**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

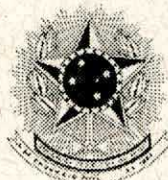
Em 17 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 17/07/2014, às 08:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0043759** e o código CRC **CB798E01**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

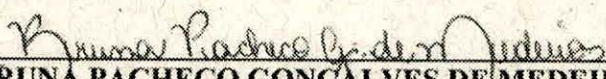
Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº: 53630.000221/98

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53630 000221/2011-18
11/11/2011
11/11/2011

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, na localidade de **Borba / AM**, tem validade até 05/12/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 08 de novembro de 2011.


BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros
Siapo n.º 1788955
Agente Administrativo

P-256 (21/10/2011)
D-194 (08/11/2011)

OR 583 858 / 0001-18



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6829 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 11 de novembro de 2011.

À Senhora

ANNE MARIA MARQUES LABORDA

Representante Legal do Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei
Avenida Amazonas, s/nº - Centro
69200-000 Borba - AM

Assunto: **Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/**
Processo nº. 53000.056615/2011-18.

Senhora Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI** tem validade até 05/12/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

Ministério das Comunicações
Assessoria de Comunicação Social
Assessoria de Planejamento e Gestão
Assessoria de Relações Institucionais
Assessoria de Serviços de Atividades Gerais
Assessoria de Tratamento de Recursos Humanos
Assessoria Especializada em Radiodifusão Comunitária

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

RZN
56635133

Ariz
do
Puzos
[Signature]

550 - M. das Comunicações
Fls. 04
E. M. das Comunicações

M. das Comunicações
R. da
04

M. das Comunicações
 04
 05 - setembro
 06 - outubro
 07 - novembro
 08 - dezembro
 09 - janeiro
 10 - fevereiro
 11 - março
 12 - abril
 13 - maio
 14 - junho
 15 - julho
 16 - agosto
 17 - setembro
 18 - outubro
 19 - novembro
 20 - dezembro
 21 - janeiro
 22 - fevereiro
 23 - março
 24 - abril
 25 - maio
 26 - junho
 27 - julho
 28 - agosto
 29 - setembro
 30 - outubro
 31 - novembro
 32 - dezembro

M. das Comunicações
 04
 05 - setembro
 06 - outubro
 07 - novembro
 08 - dezembro
 09 - janeiro
 10 - fevereiro
 11 - março
 12 - abril
 13 - maio
 14 - junho
 15 - julho
 16 - agosto
 17 - setembro
 18 - outubro
 19 - novembro
 20 - dezembro
 21 - janeiro
 22 - fevereiro
 23 - março
 24 - abril
 25 - maio
 26 - junho
 27 - julho
 28 - agosto
 29 - setembro
 30 - outubro
 31 - novembro
 32 - dezembro

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

SEAPASCE

Douglas de Almeida Carvalho
(representante legal da entidade)

Borba

Sedat



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177



Ofício nº 6829 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 11 de novembro de 2011.

À Senhora

ANNE MARIA MARQUES LABORDA

Representante Legal do Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei
Avenida Amazonas, s/nº - Centro
69200-000 Borba - AM

**Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/
Processo nº. 53000.056615/2011-18.**

Senhora Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI** tem validade até 05/12/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

☒ I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

☒ II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

☒ III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual;

☒ IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei – ACELCR
Rua “A” Conjunto Sham, s/nº - Cristo Rei
CNPJ: 02.533.858/0001-47
Cep: 692000-000 – Borba - Amazonas

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

- 1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
- 2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- 4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
- 5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
- 6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- 7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:
 - 7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
 - 7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
 - 7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;
- 8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
- 9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
- 10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
- 11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
- 12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
- 13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato. Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo

Cartório da Comarca de Borba
Borba - AM
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AUTENTICAÇÃO
Data de emissão: 12/01/2012 14:09:15
FUNETJ 0.24 FUNOPAM 0.12
20DB-7751-12C2-3312
Consulte o selo em www.selsam.com.br

12 JAN 2012
Em caso de divergência, a autoridade competente deverá decidir sobre a validade da documentação apresentada.

09
apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20,3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Dorval de Almeida Carvalho

Dorval de Almeida Carvalho

Endereço para correspondência : Rádio comunitária Santo Antonio 87.9,
Rua Marechal Floriano Peixoto, Centro 2º Piso Casa dos Romeiros cidade de
Borba, Estado do Amazonas, CEP: 69.200-000.
Telefone para contato: (092) – 3512-2003.
Correio eletrônico (e-mail) radiosantoantonio@hotmail.com

SELO E REGISTROS
COMARCA DE BORBA
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - Centro - Borba - AM
12 JAN 2012
in test

Cartório da Comarca de Borba	
Borba - AM	
Ivo Almeida Rodrigues	
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	
AK007867-83	
AUTENTICAÇÃO	
Valor ato: 3,18	Valor emolumentos: 2,42
Data/Hora da utilização: 12/01/2012 17:09:33	
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues	
FUNETJ: 0,24	FUNDPA: 0,12
F96B-5ADF-DCEA-C0D1	
Consulte o selo em: www.selocem.com.br	

Consulte o selo em www.seloam.com.br



ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações

12
12

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOC. COMUNIT. CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI - ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:36:04 do dia 11/01/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/02/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA E REGISTROS
SECRETARIA DA COMARCA DE BORBA
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
12 JAN 2012
Em teste

Cartório da Comarca de Borba
Borba - AM
Ivo Almeida Rodrigues
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
AK007858-91
AUTENTICAÇÃO
Valor ato: 3,18 Valor emolumentos: 2,42
Data/Hora da utilização: 12/01/2012 18:38:51
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues
FONE13: 0.24 FUNDPAM 0.12
F88E-C71E-7395-DEC1
Consultar em: www.jesb.org.br



Receita Federal



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.533.858/0001-47 TRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 25/05/1998			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACELCR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R A CONJUNTO SHAM		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 69.200-000	BAIRRO/DISTRITO CRISTO REI	MUNICÍPIO BORBA	UF AM
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 11/01/2012 às 15:33:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Cartório da Comarca de Borba Borba - AM Ivo Almeida Rodrigues SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS AK007857-93	
AUTENTICAÇÃO Valor ato 3,18 Valor emolumentos 2,42 Data/Hora da utilização: 12/01/2012 16:36:28 Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues FUNETJ:0.24 FUNCPAM 0.12 D2B2-F6E2-11F1-B886 Consulte o selo em www.seloam.com.br	

© Copyright Receita Federal do Brasil - 11/01/2012

AS COMARCAS DE BORBA

Cópia da Ata de Constituição, Fundação, Estatuto, Eleição e Posse da Diretoria da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (ACELCR). Realizada em Assembléia Geral no dia 28 de março de 1998, Borba - Amazonas.

Aos Vinte e oito de março de mil novecentos e noventa e oito, à Rua "A" S/N, Conjunto Sham, nesta cidade, reuniram-se em assembléia Geral de Constituição e Fundação os senhores Membros Fundadores da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei. Assumiu a presidência do trabalho por aclamação unânime a Sra. Anne Maria Marques Laborda, nacionalidade brasileira, Estado Civil solteira, Profissão professora, CIC N.º 320.070.862 - 04, RG N.º 0870134 - 2, residente à Rua Danilo Areosa, S/N, nesta cidade de Borba, (Am.), convidou a mim Sra. Grece Mara de Souza de Freitas, nacionalidade brasileira, Estado Civil: casada, Profissão professora, CIC N.º 224.341.423 - 53, RG N.º 0656972 - 2, residente e domiciliada à Rua Projetada, S/N, nesta cidade de Borba (Am.), para secretariar a sessão, o que aceitei. A pedido da Presidente, li a ordem do dia, para qual fora convocada esta Assembléia Geral e que tem o seguinte teor: a) Discussão e aprovação do projeto dos estatutos Sociais; b) Constituição e fundação definitiva da sociedade; c) Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal; d) Outros assuntos relacionados com a constituição e fundação da Associação. Iniciando-se os trabalhos; a Presidente me solicitou que procedesse à leitura dos Estatutos Sociais, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presidentes. Finda a leitura, a presidente submeteu-o, artigo à apreciação e discussão, em seguida a sua votação, votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações mantendo o teor seguinte: **ESTATUTO, DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO. Art. 1º.** A Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, (ACELCR), atuando desde mil novecentos e noventa e um, mas constituída com Estatuto e Diretoria própria no dia, vinte oito de março de mil novecentos e noventa e oito, tem sede e foro na cidade de Borba (Am.), é uma sociedade civil, filantrópica, assistencial e promocional, sem fins lucrativos criada para desenvolver ação social, especialmente com crianças e adolescentes carentes em união com as próprias famílias. **Art. 2º.** A ACELCR tem por objetivo e finalidades: Amparar crianças e adolescentes, pobres, marginalizados e carentes, dando-lhes carinho, alimentação, atividades educativas e recreativas, durante o período que não estão nas escolas do governo (ou município), dando-lhes assim um segundo LAR. - Conscientização e formação teórica e prática dos pais das crianças da ACELCR, através de mutirões e reuniões diárias e semanais. - Exploração e instalação de serviço de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral e da comunidade do município de Borba. - Trabalhos juntos com Órgãos Públicos e Instituições Particulares através de convênios e parcerias, apoiando na medida do possível outras associações comunitárias e cooperativas do município de Borba, visando melhorias econômicas e sociais rumo a ser legalizada como **FUNDAÇÃO** Nat. Q. n.º prazo. **Art. 3º D - A**

Valor ato 3,18 Valor emolpmento 4,00
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues
7EAD-E7CD-70DD-5402
Consulte o selo em www.seioam.com.br

TAB. LIAO

Terezinha de Jesus Oliveira Leal
Sub-Tabeli3

Certifico conforme estatui o art. 2º do

ao menos de dois terços
ões do Presidente da
statuto são conferidos a
alvimento de suas ativid
Valor at: 3,18 Valor emolumentos:
Emissão em 02 de 30
FUNETJ nº 03 FUNDRAM 012
BAA158BA-8084A
Consulte a safra em www.safra.com

Certifico conforme a Lei o Artigo 2.º do

16

aprovado pelo Conselho Fiscal, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações empréstimo e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal. IV - Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação. **Art. 15º.** - São atribuições do Vice-Presidente: I - Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos; II - Desempenhar as funções que o presidente lhe confiar. Parágrafo Único: Ocorrendo a vacância do cargo de presidente o vice-presidente assumirá o cargo de Presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído. **Art. 16º.** São atribuições do secretário: I - Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as competentes Atas. II - Publicar todas as atividades da Associação. III - Assinar correspondência da Associação. IV - Superintender os serviços da secretária. V - Exercer no sentido de relações públicas da associação. **Art. 17º.** - São atribuições do Tesoureiro: I - Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação. II - Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação. III - Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o presidente os cheques e ordens de pagamentos. IV - Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil. Parágrafo Único: O Tesoureiro será substituído em suas faltas ou impedimentos pelo vice-presidente, ou por pessoa com procuração limitada e de confiança do Conselho Fiscal. **Art. 18º.** - São atribuições do Diretor de Patrimônio: I - Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da Associação. II - Elaborar e apresentar o relatório patrimonial a Assembléia Geral e Conselho Fiscal. **Art. 19º.** - Nenhum membro da Diretoria será remunerado, para o desempenho de suas funções e respectivas atribuições. **DO CONSELHO FISCAL.** **Art. 20º.** - O Conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que são conferidos por lei. **Art. 21º.** - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas funções e atribuições, sem remuneração. **DA ASSEMBLEIA GERAL.** **Art. 22º.** - As Assembléias Gerais serão ordinárias com reunião no dia trinta de novembro de cada ano, para eleger a Diretoria quando for o caso, aprovar as suas contas, eleger os membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. **Art. 23º.** - As Assembléias Gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da Associação exigirem o pronunciamento do sócios e para os fins previstos por lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos, eleição da nova diretoria, por renúncias de membros em exercício. **Art. 24º.** - As assembléias Gerais serão dirigidas pelo Diretor Presidente da Associação que convidará um ou dois sócios presentes para servir de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembléia. **DO CONSELHO COMUNITÁRIO.** **Art. 25º.** - O Conselho comunitário será instituído de no mínimo de cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como Associações de classe beneméritas, religiosa ou de moradores, desde que legamente instituídas. **Art. 26º.** - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo, da comunidade e aos princípios do artigo 4º. da lei de Radiodifusão Comunitária. **DO PATRIMÔNIO.** **Art. 27º.** - O Patrimônio Social será constituído das atribuições dos seus sócios, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido na

Cartório da Comarca de Belém

Ivo Almeida Rodrigues

SELO ELETRÔNICO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

AUTENTICAÇÃO

Valor ato 3,18

Data/Hora de utilização 20/11/2023 14:11:11

Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues

PLNET.J.0.24

5B39-8E3A-5095-7708

Consulte o selo em www.seloam.com.br

Terezinha de Jesus Oliveira Leal
Sub-Tabellã

Certifico conforme estatui o Artigo 2º do

dos Santos Sampaio, bras
dominiano de Rua Manoel
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO DE FORTALEZA
CONSELHO FISCAL
AUTENTICADO
brasileira, solteira, estudada
Castelo Branco S/N, nes
utilização: 12/2012/012 18:35:32
Emitido por: 12/2012/012 18:35:32
FUNET 1.0.2A
Nº 839113, residente e do

Carities of America

10
Estado do Amazonas. 3 - Ana Maria Valente Marques, brasileira, casada, professora, CIC. N°. 073273662-53, RG. N°. 519950, residente e domiciliada à Rua Danilo Areosa, S/N, nesta cidade de Borba, Estado do Amazonas. Membros Suplentes: 1- Raimundo Geraldo de Sá, brasileiro, casado, vigia, CIC. N°. 114590002-00, RG. N°. 525.977, residente e domiciliado à Rua Manoel Gomes Leal, S/N, nesta cidade de Borba, Estado do Amazonas. 2 - Elzenira Carvalho Brasil, brasileira, casada, estudante, RG. N°. 1373700-7, residente e domiciliada, à Rua Armando Mendes, N°. 04, nesta cidade de Borba, Estado do Amazonas. A Presidente após apurado os eleitos, deu-lhes, imediata posse, para suas funções e atribuições que iniciam nesta data. Ficando livre a palavra e como ninguém desejasse usa-la, a Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para lavratura desta Ata, o que eu fiz como secretária, em três vias de igual teor, usando 06 folhas. Após a reabertura da sessão, a mesma foi lida e aprovada, segue assinada pela Presidente da Assembléia, por mim Secretária e por todos os demais presentes que possam a ser considerados membros fundadores.

Borba, 28 de Março de 1998

Anne M^a Marques Laborda
Anne Maria Marques Laborda
- Presidente -

Grece Mara de Souza de Freitas
Grece Mara de Souza de Freitas
- Secretária -

Valdemilson da P. Carril
Valdemilson da Palma Carril
- Tesoureiro -

Nilza Pinheiro da Cruz
- Nilza Pinheiro da Cruz -
- Vice-Presidente -

Izone dos Santos Sampaio - Diretor (a) de Patrimônio. Francineide de Freitas Bom Jesus, Maria de Lourdes Pantoja de Sá e Ana Maria Valente Marques - Conselho Fiscal. Raimundo Geraldo de Sá e Elzenira Carvalho Brasil - Suplentes. Sócios Fundadores: Gerdionay Fernandes de Souza, Gabriel Paz Pinto, Milena de Souza Marques, Gleidiane Ribeiro Nunes, Magnólia Brazão Colares, Walter Costa Lindoso, Ildejane Monteiro Ferreira, Vanuza Lima Rodrigues, Maria Deuzina da Silva Farias, Antonio D. Filho, Cleana dos Santos Ferreira, Raimunda da Fonseca Leão, Armando Gonçalves, Claudete Colares Nogueira, Maria Denizia Marques, Rocimaria Pavão Souza, Antonio Chaves dos Santos, Raimundo Ribeiro de Sá, Maria Socorro Camargo, Maria Inez Tavares dos Santos, Sandra Costa Monteiro, Jolanda Paz Campos, Eliziema de Souza, Maria Rita Lima Guimarães, Aparecida G. da Silva, Maria de Lourdes Lemos da Fonseca, Izailda Rodrigues de Almeida, Isonora de Sousa, Raimunda Santana Maciel, Izaura Tavares de Carvalho, Odete Corrêa Freitas, Edina de Santana, Raimundo Mauricio dos Santos, Marinês Valente de Oliveira, Nazaré Bentes de Souza, Maria Marques, Raimunda de Lemos Cavalcante, Maria Francinete T. Gato, Elisabete Rosa Ribeiro, Adriano da Cruz de

ANTONIO CASTELO
TABELIÃO
Terezinha de Jesus Oliveira Leal
Sub-Tabelião

Certifico conforme estatui o Artigo 2.º do
Decreto-Lei nº 2.484 de 25.08.1968 que

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL
AUTENTICAÇÃO
Valor ato: 3,18
Data/Hora da emissão: 12/01/2012 10:08:10
Emitido por: Ivo Almeida
FUNETJ 0.24
FUNDPA 0.12
Melo 7E-CE71-92BC
Consulte o selo em www.selam.com.br



CARTÓRIO DA COMARCA DE BORBA

Bel. Ivo Almeida Rodrigues

Tabelião

ESTADO DO AMAZONAS

PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE BORBA

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A - Nº 2

N.º DE ORDEM - 178

FOLHAS 058

CERTIFICO que, nesta data me foi apresentada para registro pelo senhor Dorval de Almeida Carvalho, a **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL E EXTRAORDINÁRIA DE ELIÇÃO E POSSE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI - ACELCR**, eleita e empossada aos quatorze (14) dias do mês de março do ano de dois mil e dez (2010), apresentada para registro, e apontada sob número 178 (CENTO E SETENTA E OITO), FOLHAS 058 DO LIVRO 2 - A. Que tem a seguinte composição: **Presidente - DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO**, portador da Cédula de Identidade numero 1176494-5 - SSP/AM e CPF/MF numero 473.987.102-59; **Vice-Presidente - PEDRO PINHEIRO DA PALMA**; **Secretária - ELZENIRA CARVALHO BRASIL**; **Tesoureira - MARIANE TAVARES DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade numero 1789653-3 - SSP/AM e CPF/MF numero 795.554.542-72. **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL: EFREM PINTO DE SÁ, GERALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA, JOSÉ NILTOMAR GOMES GÓES, JACY MOREIRA PALHETA e MICKSON DOS SANTOS CARDOSO.** **MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO: Diretor Presidente - ANTONIO CAHVES DOS SANTOS, GRECE MARA DE SOUZA, EDÍLSON DE SOUZA CAMPOS e VALDEMILSON DA PALMA CARRIL.** Para este fim a referida sociedade civil apresentou os documentos exigidos pela legislação em vigor, conforme cópias arquivadas neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Borba, Estado do Amazonas, aos vinte e três (23) dias do mês de março do ano de dois mil e dez (2010). Eu, Ivo Almeida Rodrigues, (Bel. Ivo Almeida Rodrigues) Oficial do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, lavrei o presente registro do próprio original. Dou fé, subscrevo e assino.



EHG

Regist

RAF10671



Oficial Titular

Av. Getúlio Vargas, S/Nº - Centro - CEP: 69.200-000 - Borba - Amazonas
Fone/Fax: (92) 3512-1351 E-mail: ivoalmeida.tabeliao@bol.com.br

26
M. das Comunicações
Borba - 68045-000

Maria de Fátima Lenor Ferreira
Rozêneide Ribeiro da Fonseca
MOCIA JANE DA SILVA



CARTÓRIO DO JUDICIAL E ANEXOS
DA COMARCA DE BORBA
REGISTRADO SOB Nº 178
LIVRO: A-2 - PESSOA JURÍDICA
BORBA - AM, 29, 03, 2010
[Assinatura]
OFICIAL

SECRETARIA DE REGISTRO E NOTARIADO
JULIENES DA COMARCA DE BORBA
Rua Cel. Pedroso, 50 - Jd. Santa Helena - Borba - AM
CEP: 68045-000
12 JAN 2012
[Assinatura]

Cartório da Comarca de Borba	
Borba - AM	
Ivo Almeida Rodrigues	
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	
AK007851-94	
AUTENTICAÇÃO	
Valor ato: 3,18	Valor emolumentos: 2,42
Data/Hora da utilização: 12/01/2012 16:33:45	
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues	
FUNETJ 0,24	FUNCPAM 0,12
C181-AA13-6563-26E7	
Consulte o selo em www.seidm.com.br	

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei – ACELCR
Rua “A” Conjunto Sham, s/nº - Cristo Rei
CNPJ: 02.533.858/0001-47
Cep: 692000-000 – Borba - Amazonas

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO** (nome do representante), na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI**

(denominação da requerente), declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Borba-Am., 10 de janeiro de 2012.

(local e data)

Dorval de Almeida Carvalho
(representante da entidade)

Cartório da Comarca de Borba

Borba - AM
Ivo Almeida Rodrigues

**SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**
AK007847-03

AUTENTICAÇÃO

Valor ato 3,18 Valor emolumentos 2,42
Data/Hora da utilização: 12/01/2012 16:31:56
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues
FUNETJ 0,24 FUNDPA 0,12
BC9F-966E-FF0D-245F
Consulte o selo em www.seloam.com.br

12-JAN-2012

12/01/2012 16:31:56

da verdade

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei – ACELCR

Rua "A" Conjunto Sham, s/nº - Cristo Rei

CNPJ: 02.533.858/0001-47

Cep: 692000-000 – Borba - Amazonas

DECLARAÇÃO

Eu Dorval de Almeida Carvalho, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, declaro para os devidos fins que o Sr. Antônio Chaves dos Santos foi escolhido para assumir como Diretor Presidente da emissora Radio Comunitária Santo Antonio FM 87,7 MHz, canal 200, Estação ZYC 260, conforme Ata em Anexo registrada no Livro A – Nº 2, Nº Ordem 178, Folhas 058 na Comarca de Borba-Am.

Dorval de Almeida Carvalho
Dorval de Almeida Carvalho

Presidente

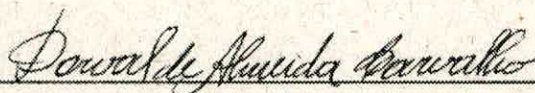
PROVENTO DE INTES E REGISTROS
PUBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Rua Eul. Pedro de Seixas s/nº - Centro - Borba - AM
C/Bo. Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião
Tabelião
12 JAN 2012
Carimbo contendo o nome do Tabelião e a data da emissão do documento, a ser colado no original que não apresentará validade sem este.

Cartório da Comarca de Borba	
Borba - AM	
Ivo Almeida Rodrigues	
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	
AK007861-84	
AUTENTICAÇÃO	
Valor ato: 3,18	Valor emolumentos: 2,42
Data/Hora da utilização: 12/01/2012 16:39:28	
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues	
FUNETJ 0,24	FUNDPAM 0,12
CF4A-40F7-F714-A96C	
Consulte o selo em www.selcam.com.br	

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei – ACELCR
Rua “A” Conjunto Sham, s/nº - Cristo Rei
CNPJ: 02.533.858/0001-47
Cep: 692000-000 – Borba - Amazonas

Eu Dorval de Almeida Carvalho, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, declaro para os devidos fins que a emissora Radio Comunitária Santo Antonio FM 87,7 MHz, canal 200, Estação ZYC 260, possui uma equipe responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, conforme documentação em anexo.

Borba-Am., 10 de janeiro de 2012.



Dorval de Almeida Carvalho

Presidente

Cartório da Comarca de Borba
Borba - AM
Ivo Almeida Rodrigues
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AK007846-05
AUTENTICAÇÃO
Valor ato: 3,15 Valor emolumentos: 2,42
Data/Hora da utilização: 12/01/2012 16:31:29
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues
FUNETJ 0.24 FUNDPA 0.12
B7C5-B730-F008-B2DE
Consulte o selo em www.seloam.com.br

12 JAN 2012
Cópia conforme original
a ser anexada
em teste

M. das Com. 95

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei – ACELCR
Rua “A” Conjunto Sham, s/nº - Cristo Rei
CNPJ: 02.533.858/0001-47
Cep: 692000-000 – Borba - Amazonas

Exmo. Sr. Ministro das Comunicações

Conforme solicitação das regras gerais para execução do serviço de Radio Difusão Comunitária o item 21.4.1 da Norma nº 1/2011 do Serviço de RADCOM, estamos enviando a V.Exa. o relatório resumido contendo a descrição da grade de programação da Rádio Comunitária Santo Antonio Fm 87,9. Esperamos atender com o que foi requisitado.

Borba-Am., 11 de janeiro de 2012.

Conselho Comunitário

Antonio Chaves dos Santos

Antonio Chaves dos Santos

Edilson de Souza Campos

Edilson de Souza Campos

Greice Mara de Souza de Freitas

Valdemilson da Palma Carril

Cartório da Comarca de Borba

Greice Mara de Souza de Freitas

Ivo Almeida Rodrigues

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AK007833-00

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 3,18 Valor emolumentos: 2,42
Data/Hora da utilização: 12/01/2012 15:25:31
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues
FUNETJ: 0.24 FUNDPA: 0.12
F5CD-228B-AC99-6692
Consulte o selo em www.selcam.com.br

12 JAN 2012
Certifico autenticidade
e integridade
do documento
em 12/01/2012
Rui Costa Pereira
Tabelião

36

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei – ACELCR
Rua “A” Conjunto Sham, s/nº - Cristo Rei
CNPJ: 02.533.858/0001-47
Cep: 692000-000 – Borba - Amazonas

GRADE DE PROGRAMAÇÃO

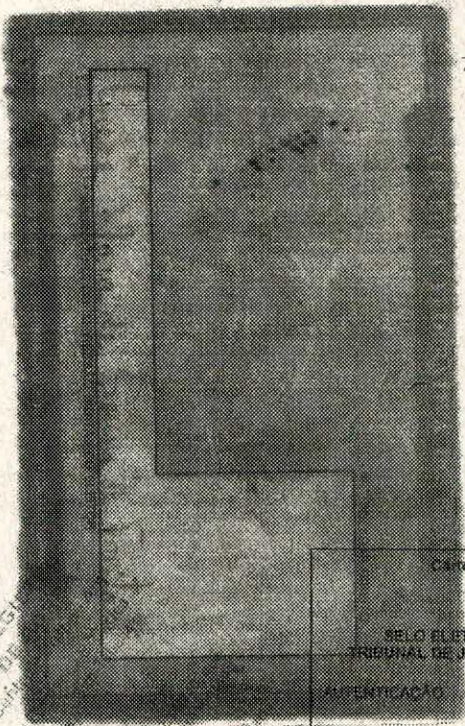
HORÁRIOS	PROGRAMAS	DIAS DA SEMANA
04h	Abertura – Hino Nacional e prefixo da emissora	2ª f a domingo
04h15min	Despertador Musical (sertanejo e outros)	2ª f a 6ª feira
04h15min	Alvorada Musical	Sábado
04h15min	Arquivo Musical	Domingo
05h50min	Mensagem do Dia	2ª f a 6ª feira
06h	Músicas Gospel	2ª f a domingo
07h	Bom Dia Amigos	2ª f a 6ª feira
07h	Alô Cidadão	Sábado
07h30min	A Voz do Pastor	2ª, 4ª e 6ª feira
08h	Informativo Comunitário	2ª f a 6ª feira
08h	Sábado Alegre	Sábado
08h	Santa Missa	Domingo
08h30min	Pastoral da Criança Nacional	2ª, 3ª e 5ª feira
08h30min	Pastoral da Criança Local	4ª e 6ª feira
09h	Programa Musical	2ª a 4ª feira
09h	Prosa Rural-Programa da Embrapa	5ª feira
09h	Juventude em Ação	6ª feira
09h	Bate Papo com Senador	Sábado
09h	Caminhos da Educação-programa educacional	Domingo
10h	Hora do Ouvinte e do Aniversariante	2ª f a 6ª feira
10h	Sábado Show	Sábado
10h	Painel de Sucessos	Domingo
11h	Plantão Policial	2ª feira
11h	Bate Papo (entrevistas, jornalismo e música)	3ª f a 6ª feira
12h	Programa Musical (Dance)	Sábado
12h	Angelus (Ave Maria)	2ª f a sábado
12h05min	Um Só Coração	Domingo
12h05min	Relax (Músicas Orquestradas)	2ª f a 6ª feira
13h30min	Ritmos da Tarde	2ª f a 6ª feira
13h15min	As 30 Mais da Semana	Domingo

5F97-1AF3-C7FC-FF23
Consulte o selo em www.setsam.com.br



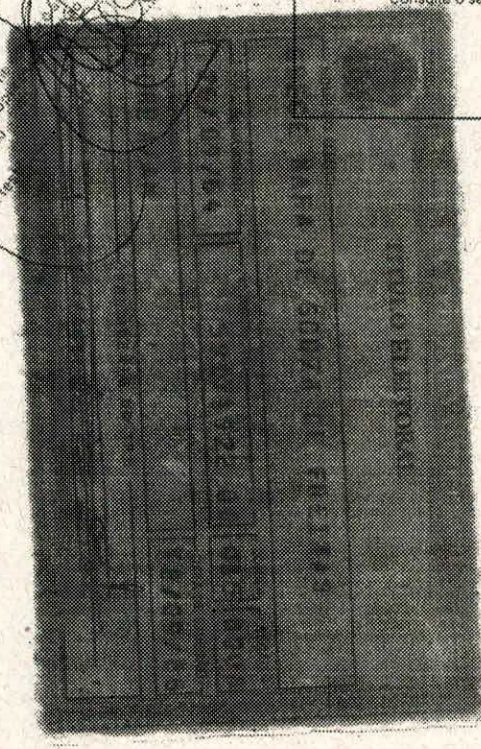
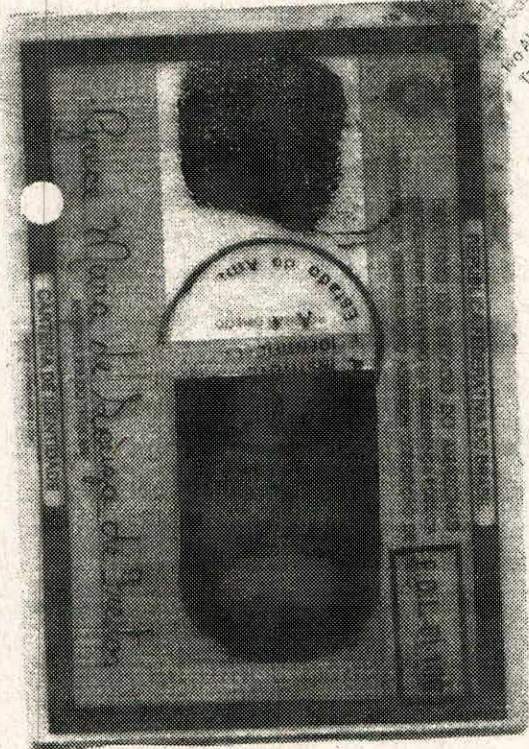
P.J.105
 1980
 30/04/1987
 VALDENILSON DA PALMA CARRIL
 RAIMUNDO FERREIRA CARRIL
 ANTONIA BENTES DA PALMA
 BORDA-AM
 30/04/1971
 FL. 227V
 CERT. NASC. N. 1.803
 L.V. A-40 CART. BORDA-AM
 19. VIA
 1108-108
 2

30



Cartório da Comarca de Borba
Borba - AM
Ivo Almeida Rodrigues
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AK007843-00

Valor ato 3,18 Valor emolumentos: 2,42
Data/Hora de utilização: 12/01/2012 16:30:10
Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues
FUNETJ: 0.24 FUNDPA: 0.12
9419-81F8-687A-3122
Consulte o selo em www.seloam.com.br



12 JAN 2012

Certifico conforme
a presente cópia
conferida
Em test.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1826522-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/07/2001

NOME EDILSON DE SOUZA CAMPOS

FILIAÇÃO PEDRO GOMES CAMPOS

MARIA HILDA DE SOUZA CAMPOS

BORBA-AM DATA DE NASCIMENTO 30/03/1983

NATURALIDADE CERT. NASC. N. 9.630 FLS. 83V

DOC. ORIGEM LV. A-49 CART. BORBA-AM

CPF P1108-GSP

Assinatura: *Edilson de Souza Campos*

1A. V

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO

POLEGRAMENTO

Assinatura: *Edilson de Souza Campos*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

1ª SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO
PÚBLICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA
Rua Cel. Pedro de Souza, s/n - Centro - Borba - AM
12 JAN 2012

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO

DATA DE NASCIMENTO: 01/09/1972 Nº INSCRIÇÃO: 012384672332 ZONA: 015 BICÃO: 0024

MUNICÍPIO / UF: BORGARAN DATA DE EMISSÃO: 12/01/2007

Eliezer Fernandes Júnior
Juiz Eleitoral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE SOUZA

Dorval de Almeida Carvalho
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



NOME/ENDEREÇO
DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO
RUA BELA VISTA I
N.º

INSCRIÇÃO

Zona	Quadra	Lote	Dv.
01	500	2470	1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

FATURA DE ÁGUA

MENSAGEM: ESTA CONTA EM ATRASO, SERVE COMO AVISO DE CORTE.

VENCIMENTO

31/07/2011

TOTAL A PAGAR

3,50

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

FATURA DE ÁGUA

MATRICULA

2152251

MES DA FATURA

JUN/11

12 JAN 2012

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição: 473.987.102-59

Nome: DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO

Nascimento: 01/09/1972

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ

AK007844-09

AUTENTICAÇÃO

Valor até 3,18 Valor amolumentos: 2,42

Data/Hora da utilização: 12/01/2012 16:30:35

Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues

FUNETJ-024 FUNDPAM-0.12

1046-7E12-9874-2E03

Consulte o selo em www.seloam.com.br

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1176494-5

13/10/1992

DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO

OTAVIO DA SELVA CARVALHO

VIVIANA DE ALMEIDA CARVALHO

BORBA-AM

01/09/1972

CERT. AM3C. KID. 468 FL3.103V

V. 8-36 CART. BORBA-AM

1098-8

Del. Jorginho Lopes da Mota

DELEGADO DE POLÍCIA

17. VTA

PROLEGATÁRIO

Dorval de Almeida Carvalho

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

Cartão de um processo eletrônico

Deve ser autenticado pelo seu documento via internet

Emissão

 **CORREIOS**

Cartório da Comarca de Borba

Borba - AM

Ivo Almeida Rodrigues

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

AK007845-07

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 3,18

Valor emolumentos: 2,42

Data/Hora de utilização: 12/01/2012 16:31:00

Emitido por: Ivo Almeida Rodrigues

FUNETJ: 0,24

FUNDUPAM: 0,12

D167-B6F6-EB8D-548E

Consulte o selo em www.seloam.com.br

12 JAN 2012

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

COMARCA DE BORBA

PROLEGATÁRIO

[Handwritten signature]

BORBA-AM

LISTA DOS ASSOCIADOS DA ACELCR

No	NOME	RG/ÓRGÃO	ENDEREÇO
01	Almando de Oliveira Gonçalves	2560236-5/SESEG	Trav. Jose Muniz de Castro, N 21, Bairro: Vto. Regia
02	Antonia Souza Braga	0837859-2/SESEG	Rua Mapia,s/n, Bairro: Bela Vista
03	Antonio Chaves dos Santos	0948350-0/SESEG	Avenida Cônego Bento, s/n Bairro: Recreio
04	Antonio da Fonseca	0943383-0/SESEG	Rua Luiz Pedro Fadoul,N 217, Bairro: Ipiranga
05	Antonio do Nascimento Soares	1211744-7/SESEG	Rua Projetada, Conj. Sham, Bairro: Cristo Rei
06	Antonio Thomé dos Anjos da Costa	1908679-2/SESEG	Rua Projetada s/n Conjunto Shan Bairro: Cristo Rei
07	Armando Gonçalves de Oliveira Filho	1658515-1/SESEG	Trav. Jose Muniz de Castro, N 287, Bairro: Vitória Regia
08	Carmem Correa da Silva	1462812-0/SESEG	Beco do GM3,N 224, Bairro:Cristo Rei
09	Celcimar da Silva Braga	1975503-1/SESEG	Rua Bela Vistall, n° 473 Bairro: Bela Vista
10	Dorval de Almeida Carvalho	1176494-5/SESEG	Rua Bela Vista I, s/n Bairro: Bela Vista
11	Efren Pinto de Sá	1107066-8/SESEG	Avenida Silvério Nery, s/n Bairro: Ipiranga
12	Elizangela Colares de Lima	1658588-7/SESEG	Rua Projetada, s/n Conjunto Shan Bairro: Cristo Rei
13	Gabriel Assunção da Palma	2026082-2/SESEG	Rua Projetada n°569 Conjunto Shan Bairro: Cristo Rei
14	Geraldo Rodrigues de Oliveira	17593 / SESEG	Rua Efigênio Sales, n°307, Bairro: Centro
15	Grece Mara de Souza de Freitas	0656972-2/SESEG	Rua Projetada, n° 256, Bairro: Cristo Rei
16	Jacy Moreira Palheta	1209222-3/SESEG	Rua Projetada, N 200 Conjunto: Sham Bairro: Cristo Rei
17	Jacy Correia Palheta	1209222-3/SESEG	Rua Projetada, s/n Conjunto Shan Bairro: Cristo Rei
18	João Fernandes da Silva	1893263-0/SESEG	Av. Cônego Bento, s/n, Bairro: Recreio
19	Joao Paulo Marques Gonzaga	2615926-0/SESEG	Trav. José Muniz de Castro s/n Bairro: Vitória Régia
20	Jose Niltomar Gomes de Goes	1373713-9/SESEG	Rua Mapia,s/n, Bairro: Bela Vista
21	Jose Renato Brasão Barros	2243274-4/SESEG	Rua Monsenhor Coutinho,s/n, Bairro: Ipiranga
22	Juciney Valente de Oliveira	2421878-2/SESEG	Trav. José Muniz de Castro, n°21 Bairro: Vitória Régia
23	Juvanete de Souza de Nascimento	1463049-4/SESEG	Trav. Juaruna,N 221,Bairro: Recreio
24	Laurene Queiroz Pantoja	2192084-2/SESEG	Rua Bela Vista I, s/n Bairro: Bela Vista
25	Luiz Carlos de Souza Alho	2679195-1/SESEG	Rua T5 n° 581, Bairro: Bela Vista

Endereço: Rua "A", s/n – Conjunto Sham, Bairro: Cristo Rei
CEP: 69.200-000 BORBA-AM.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI

ACELCR

CNPJ: 02.533.858/0001-47

BORBA-AM

26	Manoel da Fonseca	1431475-4/SESEG	Trav. Castelo Branco, N 160, Bairro: Vitoria Regia
27	Maria Marques Valente	1107010-2/SESEG	Trav. Jose Muniz de Castro, N 21, Bairro: Vto. Regia
28	Maria Santana Moreira de Souza	2185125-5/SESEG	Trav. José Muniz de Castro, s/n, Bairro: Vitória Régia
29	Mariane Tavares dos Santos	1789653-3/SESEG	Rua "A", s/n Conjunto Sham Bairro: Cristo Rei
30	Marlene Malafaia da Silva	2051065-9/SESEG	Trav. Jose Muniz de Castro, s/n, Bairro: Vto. Regia
31	Mickson dos Santos Cardoso	1731388-0/SESEG	Rua Projetada, s/n, Bairro: São Jose
32	Nazaré Bentes de Souza	0640999-7/SESEG	Rua Perimetral, N°245 Bairro: Ipiranga
33	Pedro Pinheiro da Palma	1023693-7/SESEG	Rua "A", Conjunto Shan, s/n Bairro: Cristo Rei
34	Piergiorgio Albertini	W030173-5/SESEG	Av. Amazonas, s/n, Bairro: Cristo Rei
35	Raimunda da Guarda Barbosa	1463195-4/SESEG	Rua Projeta, Conjunto Sham, Bairro: Cristo Rei
36	Raimundo Bentes Carril	0523712-2/SESEG	Rua Cônego Bento, N 1798, Bairro: Recreio
37	Risomar Ramos Valente	1701087-0/SESEG	Estrada Borba Mapiá, Km 23
38	Rosimar Souza do Nascimento	1280537-8/SESEG	Rua Projetada s/n Conjunto Shan Bairro: Cristo Rei
39	Rosinaldo Ribeiro da Fonseca	2551536-5/SESEG	Rua Luis Pedro Fadoul n°217 Bairro: Ipiranga
40	Rosinete Santana de Freitas	1421576-4/SESEG	Rua Rio Mapiá, n° 151 Bairro: Bela Vista
41	Ruth de Góes Maciel	2679677-5/SESEG	Rua Projetada s/n Conjunto Shan Bairro: Cristo Rei
42	Suzimara Ribeiro Pinto	2187392-5/SESEG	Trav. José Muniz de Castro, s/n, Bairro: Vitoria Régia
43	Tereza da Gama de Melo	1919294-0/SESEG	Rua Projetada s/n Conjunto Shan Bairro: Cristo Rei
44	Valdeci Neves	1364092-5/SESEG	Trav. José Muniz de Castro, s/n, Bairro: Vitoria Régia
45	Valdemilson da Palma Carril	0981292-0/SESEG	Trav. Antonio de Queiroz, s/n Bairro: Recreio
46	Edilson de Souza Campos	1826522-7/SESEG	Rua Perimetral Norte, s/nº, Ipiranga

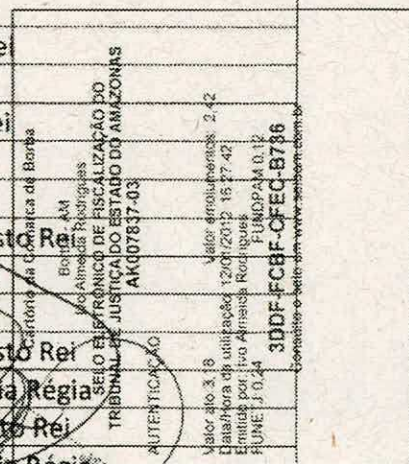
Borba-Am., 10 de janeiro de 2012

Dorval de Almeida Carvalho

Dorval de Almeida Carvalho

Presidente da ACELCR.

Endereço: Rua "A", s/n – Conjunto Sham, Bairro: Cristo Rei
CEP: 69.200-000 BORBA-AM.



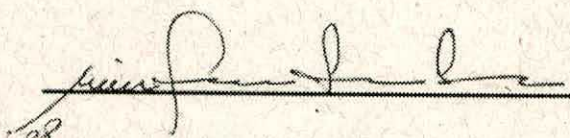
158
159

DECLARAÇÃO DO INTERESSADO:

"Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, DECLARO que o Sr. Samuel Shockness Julien esteve no endereço abaixo no dia 07 de janeiro de 2012, ensaiando nosso transmissor de FM, de fabricação: APEL-Aplicações Eletrônicas Ind.e Com. Ltda, modelo: ATFM-RC, Canal: 200, Frequência: 87,9 MHz, Potência: 25,0 KW, código de homologação: 058800XXX0001".

Endereço: Rua Amazonas, s/nº - Centro
Borba - AM CEP: 69.200-000

Borba-AM, 10 de janeiro de 2012

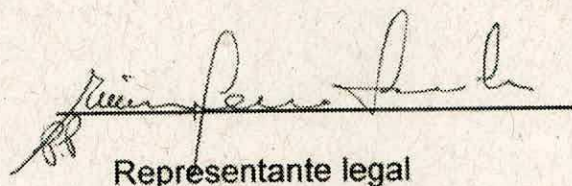

Representante legal

36
DECLARAÇÃO DO INTERESSADO:

"Na qualidade de representante legal da ACELCR-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, DECLARO que o Sr. Samuel Shockness Julien esteve no endereço abaixo no dia 07 de janeiro de 2011, vistoriando nossa estação do Serviço de Radiodifusão Comunitária-RADCOM-FM, Canal: 200, Frequência: 87,9 MHz, na cidade de Borba, Estado do Amazonas.

Endereço: Rua Amazonas, s/nº - Centro
Borba - AM CEP: 69.200-000

Borba - AM, 10 de janeiro de 2012


Representante legal

3x

LAUDO DE ENSAIO

EQUIPAMENTO TRANSMISSOR DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA, CANAL: 200, FREQUÊNCIA: 87,9 MHz
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUC. CENTRO LAR CRISTO REI
BORBA - AMAZONAS

JANEIRO / 2012

LAUDO DE ENSAIO

9.4.1 – INTERESSADO

a) Nome:

. Associação Comunitária Educacional Centro Lar Cristo Rei

b) Endereço Completo:

. Rua A - Conjunto Sham, s/nº - Cristo Rei
Borba - AM CEP: 69.200-000

c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso:

. Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei - ACELCR
Borba - Amazonas

a) Motivo:

. Para fins de renovação de outorga da emissora

b) Endereço completo onde foi realizado:

. Rua Amazonas, s/nº - Centro
Borba - AM CEP: 69.200-000

. Coordenadas geográfica: Latitude: 04º 23' 43" S
Longitude: 59º 35' 43" W
Altitude: 32 m

c) Data em que foi realizado

. 07 de janeiro de 2012

9.4.3 - FABRICANTE

a) Nome:

. APEL-Aplicações Eletrônica Ind. e Com. Ltda.

a) Endereço no caso de equipamento importado, também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).

. Av. Assis Chateaubriand, nº 4193 - Distrito Industrial
Campina Grande - PB CEP: 58.911-450

9.4.4 – FUNÇÃO DO TRANSMISSOR

(principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora)

. Principal

9.4.5 – MEDICÕES

9.4.5.1 – Freqüência:

a) Nominal:

. 87.900.000 Hz

b) Medida em ambiente normal:

. 87.900.000 Hz

c) Varição máxima da freqüência na unidade osciladora, após 60 minutos de estabilização em cada um dos extremos de temperatura (+10 C e +50 C). Quando não houver disponibilidade de câmara térmica no local das instalações da emissora, a variação máxima de freqüência poderá ser a observada durante 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente.

. 0 Hz

9.4.5.2 – Resposta de audiofreqüência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz, para 25, 50 e 100% modulação. Para estereofonia, as medidas deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente.

• Resposta de audiofreqüência em transmissora monofônica - (dB) / (25 W)

FREQ./MODUL.	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,00	0,00	0,00
100 Hz	0,00	0,00	0,00
400 Hz	-0,01	-0,01	-0,01
1000 Hz	+0,01	+0,01	+0,01
5000 Hz	+0,01	+0,01	+0,01
7500 Hz	+0,01	+0,01	+0,01
10000 Hz	+0,01	+0,01	+0,02
15000 Hz	+0,01	+0,02	+0,03

• Resposta de audiofreqüência em transmissão estereofônica - Canal Direito

FREQ./MODUL.	25%	50%	90%
50 Hz	0,00	0,00	0,00
100 Hz	0,00	0,00	0,00
400 Hz	-0,01	-0,01	-0,01
1000 Hz	+0,01	+0,01	+0,01
5000 Hz	+0,01	+0,01	+0,01
7500 Hz	+0,01	+0,01	+0,02
10000 Hz	+0,01	+0,01	+0,02
15000 Hz	+0,01	+0,02	+0,03

Resposta de audiofrequência em transmissão estereofônica - Canal Esquerdo

FREQ/ MODUL.	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,00	0,00	0,00
100 Hz	0,00	0,00	0,00
400 Hz	-0,01	-0,01	-0,01
1000 Hz	+0,01	+0,01	+0,01
5000 Hz	+0,01	+0,01	+0,01
7500 Hz	+0,01	+0,01	+0,02
10000 Hz	+0,01	+0,01	+0,02
15000 Hz	+0,01	+0,02	+0,03

9.4.5.5 – Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação, em cada canal individualmente.

• Distorção harmônica em transmissão monofônica (%)

FREQ/MODUL.	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,60	0,64	0,69
100 Hz	0,60	0,63	0,70
400 Hz	0,62	0,64	0,69
1000 Hz	0,63	0,65	0,69
5000 Hz	0,61	0,62	0,70
7500 Hz	0,64	0,66	0,68
10000 Hz	0,65	0,64	0,69
15000 Hz	0,64	0,65	0,69

• Distorção harmônica em transmissão estereofônica – Canal: Direito

FREQ/MODUL.	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,62	0,64	0,69
100 Hz	0,63	0,65	0,67
400 Hz	0,62	0,63	0,70
1000 Hz	0,64	0,64	0,70
5000 Hz	0,63	0,65	0,69
7500 Hz	0,65	0,66	0,68
10000 Hz	0,63	0,64	0,69
15000 Hz	0,65	0,67	0,69

• Distorção harmônica em transmissão estereofônica – Canal: Esquerdo

FREQ/MODUL .	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,63	0,64	0,69
100 Hz	0,62	0,65	0,68
400 Hz	0,62	0,63	0,70
1000 Hz	0,63	0,65	0,70
5000 Hz	0,65	0,64	0,69
7500 Hz	0,63	0,66	0,68
10000 Hz	0,64	0,65	0,69
15000 Hz	0,66	0,67	0,69

9.4.5.4 – Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz

. Melhor que 65 dB

9.4.5.5 – Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude;

. Melhor que 50 dB

9.4.5.6 – Atenuação de harmônico e espúrios.

. Melhor que 60 dB

9.4.5.7 – Potência de saída (indicar o método empregado para sua determinação)

. 25 W - método direto

9.4.6 – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEOFONIA

9.4.6.1 – Gerador de estéreo:

a) Fabricante;

. APEL- Aplicações Eletrônica Ind. e Com. Ltda

b) Modelo;

9.4.6.2 – Medições

9.4.6.2.1 – Frequência de subportadora piloto;

a) Medida;

. 19.001 Hz

42
b) Varição máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente

1 Hz

9.4.6.2.2 – Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto;

10 %

9.4.6.2.3 – Separação estereofônica de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000Hz. (dB)

FREQUÊNCIA	MODULAÇÃO	CANAL DIREITO	CANAL ESQUERDO
50 Hz	90 %	53	50
100 Hz	90 %	54	52
400 Hz	90 %	52	49
1000 Hz	90 %	53	55
5000 Hz	90 %	54	56
7500 Hz	90 %	55	54
10000 Hz	90 %	52	50
15000 Hz	90 %	50	53

9.4.6.2.4 – Diafonia, para audiodfrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos. (dB).

FREQUÊNCIA	MODULAÇÃO	ESQ. + DIR SOBRE ESQ - DIR	ESQ. - + DIR SOBRE DIR ESQ. +
50 Hz	90%	58	59
100 Hz	90%	57	56
400 Hz	90%	54	55
1000 Hz	90%	56	57
5000 Hz	90%	53	52
7500 Hz	90%	47	48
10000 Hz	90%	49	47
15000 Hz	90%	52	50

9.4.7 – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CANAIS SECUNDÁRIOS

a) Fabricante;

b) Modelo;

+

43
9.4.7.2 – Medições:

9.4.7.2.1 – Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos.

19000 Hz / ± 1 Hz

9.4.7.2.2 – Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários.

Melhor que 5 %

9.4.8 – OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

9.4.8.1 – Placa de identificações:

Transcrição dos dizeres constantes da placa.

Fabricante: APEL-Aplicações Eletrônicas Ind.e Com. Ltda

Modelo: ATFM-RC

Nº de série:

Potência de operação: 25 W

Frequência de oper.: 87,9 MHz

Cód. de homologação: 058800XXX0001 Ano de fabricação:

9.4.8.2 – Medidores do estágio final de RF. Verificar a existência e indicar a escala dos seguintes medidores:

a) De corrente contínua de placa ou coletor;

2A - Escala: 0 a 10 A

b) De tensão contínua de placa ou coletor;

20 V - Escala: 0 a 50 V

c) De potência de saída (incidente e refletida).

Escala: 0 a 50 W

9.4.8.3 – Existência de tomadas de amostras de RF, para:

a) Modulação:

Existente em (%)

b) Frequência.

4

Existente

9.4.8.4 – Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

- a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária);

Existente - dispositivo ligado ao sistema de terra, com alarme de Sobretensão.

- b) Gabinets metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas a terra;

Existente

- c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas;

Existente

- d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as portas e tampas fechadas.

Existente

9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

- a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão;

Existente – proteção feita através de interlock

- b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso sistema forçado.

Existente

Samuel S. Julien
Engº Telecomunicações
CREA RJ-87.1.07514-9-0

9.4.9 – DECLARAÇÕES

9.4.9.1- Declaração do Profissional Habilitado:

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 07 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica *.....* de que faço uso".

Manaus-AM, 10 de janeiro de 2012

Samuel S. Julien
Eng. Telecomunicações
CREA-RJ-87-1-07514-9-D

Nome do engenheiro: Samuel Shockness Julien
Nº do Registro do CREA: RJ-87-1-07514-9/D
Visto no CREA: AM-8653/07

9.4.9.2 – Parecer Conclusivo

" Para os fins previstos na Norma Técnica para emissora de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada N-07/80, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia a todas as normas vigentes a ele aplicáveis".

Manaus-am, 10 de janeiro de 2012

Samuel S. Julien
Eng. Telecomunicações
CREA-RJ-87-1-07514-9-D

Nome do engenheiro: Samuel Shockness Julien
Nº do Registro no CREA: RJ-87-1-07514-9/D
Visto no CREA: 8653/07

9.4.9.3 – Declaração do Interessado:

Em anexo

9.4.9.4 – Os demais equipamentos conterão em seus laudos de ensaio, dentre outras julgadas necessárias, informações que incluam todas as medidas feitas, relativas aos requisitos mínimos exigidos para esses equipamentos, bem como parecer conclusivo;

9.4.9.5 – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART

Em anexo

9.4.10 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO:

M. das Contas
46
URM
OS

- Multímetro analógico
 - . fabricante: Motorádio
 - . modelo: HIOKI - 3007
 - . série: 073823
 - . precisão: 0,5 %
- Frequenciômetro digital
 - . fabricante: Linear
 - . modelo: FL 1000
 - . série: BF 478
- Medidor de potência
 - . fabricante: BIRD
 - . modelo: 4304 A
 - . série: 11452
- Medidor de distorção
 - . fabricante: LEADER
 - . modelo: 170
 - . precisão: 0,5%
- Osciloscópio
 - . fabricante: GOCOSMAN
 - . modelo: GS9060D
 - . série: 981173
- Termômetro
 - . fabricante: MINIPA
 - . modelo: MT-510
 - . precisão: 0,1%

Samuel S. Julien
Engº Registrado
CREA-RJ 187-1 07514-9-D

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA

ESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA
CANAL: 200, FREQUÊNCIA: 87,9 MHz
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUC. LAR CRISTO REI
BORBA - AMAZONAS

JANEIRO / 2012

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç ã o C O M U N I T Á R I A C E N T R E D U C .

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

L A R C R I S T O R E I 0 2 5 3 3 8 5 8 0 0 0 1 4 7

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

Portaria de Autorização nº 256 de 7/6/00 Publicada no D.O.U de 21 de junho 2000

Decreto Legislativo nº 494 de /2001 Publicado no D.O.U de 05 de dez de 2001

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A A - C O N J U N T O S H A M , S / N

BAIRRO

C R I S T O R E I B O R B A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

A M

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A A M A Z O N A S , S / N

BAIRRO

C E N T R O B O R B A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

A M

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A A M A Z O N A S , S / N

BAIRRO

C E N T R O B O R B A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

A M

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B O R B A A M 0 4 2 3 1 4 3 1 5 9 3 5 4 3 W

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE
A P E L - A P L I C A Ç Õ E S E L E T . I N D . E C O M . L T D
MODELO
A T F M - R C POTÊNCIA DE FABRICA 2 5 . 0 watts Nº HOMOLOGAÇÃO 0 5 5 8 0 0 0 X X 0 1
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO 2 5 . 0 watts POTÊNCIA MEDIDA 2 5 . 0 watts
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO 8 7 . 9 MHz FREQUENCIA MEDIDA 8 7 . 9 MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE
MODELO POTÊNCIA DE FABRICA watts Nº HOMOLOGAÇÃO
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO watts POTÊNCIA MEDIDA watts
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO MHz FREQUENCIA MEDIDA MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA
S A R T O R I & S A R T O R I I N D L
MODELO
C A C T U S 2 5 0
GANHO max (Gt) 0 . 0 ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO 3 0 . 0 m ALTURA DA TORRE 3 0 . 0 m ALTITUDE DO LOCAL 3 2 . 0 m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE
K M P - C A B O S E S P . E S K S T . L T
MODELO
R G C 2 1 3
COMPRIMENTO (L) 4 0 . 0 m ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) 4 . 5 dB PERDAS NA LINHA (PL) 1 . 4 dB EFICIÊNCIA DA LINHA (i) 0 . 7 2

Perdas na linha (PL) = $L \cdot AL$ Eficiência da linha (i) = $10 \cdot \frac{PL}{10}$
100 10

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Eng. M. das Ceu
50

--

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

EM ANEXO

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

S A M U E L S H O C K N E S S J U L I E N

ENDEREÇO

A V . P I N H E I R O M A C H A D O , 1 1 3 6

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

C E N T R O

BAIRRO

CIDADE

P O R T O U P V E L H O R O

REG.CREA

8 6 5 3 / 0 7

FORMAÇÃO

E N G . E L E T R I C . - T E L E C O M U N I C

CEP

7 6 8 0 1 - 1 2 8

TELEFONE

6 9 - 3 2 2 3 1 8 4 6

FAX

E-MAIL

S A M U E L J U L I E N U O L . C O M . B R

LOCAL

M A N A U S - A M


DATA

1 0 / 0 1 / 2 0 1 2

ASSINATURA

Samuel S. Julien

Eng. Telecomunicações
CREA-RJ-87/1 07514-9-5

 CREA-AM Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA		ART Nº: 0003910/2012 Cadastro: 23/02/2012 Início da Obra: 28/02/2012 Assinatura Contrato: 23/02/2012 ABERTA	
Contratado	Nome do Profissional Responsável: SAMUEL SHOCKNESS JULIEN	Título do Profissional Responsável: ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	Nº Reg. no CREA-AM: 871075149-D/RJ
	Endereço do Profissional Responsável/CEP: AVENIDA PINHEIRO MACHADO, 1136, PROJETO - CENTRO - PORTO VELHO/RO		Telefone Profissional:
	Nome da Empresa Contratada:	Nº Reg. Visto no CREA-AM:	Telefone Empresa:
Contratante	Nome do Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUC. LAR CRISTO REI		CPF ou CGC: 02.533.858/0001-47
	Endereço para Correspondência: AV. AMAZONAS, S/Nº, - CENTRO - BORBA/AM		Telefone: 92-7121320
Descrição	Resumo do Contrato: Descrição da Obra e/ou Serviço Contratado, Condições, Prazo, Qualificação, Custos, etc.		
	LAUDO DE VISTORIA TÉCNICO/ENSAIO, ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA-RADCOM-FM, TRANSMISSOR DE FM, POTÊNCIA: 25 WATTS, FREQUÊNCIA: 97,9 MHz, PARA FINS DE RENOVACÃO DE AUTORIZAÇÃO DA EMISSORA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.		
	INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ON LINE Atividade: Especial (laudo, avaliação, relatório, vinculação, retificação, aditivo, etc.) Especificação: Laudo de Avaliação Técnica		
	Característica Serviço	Valor da Obra/Serviço: 5.000,00	Valor da Honorária: 1.000,00
Assinaturas	Assinaturas: Local e Data: <u>28/02/2012</u> Eng. Telecomunicações: <u>Samuel S. Julien</u> CREA-RN: <u>1.07514.9.0</u> Profissional Responsável: <u>[Assinatura]</u> Contratante: <u>[Assinatura]</u>		
	Declaro ser de minha responsabilidade, dentro das atividades assumidas nesta ART, o atendimento as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. (Esta declaração se aplica apenas para os casos previstos no art. 11, § 1º, do citado Decreto) Este Documento anota perante o CREA-AM para os efeitos legais, o Contrato Escrito ou Verbal realizado entre as Partes (Lei 8.406/77)		
Reservado ao Resp. Tec.	Nome do Proprietário: ASSOCIAÇÃO COM CENTRO EDUC. LAR CRISTO REI		CPF ou CGC: 02.533.858/0001-47
	Endereço da Obra e/ou Serviço: AV. AMAZONAS, S/Nº, - CENTRO - BORBA/AM		CEP: 69.200-000
	Atividade: Especial (laudo, avaliação, relatório, vinculação, retificação, aditivo, etc.)		Quantidade: 1
	Descrição Complementar da Obra e/ou Serviço: Laudo de Avaliação Técnica		Unid.: 1
	Participação Individual:	Tipo Normal:	Vínculo Autônomo:
	Entidade de Classe: SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO AMAZ.		
Vinculada a ART nº: 1 Do Profissional: 1			
Valor: R\$ 33,00			

001-9

Recibo do Sacado

Cedente				Agência/Código do Cliente		Vencimento	
CREA-AM - CONSELHO REG ENG E AGRON				1525-3 / 00028001-1		04/03/2012	
Data do Documento		Número do Documento		Data do Processamento		Nosso Número	
23/02/2012		55012		23/02/2012		45896055012-4	
Tipo do Bando		Especie		Valor		(-) Valor do Documento	
18-43		R\$				33,00	
Instruções BLOQUETO PARA PAGAMENTO DA ART Nº 0003910/2012 Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCAC.LAR CRISTO-REI SERVICO ANUIDADE PROFISSIONAL EM DIA. HABILITACAO DE SEUS DIREITOS						(-) Descontos	
						(-) Outras Deduções/Abatimento	
						(+/-) Mora/Multa/Juros	
						(+/-) Outros Acréscimos	
						(-) Valor Cobrado	

Sacado

SAMUEL SHOCKNESS JULIEN
AVENIDA PINHEIRO MACHADO - 1136 - PROJETEL - CENTRO
76 800-000 - MANAUS - RO

CREA: 871075149-D/RJ

Support@wallisla

O pagamento até o vencimento poderá ser efetuado em qualquer Banco participante da compensação.

Código da Base

América Latina y el Caribe

Cestacar Águia


BANCO DO BRASIL

001-9

Ficha de Caixa:

Cedente	CREA-AM - CONSELHO REG ENG E AGRON			Agência/Código do Cliente	1525-3 / 00028001-1	Vencimento	04/03/2012					
Data do Documento	23/02/2012		Número do Documento	55012	Especie Doc	DM	Aceite	N	Data do Processamento	23/02/2012	Nosso Número	45896055012-4
Uso do Bônus	Carteira	18-43	Especie	R\$	Quantidade		Valor		(=) Valor do Documento		33,00	
Instruções	BLOQUETO PARA PAGAMENTO DA ART Nº. 0003910/2012 Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCAC.LAR CRISTO REI SERVICO							(+) Descontos				
							(+) Outras Deduções/Abatimento					
							(*) Mora/Multa/Juros					
							(+*) Outros Acréscimos					
ANUIDADE PROFISSIONAL EM DIA: HABILITACAO DE SEUS DIREITOS							(=) Valor Cobrado					

ಸಿಂಹಾರಥ

SAMUEL SHOCKNESS JULIEN
AVENIDA PINHEIRO MACHADO - 1136 - PROJETEL - CENTRO
76.800-000 - MANAUS - RO

CREA: 871075139.D/RJ

Saccharoanalysis



CARTÓRIO NABELO - 1º OFÍCIO DE NOTARIADO
Rua Ar. Copacabana nº 90 - 2223-3711 Rio de Janeiro - RJ
SISTEMA ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ-RJ
Certifico que a presente fotocópia desta sentença está correta e verdadeira.
Art. 7º inciso V da Lei n.º 8.335 de 06/04/94
Celo: AGK99333 - Data/hora: 01/03/2012 10:16:51 C3D0B4
Emitido por: MICHELLE GUIMARÃES DE SENA - ESCRIVENTE
FUNETJ: 0.24 FUNDAMP: 0.12
Código de validação: 2CD3-DE3R-LQZE-E06A - Valida em www.sisam.com.br

COBAN:21201 LUJA:0053 FRY:000
27/02/2012 BANCO DO BRASIL
186261985

10:32:51
0128

OLVIDORIA BB 0000 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

00194589670550121525400028001108652620000003300	
NR. DOCUMENTO	530.002
NOSSO NUMERO	45896055012
CONVENIO	00458960
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARI	
AGENCIA/COD. CEDENTE	1525/00028001
DATA DE VENCIMENTO	05/03/2012
DATA DO PAGAMENTO	27/02/2012
VALOR DO DOCUMENTO	33.00
VALOR COBRADO	33.00

NR. AUTENTICACAO 5.379.441.C27.3C7.B17



1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS PÚBLICOS
DA COMARCA DE BORBA
Bel. Ivo Almeida Rodrigues
Tabelião

53

PRIMEIRO TRASLADO LIVRO DE PROCURAÇÃO Nº 073 FOLHA Nº 146

PROCURAÇÃO que faz: **DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO** a **EURICO GOMES FONSECA FILHO**, na forma a baixo.

SAIBAM quanto esta Pública Procuração virem que aos vinte e quatro (24) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze (2012), nesta cidade de Borba - Estado do Amazonas, em meu Cartório, sito à Avenida Getúlio Vargas, s/nº - Centro, perante mim, Sub-Tabelião, compareceu como outorgante o senhor **DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO**, brasileiro, amazonense, solteiro, auxiliar administrativo, portador da Cédula de Identidade Registro Geral número **1176494-5**, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, e do Cadastro de Pessoa Física - CPF/MF número **473.987.102-59**, residente e domiciliado na Rua Bela Vista I, sem número, Bairro Bela Vista, nesta cidade, reconhecido por mim Sub-Tabelião, como o próprio, a vista dos documentos que me foram apresentados, cuja identidade e capacidade dou fé, e por ele me foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador o senhor **EURICO GOMES FONSECA FILHO**, brasileiro, viúvo, técnico eletrônico, portador da Cédula de Identidade Registro Geral número **0020957**, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre, e do Cadastro de Pessoa Física - CPF/MF número, **025.948.032-00**, residente e domiciliado na Rua 1, nº 305, bloco 3B, Apartamento 102, Parque dos Franceses, Bairro Dom Pedro, na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, a quem confere **AMPLOS PODERES** para representá-lo junto a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, e Ministérios das Comunicações, e aos Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais, e suas Autarquias, Prefeitura e suas Secretarias, Receita Federal, Secretaria da Fazenda - SEFAZ, e em nome dele outorgante, tratar de todo e qualquer assunto de interesse do outorgante, solicitar certidões de qualquer espécie, juntar e retirar documentos, assinar termos, fichas, folhas, declarações, requerimentos, formulários, certidões, prestar declarações, juntar provas, concordar, discordar, recorrer, desistir, prestar esclarecimentos, receber valores, pagar taxas, passar recibo e dar quitação, transigir, firmar, realizar, dando tudo por bom, por firme e valioso como se o próprio o fosse. Assim o disse outorgou aceitou e assina. Dispensadas as testemunhas instrumentárias "ex-vi", do provimento nº 007/87, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Dou fé. Eu, Ana Raimunda Batista Correa, (Ana Raimunda Batista Correa) Sub-Tabelião, que a digitei, subscrevo e assino.

Em test. da Verdade

Ana Raimunda Batista Correa
Sub-Tabelião

Cartório da Comarca de Borba

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA

Procuração, Inventários, Testamentos, Representação, Atos, Juizados, Fidejussões e Documentos, Registro de Imóveis, Registro de Nascimento, Casamento e Óbito

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO T.J. AM

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

AR047867-86

PROCURAÇÃO

Protocolo: 4021 Livro: 073 Folha: 146

Nome do posto: Dorval de Almeida Carvalho

Valor: R\$ 42,00

Outorgante: Dorval de Almeida Carvalho

Endereço: Rua Bela Vista I, sem número, Bairro Bela Vista, Centro, Borba - Am.

Endereço por: Ana Raimunda Rodrigues

FUNETJ: 0,00 FUNDPAM: 1,00

07CB-E192-2505-6DCD

Consulte o selo em www.selodm.com.br

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA

Nome: A. Raimunda Batista Correa

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO T.J. AM

Certifico que a presente fotocópia está idêntica ao original

Art. 7º inciso V da Lei nº. 6935/2004

Selo: AK639327 - Data/Hora: 01/03/2012 10:16:44Cid:508

Emitido por: MICHELLE GUMARÃES DE SENA - ESCRIVÃO

FUNETJ: 0,24 FUNDPAM: 0,12

Código de validação: 4047-9306-17C6-0158 - Valido em www.selodm.com.br

Av. Getúlio Vargas, S/N - Centro - CEP: 69.200-00 - Borba - Amazonas
Fone/Fax: (92) 3512-1351 - E-mail: ivoalmeida.tabeliao@bol.com.br

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

PESO | WEIGHT (kg)

Q 02276313 2 BR



notário: Ministério das Comunicações
Sle. De Serviços de Comunicação Eletrônica
Depart. De Outorga de Serviços de Comunicação
Eletrônica.

Endereço: Ministério, Bloco R, 3º andar

70044-900 - Brasília - DF

1985 0011-6177

retente: Associação Comunitária Centro Lax

Cristo Rei - ACELCR

ua: "A" Conjunto Sharm, S/N. - Cristo Rei

EP: 692000-000 - Borba - Amazonas.



Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 185/2012-CGCE/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.033552/2010-13 (CNAS nº 71000.059109/2009-48), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, CNES nº 2127687, inscrita no CNPJ nº 21.035.852/0001-94, com sede em Itajubá/MS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 215, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Hospital São José de Porto Lucena, com sede em Porto Lucena/RS.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 187/2012-CGCE/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.033515/2010-05 (CNAS nº 71000.038920/2009-85), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Hospital São José de Porto Lucena, CNES nº 2250310, inscrita no CNPJ nº 94.746.567/0001-55, com sede em Porto Lucena/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 216, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Paróquia e Arquiepiscopal Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 190/2012-CGCE/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.172860/2010-55 (CNAS nº 71010.601903/2009-83), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Paróquia e Arquiepiscopal Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo, CNES nº 3002918, inscrita no CNPJ nº 33.644.378/0001-87, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 217, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Fundação Hospital de Caridade de Quaraí, com sede em Quaraí/RS.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 182/2012-CGCE/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.044694/2010-06 (CNAS nº 71000.058555/2009-33), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Fundação Hospital de Caridade de Quaraí, CNES nº 2248247, inscrita no CNPJ nº 94.757.986/0001-82, com sede em Quaraí/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 218, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Isabel, com sede em Santa Isabel/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 179/2012-CGCE/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052641/2010-51 (CNAS nº 71000.042863/2009-38), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Isabel, CNES nº 2083140, inscrita no CNPJ nº 56.898.356/0001-49, com sede em Santa Isabel/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 219, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Sociedade Portuguesa de Beneficência, com sede em Pelotas/RS.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde (CEBAS-SAÚDE);

Considerando o Despacho nº 188/2012-CGCE/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.044620/2010-61 (CNAS nº 71000.051565/2009-40), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Sociedade Portuguesa de Beneficência, CNES nº 2252295, inscrita no CNPJ nº 92.219.070/0001-53, com sede em Pelotas/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 152, DE 16 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição,

CONSIDERANDO que o Ministro das Comunicações adota o entendimento de que não havia possibilidade de re-emissão de boleto de pagamento de primeira e segunda parcelas dos contratos de concessão e permissão de serviços de radiodifusão;

CONSIDERANDO o novo entendimento sobre a matéria, exposto no Parecer nº 808/2011/CONJUR/MC/AGU;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º, XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º. Autorizar a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica a conceder prazo para que as entidades, inadimplentes com o pagamento das obrigações financeiras dos respectivos contratos de concessão e permissão para exploração de serviços de radiodifusão até a data de início e um de março de 2012, efetuem os respectivos pagamentos, sob pena de desconstituição desses outorgas.

§ 1º O prazo mencionado no caput será de sessenta dias.

§ 2º É vedada a prorrogação do prazo descrito no parágrafo anterior, exceto nos casos previstos nos respectivos editais de licitação para outorga de serviços de radiodifusão.

Art. 2º. As entidades que entrarem em mora no pagamento das obrigações financeiras dos respectivos contratos de concessão e permissão para exploração de serviços de radiodifusão a partir da data mencionada no artigo 1º, somente poderão obter prorrogação de prazo de pagamento nos casos previstos nos respectivos editais de licitação.

Art. 3º. A existência de Ação Judicial em curso, com vistas à desconstituição de outorga em razão do não pagamento das obrigações financeiras procedentes de contratos de concessão e permissão para exploração de serviços de radiodifusão, não prejudica a concessão do prazo a que se refere esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 153, DE 16 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008396/2012, e

CONSIDERANDO a necessidade de rever e uniformizar o entendimento administrativo no âmbito do Ministério das Comunicações a respeito da admissibilidade e do processamento de pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados intempestivamente;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º. Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até 31 de maio de 2012, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Art. 2º. Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados após a data a que se refere o artigo 1º desta Portaria e que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º. Expirando o prazo de vigência de outorga de serviço de radiodifusão sem a apresentação de pedido de renovação ou sendo este considerado intempestivo, o Ministério das Comunicações providenciará a instauração de processo de revisão de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.056615/2011 Localidade / UF: BORBA/AM
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

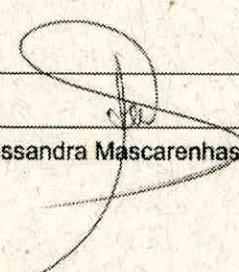
Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

A entidade possui processo aberto no DEAA (53000.006360/2012). Opinamos pelo SOBRESTAMENTO de seu requerimento de renovação.

É o relatório.


Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano

Alessandra M. de Oliveira Solano
Analista Técnico Administrativo
Matrícula 1819443



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2709/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Sobrestamento de processo de renovação de outorga**

Referência: Processo de Renovação nº 53000.056615/2011
Processo de Outorga nº 53830.002218/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga, formulado pela **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de **Borba / AM**, conforme Portaria nº 209/2000, publicada no DOU de 16/06/2000 e Decreto Legislativo nº 306/2001, publicado no DOU de 04/09/2011.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se o que se segue:

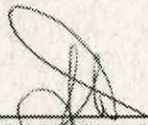
I. Consta, em desfavor desta Entidade, processo de apuração de denúncia nº 53000.059046/2011 em trâmite no Departamento de Acompanhamento de Avaliação.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto e considerando a necessidade de conclusão do processo em trâmite no referido Departamento de Acompanhamento e Avaliação, a fim de verificar a procedência ou não da denúncia apresentada em desfavor da **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, opinamos pelo sobrestamento do presente requerimento de renovação de outorga.

À consideração superior.

Brasília, 22 de novembro de 2012.


ALESSANDRA SOLANO
Analista Técnico Administrativo

De acordo. Aprovo a presente Nota Técnica.

Brasília, 23 de novembro de 2012.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6464/6897

Ofício nº 4247 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 23 de novembro de 2012.

Ao Senhor

DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO


Representante Legal da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei
Rua Marechal Floriano Peixoto, Centro 2º Piso Casa dos Romeiros
69200-000 Borba - AM

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.056615/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.056615/2011, de interesse da **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, da localidade de **Borba / AM**, por meio do qual essa entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2709/2012/CGRC/SCE-MC, que indica os motivos do sobrestamento do pedido da entidade.
2. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

59
58
57
56
55
54
53
52
51
50
49
48
47
46
45
44
43
42
41
40
39
38
37
36
35
34
33
32
31
30
29
28
27
26
25
24
23
22
21
20
19
18
17
16
15
14
13
12
11
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.056615/2011 Localidade / UF: BORBA/AM
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Serão solicitados esclarecimentos acerca de possível vinculação religiosa.

É o Relatório.



Natália Froemming



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1876 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 18 de março de 2014.

Ao(A) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei
Rua "A", Conjunto Sham, s/nº - Cristo Rei
69.200-000 / Borba - AM

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.056615/2011.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.056615/2011, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Borba / AM**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1196/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita esclarecimentos acerca de possíveis irregularidades encontradas nos autos.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Comunicação
61
17/09/2006



Dom. Adriaen James Veigle
1º Bispo de Porto



2º Bispo, Dom José Afonso Ribeiro, TOR - 1988 - 2006



3º Bispo, Dom Elói Róggio, SAC - 2006

Categoria: Bispos

WebRadio Anunciar



Acesso

Nome de Usuário

Senha

Lembrar-me ☐

- [Esqueceu sua senha?](#)
- [Esqueceu seu usuário?](#)
- [Criar nova conta](#)

Links



Dom José Afonso Ribeiro, TOR, nasceu no dia 28 de Outubro de 1929 na cidade de Poconé - MT, sendo filho de José Antônio Afonso e de Anna Ribeiro da Silva. Foi ordenado Sacerdote no dia 07 de dezembro de 1958 e ordenação episcopal no dia 05 de maio de 1979 com o tema "Comunio Liberat" (A comunhão liberta).

Dom José começou seus estudos no colégio São Francisco em Poconé - MT, em 1937. Em 1941 prestou exame de admissão no colégio São Gonçalo em Cuiabá - MT, de 1942 a 1946. Em 1964 foi fazer o clássico no seminário Nossa Senhora de Fátima em São Paulo, na Terceira Ordem de São Francisco. No ano santo em 1950, fez o Noviciado seguido dos primeiros votos como Franciscano. De 1952 a 1958, foi o período das duas faculdades consecutivas; três anos de filosofia e quatro de teologia, na faculdade Nossa Senhora da Assunção em Ipiranga - São Paulo. Ordenou-se Sacerdote no Santuário de Nossa Senhora de Fátima - Sumaré - SP.

Viajou Para Paris a fim de completar seu curso de francês e cursou sociologia religiosa. Ali também se preparou para o Concílio Vaticano II. Esteve nos Estados Unidos para estagiar como complementação de licença em sociologia com especialização em Pastoral e educação.

Em 1969 foi transferido como Pároco de Santa Maria, em - SC. Ali trabalhou vários anos, ajudou a construir 08 igrejas, ajudou a abrir estradas para o município de Dr. Pedrinho, conseguiu ônibus de Santa Maria a Blumenau, levou um posto dos correios, animou a cooperativa de produção de energia elétrica, ajudou a construir escolas de 1º e 2º graus: Colégio Tercílio Longe do qual foi reitor de 1970 a 1979.

Nesse período foi presidente do Conselho Presbiteral da diocese de Rio do Sul - SC, coordenador de pastoral Social e vocacional. Trouxe a obra Kolping do Brasil, para sete paróquias da Diocese. Nessa época recebeu o título de cidadão beneditense, em Benedito Novo - SC.

De 14 de fevereiro de 1979, foi nomeado Bispo Auxiliar de Cárceres - MT por sua Santidade o Papa João Paulo II. Em 1979 é ordenado Bispo da Catedral de Rio do Sul - SC pelo representante do Papa no Brasil, Dom Carmine Rocco, no dia 05 de maio.

Tomou posse em Cárceres no dia 24 de junho. Suas funções foram, sobretudo, Coordenar a pastoral Diocesana e acompanhar as Religiosas da Diocese.

No regional Oeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi coordenador de pastoral Social e Vocacional, assim como Secretário da Presidência. Em Cárceres também foi Assistente Eclesiástico do Conselho de Cristandade. No mesmo período recebeu o título de Cidadão Carcerense.

No dia 24 de setembro de 1988, tomou posse como 2º bispo prela de Borba, Substituindo Dom Adriano Veigle. Durante esses 21 anos de trabalho em Borba como Bispo fez com ajuda de tantas pessoas: O Centro Mater. Chiste destinado à formação de líderes para prelazia cedeu para o funcionamento da Faculdade de Matemática e Pedagogia a até como alojamento dos estudantes. Construiu o Seminário, a casa de Maria e com a ajuda do grupo de amigos de Borba, Alberto Marinho e os turistas Italianos conseguiram junto com padre Jorge Albertini, manter o Lar trabalhando com as crianças, com a ajuda de todos compraram a casa dos Romeiros onde hoje funciona a Rádio e TV Santo Antônio, à construção da catedral Ecológica: trouxe as irmãs Beneditinas, e as missionárias de Borba, fez a casa dos Padres, ampliou a nossa Igreja que no dia 13 de junho de 2003 elevou a categoria de Santuário de Santo Antônio e depois a dignidade de Basilica Pontifícia de Borba. Aos 09 de Setembro de 1997 recebeu o título de Cidadão amazonense na Assembléia Legislativa do Amazonas. No dia 11 de dezembro de 2003, foi agraciado com a comenda Ordem Mérito Legislativo também na Assembléia Legislativa do Amazonas e em junho de 2004; Câmara Municipal de Borba recebeu o título de Cidadão borbense.

Dom José que o Deus da vida tenha em sua morada e que Santo Antônio o Nosso Padroeiro e Nossa Senhora a Nossa Mãe nos quais tinha sua devoção, estejam em sua festa com sua chegada aí no céu junto ao Pai.

Dom José, fizeste com que nunca se já esquecido; nossa comunidade tudo de bom que tem, agradece a ti, o teu desempenho o teu amor a tua dedicação, conquistastes o coração do povo desta terra; soubeste conduzir o rebanho a ti confiado, de ti só ficaram boas lembranças e saudade no coração de todos.

Perfil do blogueiro

Login radiosantoantonio879fmborbaam

Sexo Homem

Cidade Borba Am

País Data de nascimento 24/12/1996

Descrição do blog

RADIO SANTO ANTONIO 87.9 FM BORBA AM

A RADIO COMUNITÁRIA EM NOSSA CIDADE TEM GRADE UTILIDADE, O NOSSO MUNICIPIO TEM UMA POPULAÇÃO APROXIMADAMENTE DE 38.000 MIL HABITANTES E SOMOS A UNICA RÁDIO NA CIDADE, APESAR DE SER DE BAIXA FREQUÊNCIA ATINGIMOS EM GRANDE PARTE AS COMUNIDADES RURAIS QUE PRECISAM DE INFORMAÇÕES. ESTAMOS NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA ONDE TUDO É DIFÍCIL.....

A RADIO COMUNITÁRIA SANTO ANTONIO É UMA EMISSORA PERTENCENTE A ASSOCIAÇÃO CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI QUE FOI FUNDADA EM 24 DE DEZEMBRO DO ANO DE 1996. ELA TEM COMO OBJETIVO PROMOVER A VIDA HUMANA ATRAVÉS DE INFORMAÇÕES, NA AREA EDUCACIONAL, ESPORTIVA, CULTURAL, JORNALISMO, ENTRETENIMENTO, SAUDE, AGRICULTURA, EVANGELIZAÇÃO E OUTROS. AS PESSOAS QUE AJUDAM NESTA EMISSORA TODAS SÃO VOLUNTÁRIAS.

Para visualizar todos os artigos

ANEXO 3



RÁDIO e TV SANTO ANTONIO

Borba/AM - Brasil

terça-feira, 29 de abril de 2008

HISTÓRICO



A Rádio Santo Antônio FM fundada em 24 de Dezembro de 1996, sintonizada no canal 200, frequência 87,9 MHz, indicativo de estação ZYC260 e potência de 25W e a TV Santo Antônio fundada em 24 de Dezembro de 1999, canal 13, afiliada à Rede Vida de Televisão, são frutos do empenho voluntário dos membros da Associação Comunitária Centro Educacional

Lar Cristo Rei - ACELCR, conjuntamente com Dom José Afonso Ribeiro, Bispo da Prelazia de Borba à época e Pe. Jorge Albertini, Pároco da Paróquia de Cristo Rei, alegria seus ouvintes e telespectadores com programação responsável voltada para os princípios cristãos e humanos, veiculando notícias nacionais, regionais e locais, sobre políticas públicas, economia, finanças, esportes, oportunidades dentre outras, além de entretenimento e serviços de reconhecida relevância para a população borbense.

Graças a este espírito voluntário, aos benfeitores italianos, especialmente ao Comendador Alberto Marinetto, seus Dirigentes e Apresentadores, foi possível concretizar e manter ativas estas obras tão importantes para o povo de Borba.

Trecho resumido da obra "Trocano-Araretama Borba 1º de Janeiro de 1756", publicada por Aurimar Ribeiro em 2007.

Júlio Gonzaga

Postado por RADIO e TV SANTO ANTONIO às 18:54

Nenhum comentário:

Início

Assinar: Postagens (Atom)

Arquivo do blog

Abril (1)

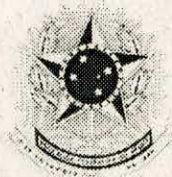
Conheça

RADIO e TV SANTO ANTONIO

BORBA, AM, Brazil

Visualizar meu perfil completo





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1196/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Solicitação de esclarecimentos relativos a indícios de vinculação religiosa.**

Referências: Processo de Outorga nº 53630.000221/1998.
Processo de Renovação nº 53000.056615/2011.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Borba / AM**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, foram observados indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação da Prelazia de Borba (por meio da Paróquia de Cristo Rei e da Basilica de Santo Antônio), mediante compromissos ou relações religiosas, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, conforme explicitado a seguir:

I. O antigo presidente da entidade, Dom José Afonso Ribeiro (conforme se depreende da leitura da ata de eleição datada de 14/3/2010, anexa aos autos), foi Bispo da Prelazia de Borba entre 1988 e 2006 (ver anexo 1);

II. Consta na biografia de Dom José Afonso Ribeiro, retirada da Internet (ver anexo 2), que o referido religioso ajudou a comprar a **Casa dos Romeiros**, onde funciona a Rádio e TV Santo Antônio (a Rádio Santo Antônio é a emissora comunitária mantida pela Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei). Cumpre salientar que em 2012 a entidade informou como endereço de correspondência a Rua Marechal Floriano Peixoto, Centro, 2º Piso, **Casa dos Romeiros**;

III. De acordo com o blog da Rádio Santo Antônio na Internet, um dos objetivos da emissora é a Evangelização (ver anexo 3);

IV. Ainda de acordo com o blog da Rádio e TV Santo Antônio (ver anexo 4), as duas emissoras (a rádio comunitária e a TV) "*são frutos do empenho voluntário dos membros da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, conjuntamente com Dom José Afonso Ribeiro, Bispo da Prelazia de Borba à época e Padre José Albertini, Pároco da Paróquia Cristo Rei*".

V. Além dos indícios citados acima, consta no CNPJ da Associação, no campo de descrição da atividade econômica principal, o termo "atividades de organizações religiosas", característico de instituições religiosas, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para prestar os devidos esclarecimentos sobre os pontos elencados nos itens acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.

Brasília, 18 de março de 2014.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 196/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 18 de março de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.056615/2011-18**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 17 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 17/07/2014, às 08:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0043759** e o código CRC **CB798E01**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 23 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 23/07/2014, às 15:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0052542** e o código CRC **F4646A97**.

539W 006375/2014-31

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTOREI
ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA – AMAZONAS

QFICIO: Nº 006/2013-ACELCR

Borba- AM, 09 de novembro de 2013

Ao Ilmo.

Sr. Jorge Franklin Monteiro Viana

D.D. Coordenador Geral de Acompanhamento de Outorgas

Brasília – DF

Ilustríssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para comunicá-lo que em virtude da Rádio Comunitária Santo Antonio FM, estar instalada em prédio pertencente à Prelazia de Borba, onde funciona a Cúria Prelática. E diante da Lei não poder ter vínculos com outras entidades que a subordinem ou sujeite a gerencia, a administração ao domínio, ao comando ou a orientação, mediante compromissos ou relações religiosas. Por está razão a diretoria da ACELCR tomou a decisão de tirar a Rádio Comunitária Santo Antonio FM com todos os seus equipamentos do prédio da Prelazia de Borba e instalar na sede própria pertencente à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI (ACELCR) localizada na Rua "A" s/n Conjunto SHAM, CEP: 69.200-000 – Borba-AM,

Na certeza de contar com vosso apóio, reitero-lhes nosso protesto de estima e elevada consideração

Atenciosamente,

Dorval de Almeida Carvalho

Dorval de Almeida Carvalho

Presidente da ACELCR

CPF. 473987102-59 RG. 1176494-5

23/05/14

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTOREI

ACELCR

CNPJ: 02.533.858/0001-47

BORBA – AMAZONAS

DECLARAÇÃO

Prezado senhor,

Samir Amando Granja Nobre Maia (Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária) em resposta ao ofício nº 1876/2014/CGRC/SCE-MC datado no dia 18 de março de 2014 enviado de Brasília-DF, referente ao assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.056615/2011, declaro o seguinte:

1. Dom José Afonso Ribeiro já é falecido desde o dia 10/11/2010, após seu falecimento a Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei já renovou por duas vezes sua diretoria e vai em anexo cópia da Ata de Eleição da diretoria atual;
2. Conforme ofício nº 006/2013-ACELCR datado no dia 09 de novembro de 2013, endereçado ao Ilmo. Sr. Jorge Franklin Monteiro Viana (D.D Coordenador Geral de Acompanhamento de Outorgas-Brasília-DF) no qual informamos a decisão de tirar a Rádio Comunitária Santo Antônio FM com todos os seus equipamento do prédio da Prelazia de Borba para instalar na sua sede própria pertencente à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (ACELCR) localizada na Rua "A" S/Nº Conjunto SHAM, CEP: 69200-000-Borba-AM; o qual até o momento não obtivemos nenhuma resposta dos senhores(segue cópia em anexo);
3. Por decisão da diretoria da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei para fazer cumprir o que determina a Lei 9.612 de 1998 das RADCOMs estamos desvinculando atividades que possam ter interpretação de cunho religioso, como cita o anexo III do ofício 1876/2014/CGRC/SCE-MC do dia 18 de março de 2014;
4. Como já mencionamos acima Dom José Afonso Ribeiro já é falecido desde o dia 10/11/2010 e Padre Jorge Albertini não é mais pároco da Paróquia de Cristo Rei desde 2007, o referido Padre não exerce mais suas atividades religiosas na Paróquia e a Associação Comunitária juntamente com a Rádio são geridas por pessoas civis que não tem vínculo com as instituições religiosas;

5. Já está sendo providenciado alteração no CNPJ da ACELCR para mudar o termo "atividades de organizações religiosas", assim que for concluído será enviado cópia.
6. Reiteramos que referente ao ofício nº 574/2014/CGAO/DEAA/SCE/MC de 10 de fevereiro de 2014 sobre o assunto: notificação de multa e abertura de prazo recursal ref. Ao processo nº 53000.001774.2012 no item 1 que comunica a Associação, onde a autoridade administrativa aplica sanção de multa, como resultado do Processo de Apuração de Infração no valor de R\$ 1.827,73 (mil oitocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos), comunicamos V.Sa., que a multa já foi paga (conforme cópia em anexo).

Borba-Am, 17 de maio de 2014.

Cordialmente,

02.533.858 / 0001 - 47
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA
CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
RUA A S/N - CONJ SHAM
BAIRRO CRISTO REI - BORBA - AM
CEP 69 200 000

Dorval de Almeida Carvalho
Dorval de Almeida Carvalho,

Presidente da ACELCR



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA

Tabelião- Ivo Almeida Rodrigues

Sub-Tabeliã-Ana Raimunda Batista Corrêa

Rua Coronel Pedro de Souza, s/n, Centro: Fone: (092) 3512-1582

e-mail: ivoalmeida.tabeliao@bol.com.br

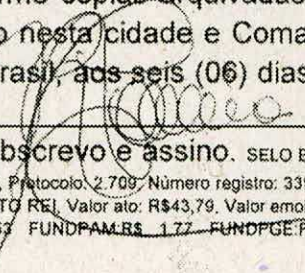
abatistacorrea@bol.com.br

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A- Nº 3

N.º DE ORDEM - 339

FOLHAS 019

CERTIFICO que, nesta data me foi apresentado para registro pelo senhor Dorval de Almeida Carvalho. **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ACELCR – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, PARA DELIBERAR SOBRE A ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA.** Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, nas dependências do Lar Cristo Rei, as nove horas da manhã reuniram-se os sócios membros da AELCR, convocado pelo seu Presidente senhor Dorval de Almeida Carvalho, para a Assembléia Extraordinária que tem como muita Educação e posse da nova Diretoria. Dando início o Presidente dirigindo os trabalhos da Assembléia deu boas vinda aos sócios participantes a presença de todos, em seguida convidou eu Jacy Moreira Palheta para servir de Secretária "Ad hoc", o Presidente justificou a ausência da atual Secretária Rosinete Santana de Freitas que se encontra em Manaus por motivo de doença, em seguida esclareceu a por não ter realizado a Assembléia Ordinária em março e continuando fez a leitura do Estatuto explicando as funções de cada um dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal. Em seguida o Presidente explicou como seria os passos da eleição ao final da a qual foi realizado por voto secreto ao final da apuração apresentou o seguinte quadro geral da Diretoria: como Presidente Dôrval de Almeida Carvalho, Vice-Presidente Pedro Pinheiro da Palma, Secretária Jacy Moreira Palheta, Tesoureira Mariane Tavares dos Santos, Diretor de Patrimônio Elizangela Colares de Lima. Conselho Fiscal – Gian Franco Marques Costa, Geraldo de Oliveira, Maria de Lourdes Ferreira, Rosinete Santana Freitas, Edmilson Silva de Almeida. E para compor o Conselho Comunitário da Radio Santo Antonio FM 87,9 o Presidente: Dorval de Almeida Carvalho nomeou co aprovação dos presentes o Sr. Antonio Chaves dos Santos para Diretor Executivo e demais membros: Valdemilson da Palma

Carril, João Marques Gonzaga, René de Assis, Elzenira Carvalho Brasil, e no momento da posse o Presidente empossado agradeceu a todos pela confiança e o apoio e convidou a todos a continuar firme em defesa dos interesses da nossa Associação. Sem mais nada a tratar. Eu, Jacy Moreira palheta Secretária eleita lavrei esta até que depois de lida e aprovada será assinada por todos de direito. Borba 26 de abril de 2014. Ficando assim Constituída: **Presidente: DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO**, portador da Cédula de Identidade Registro Geral número **1176494-5**, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, e do Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF número **473.987.102-59**, **Vice-Presidente: PEDRO PINHEIRO DA PALMA**, **Secretária: JACY MOREIRA PALHETA**, **Tesoureira: MARIANE TAVARES DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral número **1789653-3**, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, e do Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF número **795.554.542-72**, **Diretor de Patrimônio: ELIZANGELA COLARES DE LIMA**, **Conselho Fiscal: GIAN FRANCO MARQUES COSTA, GERALDO DE OLIVEIRA, MARIA DE LOURDES FERREIRA, ROSINETE SANTANA FREITAS, EDMILSON SILVA DE ALMEIDA**. Para este fim a referida sociedade civil apresentou os documentos exigidos pela legislação em vigor, conforme cópias arquivadas neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Borba, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos seis (06) dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze (2014). Eu,  (Ana Raimunda Batista Corrêa), Sub-Oficial, que registrei, subscrevo e assino. SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AV074323-47, TDPJ, Protocolo: 2.709, Número registro: 339, Número averbação: 339, Nome parte: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, Valor ato: R\$43,79, Valor emolumentos: R\$35,31, Data/Hora da utilização: 08/05/2014 08:41:22, Emitido por: Ivo Almeida, FUNETJ:R\$ 3,53, FUNDPAM:R\$ 1,77, FUNDPGE:R\$ 1,06, FARPAM:R\$ 2,12, CE7E-9561-603B-0DFF, Consulte o selo em www.seloam.com.br

Borba-Am, 06 de maio de 2.014.


Ana Raimunda Batista Corrêa
Sub-Tabeliã

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PUBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Escrituras, Procurações, Testamentos, Inventários,
Separações, Divórcios, Alas, Notários, Reconhecimento
Autenticações, Registros de Imóveis, Títulos e Documentos,
Pessoa Jurídica, Protestos, Recuperação, Casamento e Coto
Rel. Ivo Almeida Rodrigues - Ana Raimunda B. Corrêa
Tabeliães Sub-Tabeliã
Rua Cel. Pedro da Souza s/n - Centro Borba - Am.
- fone 35200-000 Fonefax (02) 352-1499

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da
 ACCEA Associação Comunitária Centro Educativo
 nal Bar Cristo Rei para deliberar sobre a eleição
 e posse da nova diretoria. Aos vinte e seis dias
 do mês de abril de dois mil e quatorze, nas
 dependências do Bar Cristo Rei, as nove horas da manhã
 reuniram-se os sócios membros da ACCEA convocados
 pelo seu Presidente senhor Dorival de Almeida Corvalho,
 para a Assembleia Extraordinária que tem como
 muita Educação e posse da nova diretoria. Onde
 iniciou o Presidente dirigindo os trabalhos da Assem-
 bleia deu boas vindas aos sócios participantes a
 presença de todos, em seguida convidou eu
 Jay Moreira Balheta para servir de Secretário ad
 hoc; o presidente justificou a ausência da atual
 secretária Rosinete Santana de Freitas que se en-
 contra em Manaus por motivo de doença, em segui-
 da esclareceu a por não ter realizado a Assembleia
 Ordinária em março e continuando fez a leitura
 do estatuto explicando as funções de cada um dos
 membros da Diretoria, do Conselho fiscal. Em seguida
 o presidente explicou como seria as passas da elei-
 ção ao final da qual foi realizado por voto
 secreto ao final da apuração apresentou o seguin-
 te quadro geral da Diretoria: Como presidente
 Dorival de Almeida Corvalho, Vice Presidente Pedro
 Pinheiro da Silva, Secretária Jay Moreira Balheta,
 Tesoureira Mariane Tavares dos Santos, Diretor de
 Patrimônio Elizangela Colares de Lima Conselho
 Fiscal. Gian Branco Marques Costa Geraldo de
 Oliveira, Maria de Lourdes Ferreira, Rosinete
 Santana Freitas, Edmilson Silva de Almeida. E
 para compor O Conselho Comunitário da Rádio
 S. Antonio FM 87,9 O Presidente: Dorival de

"SEVENTH DE NOTAS E REGISTROS"
 PUBLICADO NA CÂMARA DE BARRA
 JA EM 19 de Maio de 2014 às 15h30m - 15:30 - 15:45
 por Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião
 Ana Ramalho B. Correa - Sub Tabelião

Almeida Carvalho nomeou com apro-
vação dos presentes o Sr Antonio Chaves
dos Santos para Diretor Executivo e
seus demais membros: Waldemilson da Palma
Carri, João Paulo Marques Gonzaga, René
Assis, Elzenira Carvalho Brasil. E no
momento da posse o Presidente Empressado
agradeceu a todos pela confiança e apoio
e convidou a todos a continuar firme em
defeizar dos interesse da nossa Associação.
Sem mais nada a tratar. Eu João Pereira
Palheta Secretoria eleito lavrei esta ata
que depois de lida e a provada sera
Assinada por todos de Direito Bobia
24 de Abril de 2014 João de Almeida Carvalho.
João Pinheiro da Palma, João Pereira Palheta,
Marlene Távares dos Santos, Elizabeth Sales de Lima,
Gian Franco Marques Costa, Elzenira Carvalho Brasil,
Antonio Chaves dos Santos.
Joanilson Pedrassa, Colunson Silva de Almeida,
Gualberto Rodrigues de Oliveira, Marcos
de Góes Pereira, Maria do Rosario Fonseca Góes,
Rivelino Barros Pereira, Bruno de Menezes
de Souza, Elson de Oliveira Moreira, Moacyr
Gomes de Souza, Salazar Soares Gomes,
Eunice Araújo de Assunção, Generson Souza,
Raimundo Jamir da Silva Brasil, Elvira Moreira Palheta,
Miguel Batista Dias, Gilda Silva de Almeida,
Kathleen de Lima de Almeida, Sandreia Moreira
Palheta, Miriam Moreira Palheta, Rosinete Santana de Freitas,
Dulcineia Moreira de Souza, Valdir de R. Carli, Rute P. Valente,
Francivaldo da Silva Moreira, Sebastião Moreira
Valente, Adalgiza Oliveira dos Santos, Marcos
Júnior dos Santos Oliveira, Miquel Moreira Palheta.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviço de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º andar
70044-900 - Brasília - DF / (61) 2027-6464

Ofício nº 544 /2014/CGAO/DEAA/SCE/MC

Brasília, 30 de fevereiro de 2014

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei - ACLCR
Avenida Amazonas, S/N - Centro
69200-000 - Borba - AM

Assunto: Notificação de multa e abertura de prazo recursal.

Referência: Processo nº 53000.001774.2012

Senhor(a) Representante Legal,

1. Comunicamos a Vossa Senhoria que a autoridade administrativa decidiu por aplicar a essa Entidade (FISTEL nº: 50011357029), a sanção de multa, como resultado do Processo de Apuração de Infração (PAI) no 53000.001774/2012. Segue anexa cópia da Portaria DEAA nº 235, de 21 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 24 de fevereiro de 2014, pela qual foi aplicada a sanção de multa, no valor de R\$ 1.827,73 (mil oitocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos).

2. Informamos que, conforme disposto no § 2º do art. 24 do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com redação dada pelo art. 8º da Lei nº 5.535, de 20 de novembro de 1968, da decisão caberá pedido de reconsideração ou recurso, que deverá ser apresentado, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do registro de recebimento deste Ofício no Aviso de Recebimento dos Correios (AR). O Recurso deverá ser assinado pelo(a) recorrente e, no caso de representação legal, deve também ser acompanhado de procuração que comprove a legítima representação e contrato Social ou Estatuto Social, se for o caso. A solicitação de vistas ou cópias do processo poderá ser feita através do serviço de Atendimento ao Público - ATP, deste Ministério.

3. Informamos que o boleto bancário para pagamento encontra-se disponível no sítio: <http://sistemas.anatel.gov.br/boleto>, devendo ser impresso após o recebimento deste ofício por essa Entidade. Caso a multa não seja recolhida no prazo descrito será procedida a cobrança nos termos da lei. O débito não poderá ser parcelado, por ausência de autorização legal.

4. Destacamos a incidência de atualização monetária no débito no caso de efeito suspensivo, desde a sua constituição.

Atenciosamente,

JORGE FRANKLIN MONTEIRO VIANA
Coordenador-Geral

Ajuda

Imprimir

00194.56961 45001.135701 29002.689213 5 00000000182773

Recibo do Pagador

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Data do Processamento
16/04/2014 -SAUS, Quadra 06, Bloco H, Ala Norte, 4º Andar, Brasília - DF
CEP: 70.070-940Nosso Número(Seq-dv)
50011357029-0026-
89Vencimento
02/04/2014

1. Informações

Radiodifusão Comunitária - Código= 231

Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MC - Código= 1668

2. Mensagem

Nº Fiel:50011357028

Referência: Nº Processo: 530000017742012

3. Regras

Valor original: R\$ 1.827,73

Acréscido de juros (Selic) mais multa 0,33% ao dia até o máximo de 20%:

juros: R\$ 0,00; multa: R\$ 84,44

Valor total: R\$ 1.912,17

PARA PAGAMENTO ATÉ 16/04/2014

16/04/2014 BANCO DO BRASIL 11:35:19
471817456 0131

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULO

BANCO DO BRASIL S.A.

0019456961450011357012900268921350000000182773

NOSSO NUMERO 50011357029-0026-89

CONVENIO 00450704

FISTEL - MULTA PREVISTA NA LGI 1607/0033218

AGENCIA/COD. CEDENTE 16/04/2014

DATA DO PAGAMENTO 1.827,73

VALOR DO DOCUMENTO 84,44

MULTA/JUROS 1.912,17

VALOR COBRADO

NR. AUTENTICACAO 8.043.F81.C11.141.040

LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

(R)Valor do Documento

1.827,73

(R)Mora/Multa/Juros

84,44

(R)Valor Cobrado

1.912,17

Pagador: ASSOC. COMUNIT. CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI - ACELCR

CNPJ/CPF: 02533858000147

Autenticação Mecânica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

Nota Técnica nº 589/2014/CGAO/DEAA/SCE-MC

Nº do Processo: 53000.001774/2012

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI - ACELCR

Assunto: Transmissão de publicidade ou propaganda comercial. Não cumprimento de exigência solicitada pelo Ministério das Comunicações. Estabelecer ou manter vínculo que a subordinem ou sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosas. Defesa intempestiva. Inexistência de antecedentes infracionais. Cabimento da penalidade de multa.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de apuração de infração instaurado em decorrência de irregularidade atribuída à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI - ACELCR, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária no município de Borba, estado do Amazonas.

ANÁLISE

2. Foi solicitado por meio do Ofício nº 789 DEAA/SCE-MC, datado de 16 de dezembro de 2011 (fl. 2), a gravação da programação veiculada, esse conteúdo foi degravado e por intermédio do Relatório de Degravação 259/2012 (fl. 7), de 6/7/2012 e de consultas em meios midiáticos (fls. 12/17), a Entidade cometeu as seguintes irregularidades:

- ❖ transmissão de publicidade ou propaganda comercial;
- ❖ não cumprimento de exigência solicitada pelo Ministério das Comunicações;
- ❖ estabelecer ou manter vínculo que a subordinem ou sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosas.

3. A Emissora foi notificada por meio do Ofício nº 809/CODEN/CGAO/DEAA/SCE-MC, datado de 21/3/2013 (fl. 18), para apresentar defesa no prazo de 5 dias, contados de 8 de abril de 2013, data do recebimento da notificação, conforme Aviso de Recebimento Postal (fl. 19), em observância ao disposto no artigo 66 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4. A Entidade postou suas razões de defesa intempestivamente em 16/4/2013 (fl. 31) e protocolizou sob o nº 53000.018841/2013, fls. 20/21, alegando que:

Quanto a Publicidade Comercial:

"A defendente esclarece que o Município de Borba/AM é uma região de difícil comunicação, sendo a defendente atualmente a única rádio comunitária em funcionamento. Assim ilustre Diretor, todas as entidades que promovem eventos (tais como: Entidades Sociais, Públicas, Culturais, Esportivas Religiosas, Empresariais entre outras) procuram a rádio da defendente para divulgação de assuntos de seus interesses, sendo assim a mencionada rádio uma utilidade pública no município de Borba/AM. Ainda esclarecemos que a defendente mantém parceria com a Prelazia por esta ter concedido aquela o imóvel onde funciona a respectiva Rádio. Também a Defendente mantém várias outras parcerias, citamos algumas: Prefeitura de Borba/AM, Escolas Municipais e

Estaduais, IIDAM, INCRA, Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, EMBRAPA, SEBRAE e etc."

Quanto ao Descumprimento de Exigência:

"A Defendente não cumpriu o estabelecido pelo fato de questões técnicas motivadas por problemas de constantes quedas de energia na região, onde danificou o programa censura, onde foi improvisado com outro equipamento que após apresentou problemas, fazendo com que não fosse atendida em tempo hábil a respectiva exigência."

Quanto ao Vínculo Religioso:

A Defendente informa que na época o Diretor Titular da Rádio foi afastado da direção por motivo de doença, assim o novo Diretor que assumiu não tinha conhecimento sobre a lei da respectiva Rádio. Vale mencionar, que Dom José Afonso Ribeiro era um Presidente/Diretor de Honra, tudo por este ter lutado e ajudado a iniciar a Rádio da Defendente, onde por seu intermédio, a rádio conseguiu vários apoios políticos, citando Atila Lins, Aécio Neves e etc."

5. A entidade alegou em sua defesa, no que se refere à Publicidade Comercial que é a única rádio comunitária em funcionamento da região e, portanto divulga os interesses da comunidade e que tem várias parcerias com entidades de vários setores. Este fato, porém não desconsidera a infração, tendo em vista que é proibida a veiculação de publicidade ou propaganda comercial em rádio comunitária e o relatório de degravação nº 259/2012 (fl.7/8) é bem claro quanto ao cometimento da infração.

6. No que se refere ao Descumprimento de Exigência, a entidade admitiu que descumpriu a exigência devido ao fato de constantes quedas de energia na região, porém não enviou nenhum comprovante da Companhia Energética que comprovasse tal fato.

7. Já quanto ao Vínculo Religioso, a entidade alegou que Dom José Afonso Ribeiro era o Presidente na época e que o mesmo não tinha conhecimento sobre a lei, porém ajudou a iniciar a rádio da Defendente e por seu intermédio a rádio conseguiu vários apoios políticos. Sabe-se por meios midiáticos que essa rádio é ligada a Paróquia Cristo Rei e a Basílica de Santo Antônio, onde fica clara a participação do clero local na administração da Associação Comunitária.

8. A Emissora, assim, cometeu as infrações tipificadas nos incisos VI, XV e XXIX do artigo 40 do Regulamento de Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, ficando sujeita à pena de multa prevista nos artigos 38, II, e *caput* do art. 40 do citado Regulamento, *in verbis*:

Decreto nº 2.615

Art. 38. As penalidades aplicáveis em razão de infringência a qualquer dispositivo da Lei nº 9.612, de 1998, deste Regulamento e das normas aplicáveis ao RadCom são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 40 São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

VI - estabelecimento ou manutenção de vínculos que subordinem a entidade ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

XV - transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título;

XXIX - não cumprimento pela autorizada, no tempo estipulado, de exigência que lhe tenha sido feita pelo Ministério das Comunicações ou pela ANATEL.

9. Quanto às transmissões feitas com apoio cultural, cabe esclarecer que essas devem se limitar a divulgar, unicamente, mensagens institucionais, fato esse não observado pela emissora, conforme inscrito no citado Relatório de Degravação (fls.7/8).

10. Assim, as mensagens, por serem institucionais, devem mencionar apenas o estabelecimento ou instituição que está patrocinando ou dando o apoio cultural à programação ou a um programa específico e seu respectivo endereço. Portanto, na mensagem, não podem ser citados produtos, preço, qualidade, slogans, facilidades, etc., conforme a seguir transcritos:

"Comercial Almeida, vendemos areia, seixo, cimento, brás elite, ferro, peças para motos, bicicletas e roçadeiras. Material elétrico, hidráulico, lubrificante, argamassa, piso cerâmico, armarinho e muito mais! E ainda o Comercial Almeida está com uma grande promoção! Na compra acima de 20 reais você vai concorrer a vários prêmios: uma sanduicheira, um ventilador, uma batedeira, um celular e uma moto 0 Km. Isso mesmo! Uma Moto 0 Km. Sorteio dia 7 de janeiro, em frente ao Comercial Almeida. Então não perca tempo, faça suas compras aqui! Comercial Almeida, na Rua Marechal Deodoro, no centro da cidade."

11. A legislação de radiodifusão impõe deveres e obrigações às entidades de radiodifusão, dentre elas está a de cumprir, no tempo estipulado, exigência que lhe tenha sido feita pelo Ministério das Comunicações. A não obediência a este preceito legal implica em infração à legislação, estando a entidade sujeita às sanções legais cabíveis.

12. Cabe salientar que o vínculo religioso, identificado, se deu por meio da participação de membros da sua diretoria vinculados a Igreja. A mera destituição desses membros, ainda que venha a sanar o vínculo entre a rádio e a Igreja, não descaracteriza a infração já cometida. A Lei nº 9.612, de 1998, em seu art. 11, repudiou qualquer vínculo que pudesse sujeitar as rádios comunitárias à orientação religiosa, a fim de que esse braço do serviço de radiodifusão preservasse sua independência.

13. Cabe esclarecer que de acordo com o SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão¹ (fl. 32), a entidade não possui antecedentes infracionais.

CONCLUSÃO

14. Diante do exposto e considerando:

¹ Consulta no SRD feita em 04/02/2014

a) que o Relatório de degravação nº259/2012 e as pesquisas em meios midiáticos constataram que a Emissora transmitiu publicidade ou propaganda comercial, não cumpriu a exigência solicitada pelo Ministério das Comunicações e estabeleceu ou manteve vínculo que a subordinem ou sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosas;

b) que foi constatada infração às leis, regulamentos ou normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão;

c) que a Entidade exerceu seu direito de defesa intempestivamente;

d) que a Entidade não possui antecedentes infracionais;

e) que transmitir publicidade ou propaganda comercial, não cumprir exigência solicitada pelo Ministério das Comunicações e estabelecer ou manter vínculo que a subordinem ou sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosas, sujeita o infrator à pena de multa nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 2.615/98.


sugere-se a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 1.827,73 (mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos), em conformidade com a memória de cálculo, calculada com base na Portaria nº 562, de 22 de dezembro de 2011, e na Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013. Por fim, encaminhe-se o processo ao Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, a quem compete decisão final sobre a matéria.


LILIAN MAGALHÃES DE MISQUITA VIEIRA

Analista / Chefe de Serviço


De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral de Acompanhamento e Outorgas do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.


ANA CLARA SILVA LOPES
Coordenadora

De acordo. Encaminhe-se ao Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica.

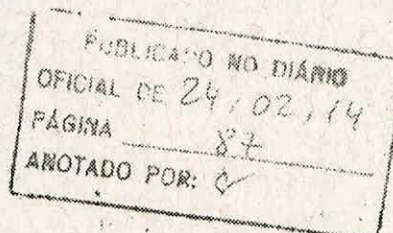
Brasília, 07 de fevereiro de 2014.


JORGE FRANKLIN MONTEIRO VIANA
Coordenador-Geral.

Aprovo. Aplique-se a sanção de multa.


OCTAVIO PENNA PIERANTI
Diretor

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.




PORTARIA Nº 235, DE 21 DE fevereiro DE 2014.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo nº 53000.001774/2012, resolve:

Art. 1º Aplicar à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI - ACELCR, outorgada para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, que opera no canal 200, no Município de Borba, Estado do Amazonas, a penalidade de multa no valor de R\$ 1.827,73 (mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos), com fundamento no *caput* do art. 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, valor este calculado com base na Portaria nº 562, de 22 de dezembro de 2011 e no art. 17 da Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013, por contrariar o disposto nos incisos VI, XV e XXIX do art. 40 do citado Regulamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


OCTAVIO PINA PIERANTI

MANDOU, CHEGOU.

SEDEX[®]

MANDOU, CHEGOU.

SEDEX[®]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Eplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar-70044-900- Brasília-DF

70044-900 (61) 3311-6281

ÁREA DE ANÁLISE

CERC/DEPA/SCE/MC



CORREIOS

AR ☒ MP ☐

PESO (kg)

0,070 MANDOU, CHEGOU.

SA 56243906 0 BR



FC092A06
FCI BORBA

19 MAI 2014

CH/AM

70044-900

SEDEX[®]

SEDEX[®]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina-DRMC/SC.

NOTA TÉCNICA Nº 12978/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.056615/2011-18**

Processo de Outorga nº: 53630.000221/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (acelcr)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Borba/AM**.

ANÁLISE

2. Realizada análise jurídica destes autos, constataram-se pendências que necessitam ser sanadas. Assim, passa-se a solicitar os documentos apontados em cada um dos itens listados abaixo, de acordo com o que determina a Norma 1/2011 e demais legislação que trata do assunto:

I. Declaração, **atualizada**, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, **válido e atual com a mudança do termo "atividades de organizações religiosas"**;

IV. Cópia **LEGÍVEL** da Carteira de Identidade (RG) e do CPF do Vice-Presidente Pedro, da Secretária Jacy, da Tesoureira Mariane e da Diretora de Patrimônio Elizangela. **OBS:** Não serão aceitas cópias da Carteira Nacional de Habilitação.

V. Relatório resumido do Conselho Comunitário, datado de dezembro de 2014, sobre a programação veiculada pela emissora, assinado por todos os cinco (5) membros do citado Conselho. acompanhado da grade de programação;

VI. Alterar o Estatuto Social da Entidade para fim de:

a) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

b) limitar o número de reeleições da Diretoria Executiva ao máximo de 1 (uma) única, isto é, uma única recondução;

c) Permitir que a Assembleia Geral possa ser convocada ao menos por 1/5 (um quinto) dos associados (art.60 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil);

d) incluir dentre as competências da Assembleia Geral a de destituir a Diretoria;

e) assegurar o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

f) assegurar a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

g) assegurar o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes

h) determinar que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados ou de qualquer outra modalidade de pagamento.

VII. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, **sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 16/06/2015, às 11:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 17/06/2015, às 14:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0555207** e o código CRC **0D1B0152**.

Minutas e Anexos

Possui. OF. nº 18835/2015.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 18835/2015/SEI-MC

Florianópolis, 16 de junho de 2015.

Ao Senhor
Dorval de Almeida Carvalho
Representante Legal da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei
Rua "A", s/nº, Conjunto SHAM
CEP: 69.200.000 - Borba/AM.

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056615/2011-18.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 12978/2015/SEI/DRMC/SC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, **sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de pós outorga arquivado.**
3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica.**

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 17/06/2015, às 14:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site



<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0555434** e o código CRC **C10B67F3**.

PREPAGADOR COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIAL DU DESTINATAIRE
Assoc. Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei

R. "A", s/nº, Conj. SHAm

CODIGO POSTAL
69.200-000

CIDADE / LOCALITE
Barba

UF PAIS / PAY
Am Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO DO OBJETO / VERIFICATION / DISCREMINATION
Of. nº 18835/2015/SEI-MC (0555434)
53000.056615/2011-18

SELECÇÃO DO SERVIÇO / NATURE DE SERVICE
☐ PRIORITARIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURO / VALEUR DECLARE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

X Mariane Tavares dos Santos

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATON

09.07.15

CARIMBO DE ENTREGA / CIRCULE DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

X Mariane Tavares dos Santos

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

26.1789653-3

PUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'EMPLOIE
Jhonata Martins da Silva
Agente Correios
Matr. 8.151.989-6

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JH 63243543 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATA DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIAL DE L'ÉMETTEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE Agência Regional em Santa Catarina - Dep. Ju

Prça XV de Novembro, 242 - 1ª And.

86010-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITE

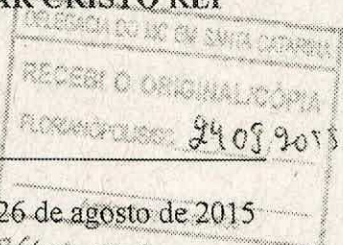
BRASIL



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
ACELCR

CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA - AM.

53900.049807/2015-58



Ofício nº 003/2015-ACELCR

Borba-AM, 26 de agosto de 2015

Do: Presidente da Ass.Comun.Centro Educacional Lar Cristo Rei
Ao Excelentíssimo. Sr. **CARLOS VINICIUS LANNES DUERING**
D.D: Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina
Assunto: **Informação**

Márcia M. Ferreira
Agente Administrativo
DRMC - 04 / Matrícula 0455279


Senhor Delegado,

Ao complementá-lo cordialmente Vossa Excelência, sirvo-me do presente para informar que em resposta ao **Ofício Nº 18835/2015/SEI-MC, Processo de Renovação de Outorga de Radio Difusão Comunitária Nº 53000.056615/2011-18 e Nota Técnica Nº 12978/2015/CEI-MC**, recebidos em 09/07/2015, o qual solicita documentações pendentes. Diante do exposto, estamos encaminhando toda a documentação exigida em anexo:

- I – Declaração atualizada informando que as instalações da Emissora estão de acordo com os parâmetros técnicos exigidos;
- II – Certidão negativa de débitos das receitas administrativa pela Anatel;
- III – Cópia do RG e CPF da Diretoria da ACELCR;
- IV – Relatório do Conselho Comunitário sobre a Programação da Rádio de dezembro de 2014;
- V – Cópia do Estatuto Social da Associação com as alterações, conforme orientação. As alterações foram devidamente registradas em Cartório.
- VI – Cópia da Ata informando o pedido de mudança no CNPJ do termo “atividades de organização religiosa”

Sem mais para o momento, expressamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,


Dorval de Almeida Carvalho
Presidente da ACELCR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA - AM.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito e comprovação que as instalações da Emissora ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI - FM 89,7 MHz, prestadora do Serviço de Radio Difusão Comunitária no Município de Borba-AM, estão de acordo com os parâmetros técnicos exigido pela legislação vigente.

É o que tenho a declarar.

Borba-AM., 26 de agosto de 2015



Dorval de Almeida Carvalho
Presidente da ACELCR



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOC. COMUNIT. CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI -
ACELCR

CNPJ: 02.533.858/0001-47

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 19:19:54 do dia 13/08/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/09/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E ADESSÃO CONTINUAÇÃO DE VIDA

HEMOTICA FEDERATIVA DO BRASIL

IDENTIFICAÇÃO

Carteira de Identidade

Assinatura do Titular

PIAA-18-3

REGISTRO NACIONAL VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1023693-7 DATA DE EMISSÃO 09/03/1977

NOME PEDRO PINHEIRO DA PALMA

FILIAÇÃO JOSE BENTES DA PALMA

MARIA ALAIDE PINHEIRO DA PALMA

NOVO ARIPUANA-AM DATA DE NASCIMENTO 03/10/1954

NATURALIDADE NOVO ARIPUANA-AM

DOC ORIGINAL N.º 186 FLS. 101

LV. A-35 CART. NOVO ARIPUANA-AM

CPF

PIAA-18

Assinatura do Titular

ASSINATURA DO TITULAR

PIAA-18-3



MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

884.819.132-00

Nome

PEDRO PINHEIRO DA PALMA

Nascimento

03/10/1969



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Mariane Tavares dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 1789683-3 DATA 13/07/2010

NOME MARIANE TAVARES DOS SANTOS

SILABO MARINA TAVARES DOS SANTOS

SORBA-AM 03/10/1981

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

CERT. NASC. N. 7.639 FLS. 185V
LV. A-47 CART. SORBA-AM

CPF *Di- Lita*
Márciaellen Tammuzzi Lopes
Diretora do Instituto de Identificação

PI108-CBG 2A. VTA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

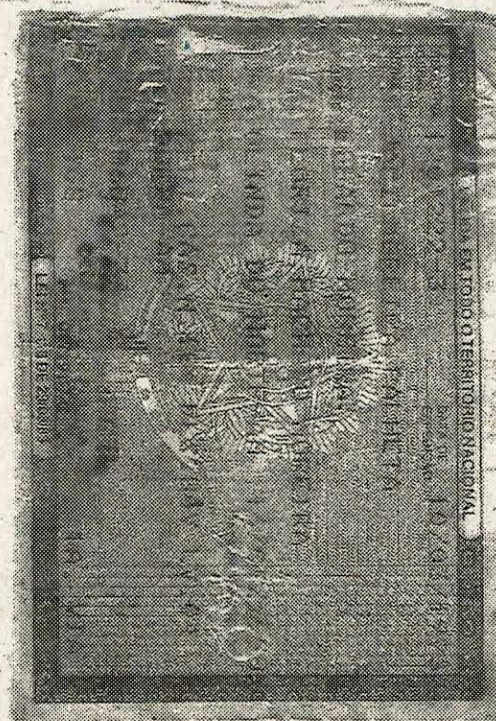


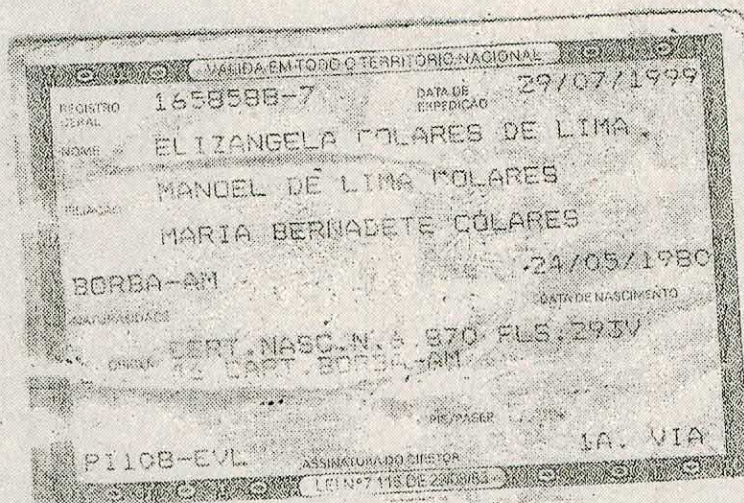
Número
795.554.542-72

Nome
MARIANE TAVARES DOS SANTOS

Nascimento
03/10/1981

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA – AM.

PROGRAMAÇÃO DA RADIO COMUNITARIA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI/DEZEMBRO 2014

HORÁRIOS	PROGRAMAS	DIAS DA SEMANA
4h00	Abertura Hino Nacional e prefixo da emissora	Todos os dias da semana
4h15	Despertador (Sertanejo e outros	2ª a 6ª feira
4h15	Alvorada Musical	Sábado
4h15	Arquivo Musical	Domingo
5h50	Mensagem do Dia	2ª a 6ª feira
6h00	Musicas Gospel	2ª a domingo
7h00	Bom dia Amigos	2ª a 6ª feira
7h00	Alô Cidadão	Sábado
7h30	A voz do Pastor	2ª, 4ª a 6ª feira
8h00	Informativo Comunitário	2ª a 6ª feira
8h00	Sábado Alegre	Sábado
8h00	Santa Missa	Domingo
8h30	Pastoral da Criança Nacional	2ª, 3ª e 5ª feira
8h30	Pastoral da Criança Local	4ª a 6ª feira
9h00	Programa Musical	2ª a 4ª feira
9h00	Prosa Rural Programa da Embrapa	5ª feira
9h00	Juventude em Ação	6ª feira
9h00	Bate Papo com o Senador	Sábado
9h00	Caminhos da Educação/Programa Educacional	Domingo
10h00	Hora do ouvinte e do Aniversariante	2ª a 6ª feira
10h00	Sábado Show	Sábado
10h00	Painel de Sucessos	Domingo
11h00	Plantão Policial	2ª feira
11h00	Bate Papo (entrevistas, jornalismo e musica)	3ª a 6ª feira
12h00	Programa Musical (dence)	Sábado
12h00	Ângelus (Ave Maria)	2ª a sábado
12h05	Um Só Coração	Domingo
12h05	Relax Musical (Musicas Orquestradas)	2ª a 6ª feira
13h30	Ritmos da Terra	2ª a 6ª feira
13h15	As 30 melhores da Semanas	Domingo
15h00	Alô Cidadão	2ª feira
15h00	Programa Musical "Final de Tarde"	3ª a 5ª feira
15h00	Programa de Saúde "Fala Doutor"	6ª feira
15h00	Jornada Esportiva Local	Sábado
15h00	Jornada Esportiva	Domingo
14h00	Programa " Estação do Pagode"	6ª feira
17h30	Terço Mariano	2ª a 6ª feira
18h00	A Voz do Brasil	2ª a 6ª feira
18h00	Programa Musical	Sábado
18h00	Programa Musical	Domingo

18h45	Santa Missa	Domingo
19h00	Programa Esportivo	2ª feira
20h00	Boa Noite (Programa Musical)	2ª feira
19h00	Alô Borba (Programa Musical)	3ª feira
19h00	Expressão Musical	4ª e 5ª feira
19h00	Informativo Vicentino	6ª feira
20h00	Boa Noite Rural	6ª feira
20h00	Musicas Regionais	Sábado
20h30	Programa Musical	Domingo
23h00	Hino Nacional e Encerramento	2ª a sábado
21h30	Hino Nacional e Encerramento	Domingo

Borba-AM, 26 de agosto de 2015

Conselho comunitário:

Antonio Chaves dos Santos
Antonio Chaves dos Santos
Presidente

Valdemilson da Palma Carril
Valdemilson da Palma Carril
Membro

João Paulo M. Gonzaga
João Paulo Marques Gonzaga
Membro

Renê de Assis
Renê de Assis
Membro

Elzenira Carvalho Brasil
Elzenira Carvalho Brasil
Membro

ESTATUTO
Reformulado em 1º de agosto de 2015

TÍTULO I - DA ASSOCIAÇÃO
CAPÍTULO I - DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º - A Associação Comunitária Lar Cristo Rei, fundada em 28 de março de 1998, doravante denominada ACELCR, é uma associação civil, filantrópica, assistencial e promocional, sem fins lucrativos, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, de duração indeterminada, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades das comunidades locais, com sede à Rua A, S/N, bairro Cristo Rei, CEP 69.200-000, nesta cidade de Borba/AM.

Parágrafo Único - A ACELCR reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º - A organização tem por finalidade:

- a) amparar crianças e adolescentes em vulnerabilidade social-econômica, dandolhes carinho, alimentação, atividades educativas e recreativas, durante o período do contra-turno escolar, funcionando como um segundo lar;
- b) conscientizar a formação teórica e prática dos pais das crianças e adolescentes assistidos pela ACELCR através de mutirões e reuniões diárias e semanais;
- c) dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- d) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- e) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de proteção social e defesa civil sempre que necessário;
- f) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- g) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- h) executar os serviços de radiodifusão comunitária conforme legislação vigente.
- i) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- a) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- b) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- c) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;
- d) buscar parcerias com órgãos públicos e/ou privados, além de outras associações de caráter comunitário.

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção da ACELCR.

ESTATUTO
Reformulado em 1º de agosto de 2015

§4º - A organização executará, diretamente ou mediante convênio com outras entidades, programas de assistência e recreação em favor dos associados e de seus familiares, extensivos aos dependentes dos associados falecidos, tudo conforme as condições estabelecidas nos respectivos planos;

§5º - Toda a arrecadação da Organização para atender suas finalidades e seus objetivos;

Art. 3º - A Organização terá sede e foro no município de Borba/AM, e funcionará por período.

CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO

Art. 4º - Constitui patrimônio da Organização, que ficará sob a responsabilidade da Diretoria:

- I – Receita ordinária;
- II – Doações;
- III – Legados;
- IV – Outros ingressos

TÍTULO II - DOS ASSOCIADOS
CAPÍTULO I - ASSOCIADOS – DIREITOS E DEVERES

Art. 5º - Categoria de Sócio:

- a) Fundadores: são os que assinaram a Ata de fundação da Organização;
- b) Contribuintes: são proprietários e/ou moradores e posseiros, que se associarem a Organização;
- c) Beneméritos: são os que fizeram doações em valores ou prestaram serviços relevantes a Organização;

§1º - A admissão dar-se-á após o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Preenchimento da ficha de filiação;
- b) Pagamento da taxa de matrícula estipulada;
- c) Declaração de aceitação dos termos do presente Estatuto e regulamentos internos;
- d) Aceitação, pela Diretoria, dos documentos necessários.

§2º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, os quais poderão, a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados.

Art. 6º - São direitos dos sócios:

I – será garantido o direito de votar e ser votado para eleição para qualquer cargos da organização, além de ter assegurado seu direito de voz nas deliberações sobre a vida social da entidade.

II - será assegurado o direito de ingresso como sócio de pessoa jurídica sem fins lucrativos, sediadas no município de Borba/AM, que por intermédio de seus representantes legais, terão ainda direito de voto para eleição para qualquer cargos da organização, além de ter assegurado seu direito de voz nas deliberações sobre a vida social da entidade.

III – Desfrutar dos benefícios assegurados pela Associação sujeitando-se ao Estatuto e regulamentos internos;

ESTATUTO
Reformulado em 1º de agosto de 2015

IV – Sugerir à diretoria ou às Assembleias Gerais tudo quanto julgar conveniente aos interesses da organização;

V – Tomar parte em todas as atividades associativas;

Parágrafo único - Para gozo dos direitos assegurados neste artigo, é necessário que o sócio esteja quite com as obrigação sociais e financeiras;

Art. 7º - São deveres do sócio:

I – Respeitar e fazer respeitar este Estatuto, bem como o Regimento Interno, Regulamentos ou Instruções Normativas existentes;

II – Pagar, dentro do prazo determinado, as contribuições a que se tenha obrigado;

III – Comparecer assiduamente às reuniões, Assembleia e demais atividades da Organização;

IV – Promover e praticar a solidariedade entre os sócios;

V – Prestar o seu concurso para um maior desenvolvimento da Organização;

VI – Aceitar os cargos sociais para os quais for eleito ou nomeado, salvo motivo de força maior;

VII – Contribuir, obrigatoriamente, com uma taxa mensal, estipulada em Assembleia Geral Ordinária, necessária à manutenção da Organização;

Parágrafo Único – O sócio que se retirar da Organização não terá restituição a qualquer título das taxas pagas, podendo ser ajuizado no caso de débitos junto a sociedade, relativo a mensalidades ou outras taxas aprovadas em Assembleias;

CAPÍTULO II - DAS PENALIDADES

Art. 8º - O sócio, membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, que infringir as disposições estatutárias ou regulamentares, praticar ato que desabone o nome da Organização ou perturbar a sua ordem ou ainda praticar falta grave, é passível das seguintes penalidades:

a) A advertência;

b) Suspensão;

c) Expulsão;

§1º - As penalidades previstas neste Artigo serão aplicadas por deliberação da Diretoria Executiva, necessitando, para expulsão de sócio ou afastamento de membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, aprovação prévia da maioria simples da Assembleia Geral;

§2º - Quando qualquer membro da Diretoria for afastado por falta grave, o mesmo ficará inelegível por um período de 8 (oito) anos;

§3º - Será considerada falta grave todo procedimento lesivo aos interesses da Organização, que sejam assim considerados por maioria simples da Assembleia Geral, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos presentes à Assembleia;

§4º - Em havendo o afastamento da totalidade da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, para apuração de qualquer irregularidade, aquele que atuar como Presidente Interino ou Interventor poderá assinar, juntamente com um dos membros da comissão apuradora, escolhido entre eles, todos os documentos, atas, atos judiciais, títulos cambiais, cheques da Organização, assim como todos os papéis necessários ao bom desempenho de suas funções, de interesse da Organização, isto é, relativos as atribuições do presidente da Organização;

ESTATUTO
Reformulado em 1º de agosto de 2015

§5º - Em sendo afastado ou suspenso temporariamente qualquer ou quaisquer membros da Diretoria, para apuração de falta grave, seus direitos só poderão ser exercidos por aqueles membros, em número máximo de três, por ele indicado para defender seus interesses perante a comissão apuradora, ficando suspenso, por completo, o direito de votar e ser votado até o final das apurações.

Art. 9º - São órgãos deliberativo da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10º – A Assembleia Geral, órgão supremo e soberano da Organização, será composta por todos os seus associados ativos, reunido-se ordinariamente, uma vez por ano, convocada pelo Presidente, ou, extraordinariamente, em qualquer época, podendo ser convocada pelo Presidente, por três membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos sócios, mediante abaixo-assinado especificando a finalidade da convocação.

Art. 11º – Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- a) Eleger, dar posse e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) Conhecer, aprovar o reprovando as contas da Diretoria no final de cada exercício, após a análise do Conselho Fiscal;
- c) Apreçar os relatórios da Diretoria;
- d) Discutir a gestão anterior;
- e) Discutir os demais temas apresentados a Assembleia para apreciação;
- f) Aplicar sanções aos sócios e membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 12º - Compete a Assembleia Extraordinária discutir os assuntos para a qual foi convocada;

CAPÍTULO II - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 13º - A Diretoria Executiva será composta de:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário; e
- d) Tesoureiro;

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14º - Compete ao Presidente:

- a) representar a Organização, ativa e passivamente, judicial ou extra-judicialmente;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, quando convocadas pelo mesmo;
- c) superintender os serviços e atividades da Organização e os trabalhos das Comissões que vierem a ser criadas, podendo delegar;

ESTATUTO
Reformulado em 1º de agosto de 2015

- d) adotar, “ad referendum”, providências urgentes, normalmente sujeitas à prévia autorização da Diretoria ou da Assembleia;
- e) Movimentar fundos da Organização, em conjunto com o Tesoureiro, abrindo contas bancárias e movimentando-as regularmente;
- f) Nomear Comissões de serviços para tratar de assuntos específicos, coordenando suas atividades;
- g) Constituir procuradores, inclusive “ad judícia” e “ad negotia”;
- h) Admitir e demitir empregados;
- i) Assinar livros de Atas, documentos e demais papéis de interesse da Organização;
- j) Publicar Instruções Normativas, objetivando disciplinar as atividades dos associados nos limites do presente Estatuto;
- k) Comprar e vender ações de empresas do Governo, da iniciativa privada, “ad referendum” da Diretoria ou da Assembleia Geral;
- l) Contratar serviços técnicos, assinar contratos de serviços ou outros de interesse da Organização;
- m) Nomear comissões eleitorais;
- n) Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto, os atos da Diretoria, dos Conselhos e os das Comissões criadas.
- o) Indicar o Diretor de Rádio e TV, o qual será responsável por implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Parágrafo Único – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em impedimentos, com todas as atribuições deste artigo.

Art. 15º - Compete ao Secretário:

- a) secretariar as reuniões da Diretoria, das Assembleias Gerais do Conselho Fiscal;
- b) superintender os serviços de Secretaria;
- c) organizar os serviços internos;
- d) gerenciar os empregados;
- e) substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos.

Art. 16º - Compete ao tesoureiro:

- a) Superintender e controlar os serviços da tesouraria;
- b) Ter sob sua guarda os valores sociais e informar à Presidência sobre seu andamento;
- c) Controlar a arrecadação das contribuições dos sócios e demais créditos da Organização e informar ao presidente;
- d) Cobrar os sócios em atraso nas contribuições e informando ao presidente sobre o andamento;
- e) Assinar, com o Presidente, os documentos contábeis e os cheques emitidos;
- f) Elaborar e encaminhar o Balanço Anual e encaminhar à Presidência;
- g) Prestar contas e informar, mensalmente, sobre a situação financeira da Organização;
- h) Promover a administração dos valores pecuniários sob sua responsabilidade;
- i) Gerenciar os valores da contadoria, caixa, contas bancárias, recebimentos, pagamentos e emissões de cheques;

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 17º - O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da Organização é composto por (cinco) membros, associados.

ESTATUTO
Reformulado em 1º de agosto de 2015

Parágrafo Único – Será escolhido entre os membros do Conselho Fiscal o seu Presidente, que terá o voto de Minerva, na decisão em que houver empate na votação.

Art. 18º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as ações da Organização como um toda;
- b) Analisar as contas da Organização mensalmente, dando parecer;
- c) Analisar os balanços da Diretoria, dando parecer;
- d) Resolver, nos limites do Estatuto, todos os casos omissos;
- e) Julgar os casos de recursos contra atos de membros da Diretoria;
- f) Examinar e dar soluções cabíveis às divergências entre os membros da Diretoria;
- g) Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Organização, apresentando o resultado, à Presidência, em forma de sugestão;
- h) Convocar Assembleia Geral, informando o motivo para qual foi convocada;

§1º - As reuniões ordinárias do Conselho Fiscal dar-se-ão na última semana de cada mês, e as extraordinária, em qualquer época por convocação do Presidente do Conselho Fiscal e da Associação ou por dois membros conselheiros;

§2º - As decisões serão condicionadas à maioria simples dos votos dos conselheiros presentes, que não poderão ser em número inferior a 3 (três);

§3º - Todas as decisões serão consignadas em Atas.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 19º - O Conselho Comunitário, será composto por no mínimo 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a o desenvolvimento das atividades da organização, formulando por escrito reclamações, indicações, solicitação informações e inclusive realizando a proposição de ações que julgar necessárias.

CAPÍTULO VI - DAS ELEIÇÕES E DO MANDATO

Art. 20º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos aos cargos apenas uma vez consecutiva.

§1º - As eleições serão convocadas 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos membros atuais da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

§2º - As chapas serão registradas na Comissão Eleitoral;

§3º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos por voto direto, ou, nos casos de chapa única por aclamação;

§4º - O voto será secreto e não será admitido voto por procuração.

TÍTULO VII - DAS COMISSÕES DE SERVIÇOS

Art. 21º - Serão criadas tantas comissões de serviços quantas se fizerem necessárias, levando-se em consideração os interesses dos associados e da Organização;

ESTATUTO
Reformulado em 1º de agosto de 2015

Art. 22º - As comissões terão caráter permanente ou transitório, e serão compostas por sócios desde que estejam quites com as obrigações sociais.

TÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23º - O presente Estatuto somente poderá ser reformado em Assembleia Geral, convocada especificamente para tal fim, por voto da maioria absoluta dos presentes, em condição de voto, ou seja, que está em dia com suas mensalidades;

Art. 24º - A responsabilidade dos Diretores que terminarem o mandato é solidária, cessando somente após terem sido as contas da Diretoria aprovada pela Assembleia Geral;

Parágrafo Único - Cada Diretoria ao encerrar o seu mandato, assinará o termo de transmissão de cargo no livro de Atas em sua última reunião;

Art. 25º - A Assembleia Geral que decidir a extinção da Organização decidirá também sobre a destinação do seu patrimônio, após o saldo de todos os seus compromissos;

§ 1º - Para a extinção da Organização será necessária a convocação de uma Assembleia Geral específica para tal fim, em votação secreta por no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto;

§ 2º - Havendo a dissolução da organização, não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os sócios ou qualquer outra forma de pagamento;

Art. 26º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos em Assembleia Geral.

Art. 27º - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Borba/AM, 1º de Agosto de 2015.

Dorval de Almeida Carvalho
Dorval de Almeida Carvalho
Presidente

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Rua Cel. Pedro de Souza s/n - Centro - Borba - Am.

REGISTRO
LIVRO 2-3 - 385033-42015
FOLHAS 247 - TERMO/MATRICULA 247
Borba-Am. 25 de 1605 10 de 2015

☐ Bel. Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião
☐ Ana Raimunda B. Correa - Sub - Tabelião

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Rua Cel. Pedro de Souza s/n - Centro - Borba - Am.
☐ Bel. Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião
☐ Ana Raimunda B. Correa - Sub - Tabelião

Jose Maria da Silva Maia
José Maria da Silva Maia
OAB/AM 5773

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Escrituras e Testamentos, Inventários,
Fidejussões, Quotas, Arrendamentos, Quotas e Documentos
Arrendamentos, Quotas e Documentos, Quotas e Documentos
Rua Cel. Pedro de Souza s/n, Centro, Borba/Am - Fone: 3512-1582
BOL. IVO ALMEIDA RODRIGUES - TABELIÃO
BOL. ANA RAIMUNDA BATISTA CORRÊA - SUB-TABELIÃO
CEP: 69.200-000



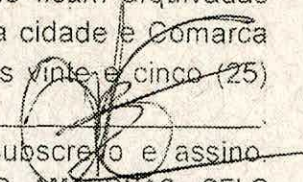
**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião - email: ivoalmeida.tabeliao@bol.com.br
Ana Raimunda Batista Corrêa - email: abatistacorrea@bol.com.br
Rua Coronel Pedro de Souza, s/n, Centro, Borba/Am - Fone: 3512-1582


REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A- Nº 3

N.º DE ORDEM - 397

FOLHAS 077

CERTIFICO que, em virtude das atribuições que por lei me são conferidas e a requerimento verbal de parte interessada, que revendo no Cartório a meu cargo, nele o Livro 3-A de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, dele verifiquei constar o Registro do ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI - ACELCR, apresentada para Registro nesta data, pelo senhor Dorval de Almeida Carvalho, e apontada sob número (TREZENTOS E NOVENTA E SETE), FOLHAS (SETENTA E SETE) LIVRO 3-A. Para este fim a referida sociedade civil apresentou os documentos exigidos pela legislação em vigor, conforme cópias que ficam arquivadas neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Borba, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos vinte e cinco (25) dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze (2015). Eu,  (Miriane Galvão Barbalho), Escrevente Autorizada, que registrei, subscrevo e assino. SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO BB578622-50, TDPJ, Protocolo: 5.520, Número registro: 397, Número averbação: 397, Nome parte: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, Valor ato: R\$89,53, Valor emolumentos: R\$72,20, Data/Hora da utilização: 26/08/2015 08:33:46, Emitido por: Ivo Almeida, FUNETJ:R\$ 7,22 FUNDPAM:R\$ 3,61 FUNDPGE:R\$ 2,17 FARPAM:R\$ 4,33, E068-72CA-45C0-4951, Consulte o selo em www.seloam.com.br

Borba-Am, 25 de Agosto de 2.015


Miriane Galvão Barbalho
Escrevente Autorizada

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Rua Cel. Pedro de Souza s/n - Centro - Borba - Am.
☐ Bol. Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião
☐ Ana Raimunda B. Corrêa - Sub-Tabelião



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA

Ivo Almeida Rodrigues – Tabelião - email: ivoalmeida.tabelliao@bol.com.br

Ana Raimunda Batista Corrêa – email: abatistacorreia@bol.com.br

Rua Coronel Pedro de Souza, s/n, Centro, Borba/Am – Fone: 3512-1582

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A- Nº 3

N.º DE ORDEM - 396

FOLHAS 076

CERTIFICO que, nesta data me foi apresentada para registro pelo senhor Dorval de Almeida Carvalho, ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA VISANDO A ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO VIGENTE E ALTERAÇÃO DAS DESCRIÇÕES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO CNPJ. apresentada para Registro e apontada sob número 396 (TREZENTOS E NOVENTA E SEIS) FOLHAS 076 (SETENTA E SEIS) DO LIVRO A – Nº 3. Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e quinze, às 09h00 na sede da ACELCR, reuniram-se os associados para analisar a proposta de alteração estatutária visando à adequação ao Código Civil Brasileiro e às leis relativas à radiodifusão, além da alteração dos códigos de descrição da atividade econômica no CNPJ da instituição. A reunião foi presidida pelo Sr. Dorval de Almeida Carvalho, que verificou haver quórum para deliberar, agradeceu a presença de todos e passou a explicar a necessidade de adequação estatutária, procedendo a leitura da minuta do estatuto, promovendo ao longo da explanação as explicações necessárias ao atendimento de todos os presentes. Encerrada a leitura, foi aberto espaço para solicitações de justificativas e informações a cerca da alteração estatutária. Encerrados os debates e esgotadas as dúvidas, o Sr. Presidente colocou em votação a aprovação da alteração estatutária, a qual foi aprovada de forma unânime, sendo desde então parte indissociável desta Ata. Em seguida, foi deliberado sobre alteração dos códigos de descrição da atividade econômica CNPJ da instituição qual encontra-se como 94.91-0-00- atividades de organizações religiosas ou filosóficas. O Sr. Presidente explicou que esta atividade econômica não representa os objetivos institucionais sendo necessária sua alteração para 94.30-8-00- atividades de associações de defesa de direito sociais. Além disso, o Sr. Presidente ainda solicitou que nos códigos de descrição das atividades secundárias, fossem inseridos as atividades correlatas dos objetivos da instituição, com especial atenção para o código 60.10-1-00 – atividades de radio. Colocada em votação as devidas correções no CNPJ da instituição, as mesmas foram aprovadas de forma unânime. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, solicitando a lavra e leitura da presente ata que foi aprovada por todos os presentes,

conforme lista de assinaturas a seguir: Presidente: DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO, portador da Cédula de Identidade Registro Geral número 1176494-5, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, e do Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF número 473.987.102-59, Vice-Presidente: PEDRO PINHEIRO DA PALMA, Secretária: JACY MOREIRA PALHETA, Tesoureira: MARIANE TAVARES DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral número 1789653-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, e do Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF número 795.554.542-72, Diretor de Patrimônio: ELIZANGELA COLARES DE LIMA. Para este fim a referida sociedade civil apresentou o livro de Ata, conforme cópias que ficam arquivadas neste Cartório. O referido é verdade dou fé. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Borba, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos vinte e cinco (25) dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze (2015). Eu, _____ (Miriane Galvão Barbalho), Escrevente Autorizada, que registrei, subscrevo e assino. SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO BB578621-51, TDPJ, Protocolo: 5.519, Número registro: 396, Número averbação: 396, Nome parte: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, Valor ato: R\$89,53, Valor emolumentos: R\$72,20, Data/Hora da utilização: 26/08/2015 08:32:16, Emitido por: Ivo Almeida, FUNETJ:R\$ 7,22 FUNDPAM:R\$ 3,61 FUNDPGE:R\$ 2,17 FARPAM:R\$ 4,33, 7588-784A-50FA-5093, Consulte o selo em www.seloam.com.br

Borba-Am, 25 de Agosto de 2015

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Secretaria: Procuradoria, Inventários
Propriedade, Direito de Autor, Testes e Reconhecimento
Autenticidade, Registro de Imóveis, Testes e Reconhecimento
Pessoa Jurídica, Protocolo Informático, Casamento e Divórcio
Bai Ivo Almeida Rodrigues - Ata Remota B. Correu
Tribunal
Rua Cel. Pedro de Souza 341, Centro - Borba - Am.
CEP: 69.200-000
Fonefax (92) 5512-1552

Miriane Galvão Barbalho
Escrevente Autorizada


ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA – AM.

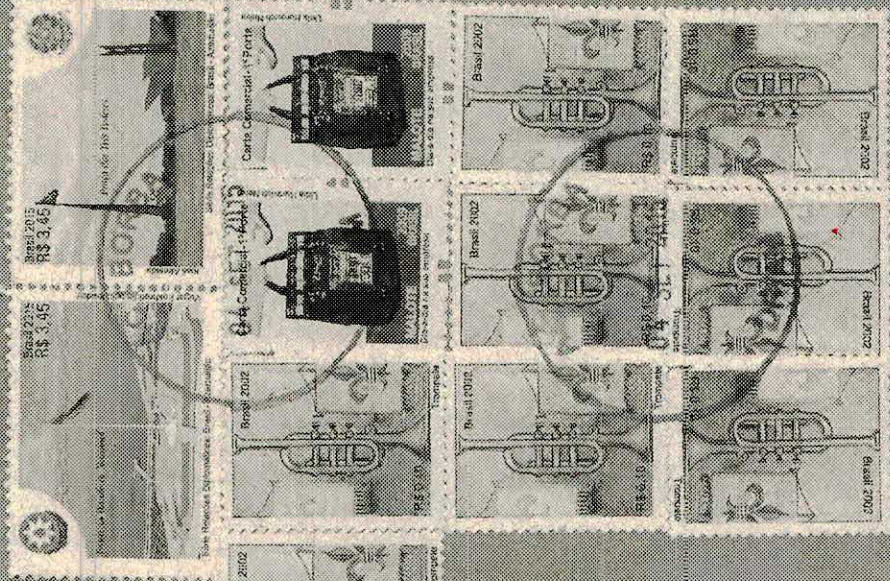
NOTA DE ESCLARECIMENTO

Informamos a Vossa Excelência as razões pelo qual não foram enviadas as documentações no prezo determinado por esse Ministério: **por falta de recursos financeiros para registro e autenticação dos documentos, precariedade nos serviços de internet em nosso município, para emissão de selo eletrônico para registro, entre outros.**

Sem mais para o momento, expressamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,


Dorval de Almeida Carvalho
Presidente da ACELCR



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

MP ☐ PESO: WEIGHT (kg) 0,45
AR ☒ JH 39791360 2 BR



Destinatário:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
PRAÇA XV DE NOVENBRO, 242 – 1º ANDAR,
SALA 107 A 110 – CENTRO-CEP: 88010-970
FLORIANOPOLIS/SC

88010-970

Remetente:

ASS. COMUN. CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
RUA "A" S/N, CUNJUNTO SHAM, 69.200-000
BORBA-AM

ESQUETA DO CARTÃO AM

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

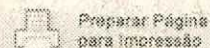
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.533.858/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/05/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACELCR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R A CONJUNTO SHAM	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 69.200-000	BAIRRO/DISTRITO CRISTO REI	MUNICÍPIO BORBA	UF AM
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 25/09/2015 às 09:53:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).[Atualize sua página](#)

NOTA TÉCNICA Nº 21830/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.056615/2011-18**

Processo de Outorga nº: 53630.000221/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Borba/AM**.

ANÁLISE

2. Realizada análise jurídica destes autos, constatarem-se pendências que necessitam ser sanadas. Assim, passa-se a solicitar os documentos apontados em cada um dos itens listados abaixo, de acordo com a legislação que trata do assunto:

Alterar o Estatuto Social para fim de:

I. **Apresentar relatório resumido do Conselho Comunitário** sobre a programação da radio, isto é, se a referida programação esta atendendo a comunidade e as diretrizes prevista no Estatuto Social. **O mesmo deverá estar assinado** por todos os cinco (5) membros do citado Conselho (art.131, V, da Portaria 4334/15-DOU de 21/9/15).

II. Assegurar expressamente, ***o ingresso gratuito, como associado***, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (art.40, II, da Portaria 4334/15).

III. **Determinar que não haverá** a distribuição de bônus ou sobras de receitas ou de qualquer outra modalidade de pagamento aos associados, em qualquer situação (art.131, II, da Portaria 4334/15).

IV. **Retificar a Ata de Eleição da Diretoria Executiva** realizada em 26/04/2014, para um mandato de dois (2) anos (art.20 do Estatuto), que elegeu a Sra. Elizangela Colares de Lima como Diretora de Patrimônio, **haja vista, que não existe tal cargo previsto no citado Estatuto, como descreve o seu art.13** (art. 131, III, da Portaria 4334/15).

V. **indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio**, observadas as disposições contidas **nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;**

As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação, bem como com relação a retificação da Ata de Eleição da Diretoria.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, **sob pena de indeferimento do pedido de renovação.**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 25/09/2015, às 11:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



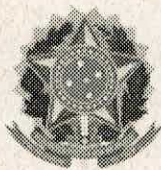
Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 29/09/2015, às 14:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0738094** e o código CRC **A37E3106**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 31575/2015/SEI-MC

Florianópolis, 25 de setembro de 2015.

Ao Senhor
Dorval de Almeida
Representante Legal da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (acelcr)
Rua: A, s/n, Conjunto SHAM.
CEP: 69.200.000 - **Borba/AM**

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056615/2011-18.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21830/2015/SEI/DRMC/SC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, a entidade deverá apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido **o prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, **sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de pós outorga arquivado.**
3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: **o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.**

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering**,
Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina,
em 29/09/2015, às 14:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e
MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0738400** e o código
CRC **C6CD7E58**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ao Senhor
Dorval de Almeida
Representante Legal da Associação Comunitária
Centro Educacional Lar Cristo Rei (aceler)
Rua: A, s/n, Conjunto SHAM,
CEP: 69.200.000 - **Borba/AM**

ILE DU DESTINATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

01-nº 3 L575/2015/DEL-MC (0738400)

S3000: 056615/2011-18

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Mariane Tavares dos Santos

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

MARIANE TAVARES DOS SANTOS

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

26 1789653-3

RUBRICA E MAT DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Adriano Tavares Junior

Agente de Correios

0054.014-7

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

16/10/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

16 OUT 2015

DR/AM

75240203-0

FC0463 / 18

114 x 160 mm

AVISO DE
RECEBIMENTORECENTRAL
S CN07

AR

JH 88235654 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

01 OUT 2015

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

FLORIANÓPOLIS

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

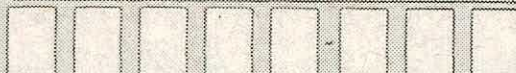
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRM
Praça XV de Novembro, 242 - 1ª Andar
89010-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSILENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA – AM.

Ofício nº 005/2015-ACELCR

Borba-AM, 16 de novembro de 2015

Do: Presidente da Ass.Comun.Centro Educacional Lar Cristo Rei
Ao Excelentíssimo. **Sr. CARLOS VINICIUS LANNES DUERING**
D.D: Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina
Assunto: **Informação**

Senhor Delegado,



Ao complementá-lo cordialmente Vossa Excelência, sirvo-me do presente para informar que em resposta ao **Ofício Nº31575/2015/SEI-MC, Processo de Renovação de Outorga de Radio Difusão Comunitária Nº 53000.056615/2011-18 e Nota Técnica Nº 21830/2015/CEI/DRMC/SC** e Processo de Outorga Nº 53630.000221/1998, o qual solicita documentações pendentes. Diante do exposto, estamos encaminhando toda a documentação exigida em anexo:

- I – Relatório resumido do Conselho Comunitário sobre a programação da Rádio;
- II – Cópia do Estatuto assegurando o ingresso gratuito como sócio qualquer cidadão domiciliado na área de execução dos serviços;
- III – Cópia do Estatuto onde determina que não haverá a distribuição de bônus ou sobras de receitas ou de qualquer outra modalidade de pagamento aos associados, em qualquer situação;
- IV – Cópia do Estatuto onde foi acrescentado o cargo de Diretor de Patrimônio;
- V – Cópia do Estatuto onde indicam as condições de extinção da entidade e previsão da destinação do seu patrimônio;
- VI – Cópia da Ata da Reunião Extraordinária, realizada dia 14/11/2015 onde foram aprovadas as alterações no Estatuto;
- VII – Cópia do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.

**As alterações feitas no Estatuto foram devidamente registradas em Cartório,
no registro de Pessoas Jurídicas.**

Sem mais para o momento, expressamos nossos protestos de elevada estima e
consideração.

Respeitosamente,



Dorval de Almeida Carvalho
Dorval de Almeida Carvalho
Presidente da ACELCR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA – AM.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Informamos a Vossa Excelência as razões pelas quais não foram enviadas as documentações no prezo determinado por esse Ministério: **precariedade nos serviços de internet em nosso município, para emissão de selo eletrônico para registro e autenticação das documentações exigidas.**

Desta forma pedimos a Vossa Excelência que leve em Consideração.

Sem mais para o momento, expressamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Borba-AM, 27 de novembro de 2015



Dorval de Almeida Carvalho
Presidente da ACELCR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA – AM.

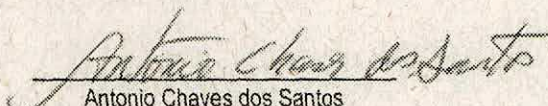
PROGRAMAÇÃO DA RADIO COMUNITARIA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI/DEZEMBRO 2014


HORÁRIOS	PROGRAMAS	DIAS DA SEMANA
4h00	Abertura Hino Nacional e prefixo da emissora	Todos os dias da semana
4h15	Despertador (Sertanejo e outros)	2ª a 6ª feira
4h15	Alvorada Musical	Sábado
4h15	Arquivo Musical	Domingo
5h50	Mensagem do Dia	2ª a 6ª feira
6h00	Musicas Gospel	2ª a domingo
7h00	Bom dia Amigos	2ª a 6ª feira
7h00	Alô Cidadão	Sábado
7h30	A voz do Pastor	2ª, 4ª a 6ª feira
8h00	Informativo Comunitário	2ª a 6ª feira
8h00	Sábado Alegre	Sábado
8h00	Santa Missa	Domingo
8h30	Pastoral da Criança Nacional	2ª, 3ª e 5ª feira
8h30	Pastoral da Criança Local	4ª a 6ª feira
9h00	Programa Musical	2ª a 4ª feira
9h00	Prosa Rural Programa da Embrapa	5ª feira
9h00	Juventude em Ação	6ª feira
9h00	Bate Papo com o Senador	Sábado
9h00	Caminhos da Educação/Programa Educacional	Domingo
10h00	Hora do ouvinte e do Aniversariante	2ª a 6ª feira
10h00	Sábado Show	Sábado
10h00	Painel de Sucessos	Domingo
11h00	Plantão Policial	2ª feira
11h00	Bate Papo (entrevistas, jornalismo e musica)	3ª a 6ª feira
12h00	Programa Musical (dence)	Sábado
12h00	Angelus (Ave Maria)	2ª a sábado
12h05	Um Só Coração	Domingo
12h05	Relax Musical (Musicas Orquestradas)	2ª a 6ª feira
13h30	Ritmos da Terra	2ª a 6ª feira
13h15	As 30 melhores da Semanas	Domingo
15h00	Alô Cidadão	2ª feira
15h00	Programa Musical "Final de Tarde"	3ª a 5ª feira
15h00	Programa de Saúde "Fala Doutor"	6ª feira
15h00	Jornada Esportiva Local	Sábado
15h00	Jornada Esportiva	Domingo
14h00	Programa " Estação do Pagode"	6ª feira
17h30	Terço Mariano	2ª a 6ª feira
18h00	A Voz do Brasil	2ª a 6ª feira
18h00	Programa Musical	Sábado
18h00	Programa Musical	Domingo
18h45	Santa Missa	Domingo
19h00	Programa Esportivo	2ª feira
20h00	Boa Noite (Programa Musical)	2ª feira
19h00	Alô Borba (Programa Musical)	3ª feira

19h00	Expressão Musical	4ª e 5ª feira
19h00	Informativo Vicentino	6ª feira
20h00	Boa Noite Rural	6ª feira
20h00	Musicas Regionais	Sábado
20h30	Programa Musical	Domingo
23h00	Hino Nacional e Encerramento	2ª a sábado
21h30	Hino Nacional e Encerramento	Domingo


Borba-AM, 16 de novembro de 2015

Conselho comunitário:


Antonio Chaves dos Santos
Presidente


Valdemilson da Palma Carril
Membro


João Paulo Marques Gonzaga
Membro


Renê de Assis
Membro


Elzenira Carvalho Brasil
Membro

Rua "A", s/n, Conjunto SHAM, CEP: 69.200-000 - Borba-AM.



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

Ivo Almeida Rodrigues – Tabelião – email: ivoalmeida.tabeliao@bol.com.br
Ana Raimunda Batista Corrêa – email: abatistacorrea@bol.com.br
Rua Coronel Pedro de Souza, s/n, Centro, Borba/Am – Fone: 3512-1582

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A- Nº 3

N.º DE ORDEM - 417

FOLHAS 097

CERTIFICO que, em virtude das atribuições que por lei me são conferidas e a requerimento verbal de parte interessada, que revendo no Cartório a meu cargo, nele o Livro 3-A de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, dele verifiquei constar o Registro do **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI**, apresentada para Registro nesta data, pelo senhor Dorval de Almeida Carvalho, e apontada sob **NÚMERO 417 (QUATROCENTOS E DEZESSETE), FOLHAS 097 (NOVENTA E SETE) LIVRO 3-A**. Para este fim a referida sociedade civil apresentou os documentos exigidos pela legislação em vigor, conforme cópias que ficam arquivadas neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Borba, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete (27) dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze (2015). Eu, Miriane Galvão Barbalho, Escrevente Autorizada, que registrei, subscrevo e assino. **SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO BC689419-47, TDPJ, Protocolo: 5.266, Número registro: 417, Número averbação: 417, Nome parte: ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, Valor ato: R\$89,53, Valor emolumentos: R\$72,20, Data/Hora da utilização: 27/11/2015 08:59:49, Emitido por: Ivo Almeida, FUNETJ:R\$ 7,22 FUNDPAM:R\$ 3,61 FUNDPGE:R\$ 2,17 FARPAM:R\$ 4,33, DD7A-C2C5-D37B-2DE8, Consulte o selo em www.seloam.com.br**

Borba-Am, 27 de Novembro de 2.015

2º SERVENTIA DE NOTAS E RECIBOS
PÚBLICOS DA COMARCA DE BORSA
Escrituras, Divisas, Atas, Inventários, Interdições,
Separações, Divergências, Testes e Depoimentos,
Avaliações, Registros de Imóveis, Títulos e Documentos,
Processos Judiciais, Escrituras, Nascimento, Casamento e Óbito

Bel. Luc Almeida Rodrigues - Ana Rainúbia B. Correa
Tributação Sub-Intendência
Rua Cel. João de Souza Sn. Centro - Borba - AM.
CEP: 69.200-000
Fone: (081) 251-1111

Miriane Galvão Barbalho
Escrevente Autorizada

Borba-Am, 27 de Novembro de 2.015

banho
zada

SECRETARIA DE NOTAS E REGISTROS
PUBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Rua Cel. Pedro de Souza S/n - Centro - Borba - Am
Tabela

Cartório da Comarca de Borba
Borba - AM
Ivo Almeida Rodrigues

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
BC689447-10

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 1,25
Data/Hora da utilização: 30/11/2015 09:32:42
Emitido por: Ivo Almeida

495E-A614-F0FE-BD3C
Consulte o selo em www.selcam.com.br

ESTATUTO

Reformulado em 14 de novembro de 2015

TÍTULO I – DA ASSOCIAÇÃO
CAPÍTULO I – DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º- A Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, fundada em 28 de março de 1998, doravante denominada, ACELCR é uma associação civil, filantrópica, assistencial e promocional, sem fins lucrativos, de caráter cultural e social, de gestão comunitária de duração indeterminada, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades das comunidades locais, com sede na Rua A, S/N, Conjunto SHAM, CEP: 69.200-000, nesta cidade de Borba/AM.

Paragrafo único – A ACELCR reger-se-á pelas disposições deste Estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º - A Organização tem por finalidade:

- a) Amparar crianças e adolescentes em vulnerabilidade social-econômica, dando-lhes Carinho alimentação, atividades educativas e recreativas, durante o período do contra-turno escolar, funcionando como um segundo lar;
- b) Conscientizar a formação teórica e recreativas, dos pais das crianças e adolescentes assistidos pela ACELCR através de mutirões e reuniões diárias e semanais;
- c) Dar oportunidades a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- d) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- e) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de proteção social e defesa civil sempre que necessário;
- f) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- g) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- h) Executar os serviços de radiodifusão comunitária conforme legislação vigente;
- i) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- j) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- k) Respeito aos valores étnicos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- l) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;
- m) Buscar parcerias com órgãos públicos e ou privados, além de outras associações de caráter comunitário.

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, étnica ou de qualquer natureza na admissão dos associados;



ESTATUTO

Reformulado em 14 de novembro de 2015

§ 2º - Será obrigatório a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§ 3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção da ACELCR.

§ 4º - A organização executará, diretamente ou mediante convênios com outras entidades, programas de assistência e recreação em favor dos associados e de seus familiares, extensivos aos seus dependentes associados falecidos, tudo conforme condições estabelecidas nos respectivos planos;

§ 5º - Toda arrecadação da Organização será para atender suas finalidades e seus objetivos.

Art. 3º - A Organização terá sede e foro na cidade de Borba/AM, e funcionará por período.

CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO

Art. 4º - Constitui patrimônio da Organização, que ficará sob a responsabilidade da diretoria:

- I - Receita ordinária;
- II - Doações;
- III - Legados;
- IV - Outros ingressos

TÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I - ASSOCIADOS - DIREITOS E DEVERES

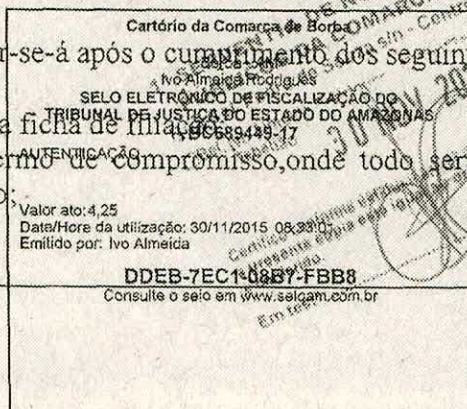
Art. 5º - Categoria de sócio:

- a) Fundadores: são os que assinaram a Ata d fundação da Organização;
- b) Contribuintes: são proprietários e/ou moradores posseiros que se associarem a Organização;
- c) Beneméritos: são os que fizerem doações em valores ou prestarem serviços relevantes a Organização.

§ 1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução dos serviços da emissora.

§ 2º - A admissão dar-se-á após o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Preenchimento da ficha de matrícula;
- b) Assinatura do termo de compromisso, onde todo serviço prestado à Organização é caráter voluntário;



SERVENTIA DE NOTARIAS E REGISTROS
PUBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Dr. Paulo de Souza A. Centro - Borba
Sub-Tabela
José Maria da Silva Mala
Advogado OAB/AM 5773

ESTATUTO
Reformulado em 14 de novembro de 2015

- c) Declaração de aceitação dos termos do presente estatuto e regimentos internos;
- d) Aceitação, pela diretoria, dos documentos necessários.

§ 3º - Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitido em Assembleia Geral, com residência ou sede neste município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, os quais a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados.

Art. 6º - São direitos dos sócios:

I - Será assegurado o direito de votar e ser votado nas eleições para qualquer cargo da Organização, além de ter assegurado seu direito de voz nas deliberações sobre as ações sociais da entidade.

II - Será assegurado o direito de ingresso como sócio de pessoa jurídica sem fins lucrativos, sediadas no município de Borba/AM, que por intermédio de seus representantes legais, terão ainda o direito de voto nas eleições para qualquer cargo da Organização, além de ter assegurado seu direito de voz nas deliberações sobre as ações sociais da entidade.

III - Desfrutar dos Benefícios assegurados pela Associação sujeitando-se ao Estatuto e Regimentos internos;

IV - Sugerir à diretoria ou à Assembleia Geral tudo quanto julgar conveniente aos interesses da organização;

V - Tomar partes em todas as atividades associativas;

Parágrafo único - para gozo dos direitos assegurados neste artigo, é necessário que o sócio esteja quite com as obrigações sociais e financeiras;

Art. 7º - São deveres dos sócios:

I - Respeitar e fazer respeitar este Estatuto, bem como o Regimento Interno, ou Instruções Normativas existentes;

II - Pagar, dentro do prazo determinado, as contribuições a que se tenha obrigado;

III - Comparecer assiduamente às Reuniões, Assembleias e demais atividades da Organização;

IV - Promover e praticar a solidariedade entre os sócios;

V - Aceitar os cargos sociais para os quais for eleito ou nomeado, salvo motivo de força maior;

VI - Contribuir, obrigatoriamente, com uma taxa mensal, estipulada em Assembleia Geral Ordinária, à manutenção da Organização.

Parágrafo Único - O sócio que se retirar da Organização não terá restituição a qualquer título das taxas pagas, podendo ser atualizado o valor de débitos junto à associação, relativo a mensalidades ou outras taxas aprovadas em Assembleias.

Valor ato: 4,25
Data/Hora da utilização: 30/11/2015 08:33:12
Emitido por: Ivo Almeida

D5B7-5EA9-4106-A769

Consulte o selo em www.seloam.com.br

SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PUBLICOS DA COMARCA DE BORBA
JOSÉ MARIA DA SILVA MAIA
Advogado OAB/AM 5773

ESTATUTO

Reformulado em 14 de novembro de 2015

Art. 8º - É vedada a distribuição de bônus ou sobras de receitas ou qualquer outra modalidade de pagamento aos associados, em qualquer circunstância.

CAPÍTULO II – DAS PENALIDADES

Art. 9º - O sócio membro da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal que infringir as disposições estatutárias e regulamentares, ou praticar atos que desabone o nome da Organização ou perturbar sua ordem ou ainda praticar falta grave, é passível das seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão;
- c) Expulsão;

§ 1º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas por deliberação da Diretoria Executiva, necessitando, para expulsão de sócio ou afastamento de membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, aprovação prévia da maioria simples da Assembleia Geral;

§ 2º - Quando qualquer membro da Diretoria for afastado por falta grave, o mesmo ficará inelegível por um período de 08 (oito) anos;

§ 3º - Será considerada falta grave todo procedimento lesivo aos interesses da Organização, que sejam assim considerados por maioria simples da Assembleia Geral, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos presentes à Assembleia;

§ 4º - Em havendo o afastamento da totalidade da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, para apuração de qualquer irregularidade, aquele que atuar como Presidente Interino ou como Interventor poderá assumir, juntamente com um dos membros da comissão apuradora, escolhido entre eles, todos os documentos, atas, atos judiciais, títulos cambiais, cheques da Organização, assim como todos os papéis necessários ao bom desempenho de suas funções de interesse da Organização, isto é, relativos às atribuições do Presidente da Organização;

§ 5º - Em sendo afastado ou suspenso temporariamente qualquer ou quaisquer membros da Diretoria, apuração de falta grave, seus direitos só poderão ser exercidos aqueles membros em número de máximo de três, por ele indicado para defender seus interesses perante a comissão apuradora, ficando suspenso, por completo, o direito de votar e ser votado até o final das apurações.

Art. 10º - São órgãos deliberativos da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.



1ª Serventia de Notas e Registros Públicos da Comarca de Borba
Bel. Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião
José Maria da Silva Maia
Advogado OAB/AM 5773

ESTATUTO

Reformulado em 14 de novembro de 2015

CAPÍTULO II – DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 11º – A Assembleia Geral, órgão supremo e soberano da Organização, será composta por todos os seus associados ativos, reunindo-se ordinariamente, uma vez por ano, convocado pelo Presidente, ou, extra ordinariamente, em qual quer época, podendo ser convocado pelo Presidente, por três membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos sócios, mediante abaixo-assinado especificando a finalidade da convocação.

Art. 12º - Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- a) Eleger, dar posse e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) Conhecer, aprovar e desaprovar as contas da Diretoria no final de cada exercício, após análise do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar os relatórios da Diretoria;
- d) Discutir a gestão anterior;
- e) Discutir os demais temas apresentados a Assembleia para apreciação;
- f) Aplicar sanções aos sócios e membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 13º - Compete a Assembleia Extraordinária discutir os assuntos para o qual foi convocada.

CAPÍTULO II – DA DIRETORIA EXECUTIVA

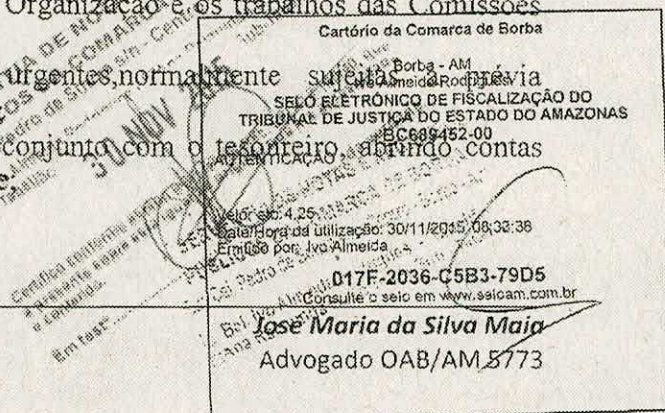
Art. 14º - A Diretoria Executiva será composta:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro; e
- e) Diretor de Patrimônio.

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Organização, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, quando convocadas pelo mesmo;
- c) Superintender os serviços e atividades da Organização e os trabalhos das Comissões que vierem a ser criadas, podendo delegar;
- d) Adotar, “ad referendum”, providências urgentes, normalmente sujeitas à aprovação da Diretoria ou da Assembleia;
- e) Movimentar fundos da Organização, em conjunto com o tesoureiro, abrindo contas bancárias e movimentando-as regularmente.



ESTATUTO

Reformulado em 14 de novembro de 2015

- f) Nomear Comissões de serviços para tratar de assuntos específicos, coordenando suas atividades;
- g) Constituir procuradores, inclusive "ad judícia" e "ad negotia";
- h) Admitir e demitir empregados;
- i) Assinar livros de atas, documentos e demais papéis de interesse da Organização;
- j) Publicar instruções Normativas, objetivando disciplinar as atividades dos associados nos limites do presente Estatuto;
- k) Comprar e vender ações de empresas do Governo, da iniciativa privada, "ad referendum" da Diretoria ou da Assembleia Geral;
- l) Contratar serviços técnicos, assinar contratos de serviços ou outros de interesse da Organização;
- m) Nomear comissões eleitorais;
- n) Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto, os atos das Diretorias, dos Conselhos e os das Comissões criadas.
- o) Indicar o Diretor de Rádio e TV, o qual será responsável por implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução dos serviços de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas aos serviços de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

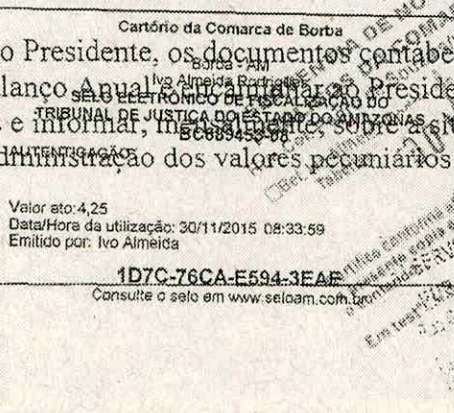
Parágrafo Único – Compete ao vice-presidente substituir o presidente em impedimentos, com todas as atribuições deste artigo.

Art. 16º - Compete ao Secretario:

- a) Secretariar reuniões da Diretoria, das Assembleias Gerais do Conselho Fiscal;
- b) Superintender os serviços de secretaria;
- c) Organizar os serviços internos;
- d) Gerenciar os empregados;
- e) Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos.

Art. 17º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Superintender e controlar os serviços da tesouraria;
- b) Ter sob sua guarda os valores sociais e informar à presidência seu andamento;
- c) Controlar a arrecadação das contribuições dos sócios e demais créditos da Organização e informar ao Presidente;
- d) Cobrar os sócios em atraso nas contribuições e informar ao Presidente sobre seu andamento;
- e) Assinar, com o Presidente, os documentos contábeis e os cheques emitidos;
- f) Elaborar o Balanço Anual e apresentar ao Presidente;
- g) Prestar contas e informar, inclusive, sobre a situação financeira da Organização;
- h) Promover a administração dos valores pecuniários sob sua responsabilidade;



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI

CNPJ: nº 02.533.858/0001-47

ESTATUTO

Reformulado em 14 de novembro de 2015

- i) Gerenciar os valores da contabilidade, caixa, contas bancárias, recebimentos, pagamentos e emissão de cheques.

Art. 18º - São atribuições do Diretor de Patrimônio:

- a) Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da Associação;
b) Elaborar e apresentar o relatório patrimonial à Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Art. 19º - Nenhum membro da Diretoria será remunerado, para o desempenho de suas funções e respectivas atribuições.

Parágrafo Único – Será escolhido entre os membros do Conselho Fiscal o seu Presidente, que terá o voto de Minerva, nas decisões em que houver empate na votação.

Art. 20º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as ações da Organização como um todo;
b) Analisar as contas da Organização mensalmente, dando parecer;
c) Analisar os balanços da Diretoria, dando parecer;
d) Resolver, nos limites do Estatuto, todos os casos omissos;
e) Julgar os casos de recursos contra atos de membros da Diretoria;
f) Examinar e dar soluções cabíveis às divergências entre os membros da Diretoria;
g) Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Organização, apresentando o resultado ao Presidente, em forma de sugestão;
h) Convocar Assembleia Geral, informando o motivo para qual foi convocada.

§ 1 – As reuniões ordinárias do Conselho Fiscal dar-se-ão na última semana de cada mês, e as extraordinárias, em qualquer época por convocação do Presidente do Conselho Fiscal e da Associação ou por dois membros conselheiros;

§ 2 – As decisões serão condicionadas à maioria simples dos votos dos conselheiros presentes, que não poderão ser em número inferior a 03 (três);

§ 3 – Todas as decisões serão consignadas em Atas.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 21º – O conselho Comunitário será composto por no mínimo 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das atividades da organização, formulando por escrito reclamações, indicações, solicitações, informações e inclusive realizando a proposição de ações que julgar necessárias.



ESTATUTO
Reformulado em 14 de novembro de 2015

CAPÍTULO VI – DAS ELEIÇÕES E DO MANDATO

Art. 22º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos aos cargos apenas uma vez consecutiva.

§ 1º - As eleições serão convocadas 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos membros atuais da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

§ 2º - As chapas serão registradas na Comissão Eleitoral;

§ 3º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos por voto direto, ou, nos casos de chapa única por aclamação.

§ 4º O voto será secreto e não será admitido voto por procuração.

CAPÍTULO VII – DAS COMISSÕES DE SERVIÇOS

Art. 23º - Serão criadas tantas comissões de serviços quantas se fizerem necessária, levando-se em consideração os interesses dos associados e da Organização.

Art. 24 - As comissões terão caráter permanente ou transitório, e serão compostas por sócios deste que estejam quites com as obrigações sociais.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

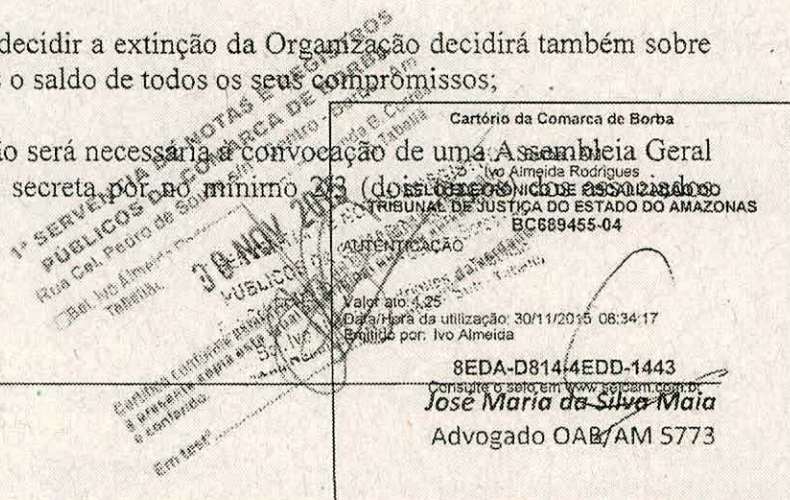
Art. 25º - O presente Estatuto somente poderá ser reformado em Assembleia Geral, convocada especificamente para tal fim, por voto da maioria absoluta dos presentes, em condição de voto, ou seja, que está em dia com suas mensalidades;

Art. 26º - A responsabilidade dos Diretores que terminarem o mandato é solidária, cessando somente após terem sido as contas da Diretoria aprovada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Cada Diretoria ao encerrar o seu mandato, assinará o termo de transmissão de cargo no livro de Atas em sua última reunião.

Art. 27º - A Assembleia Geral que decidir a extinção da Organização decidirá também sobre a destinação de seu patrimônio, após o saldo de todos os seus compromissos;

§ 1º - Para a extinção da Organização será necessária a convocação de uma Assembleia Geral específica para tal fim, em votação secreta por no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto;



ESTATUTO
Reformulado em 14 de novembro de 2015

§ 2º - Havendo dissolução da Organização, não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os sócios ou qualquer forma de pagamento;

Art. 28º - Extinta a Associação seus bens serão doados para Instituições Filantrópicas que tiverem as mesmas finalidades e características da ACELCR.

Art. 29º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembleia Geral.

Art. 30º - O presente Estatuto entra em vigor sua aprovação.

Borba-AM, 14 de novembro de 2015

Dorval de Almeida Carvalho
Dorval de Almeida Carvalho
Presidente

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Rua Cel. Pedro de Souza s/n - Centro - Borba - Am.

REGISTRO
LIVRO 3 - Processo Judicial
FOLHAS 37 - TERMO/MATRÍCULA 417
Borba-Am., 21 de dezembro de 2015

☐ Bel. Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião
☐ Ana Raimunda B. Correa - Sub - Tabelião

[Assinatura]

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Rua Cel. Pedro de Souza s/n - Centro - Borba - Am.

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
BC689457-00

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 4,25
Data/Hora da utilização: 30/11/2015 08:35:02
Emitido por: Ivo Almeida

6E30-D41C-D0D4-5614
Consulte o selo em www.sedeem.com.br

[Assinatura]



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE BORBA

Ivo Almeida Rodrigues – Tabelião - email: ivoalmeida.tabeliao@bol.com.br

Ana Raimunda Batista Corrêa – email: abatistacorrea@bol.com.br

Rua Coronel Pedro de Souza, s/n, Centro, Borba/Am – Fone: 3512-1582

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A- N° 3

N.º DE ORDEM - 416

FOLHAS 096

CERTIFICO que, nesta data me foi apresentada para registro pelo senhor Dorval de Almeida Carvalho, ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, apresentada para Registro e apontada sob número 416 (QUATROCENTOS E DEZESSEIS) FOLHAS 096 (NOVENTA E SEIS) DO LIVRO A – N° 3. Aos quatorze dia do mês de novembro de dois mil e quinze, as 9:00 horas, reuniram-se nas dependências da Associação comunitária os sócios da ACELCR. Para deliberar sobre alteração do Estatuto da Associação ACELCR. Conforme orientação do ministério das comunicações, ofício nº 31575/2015/SEI-MC, datado de Florianópolis, 25 de setembro de 2015. das seguintes alterações: 1º Assegurar expressamente, o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço art.40,II, da portaria 4334 (15). 2º determinar que não haverá a distribuição de bônus ou sobras de receitas ou de qualquer outra modalidade de pagamento, em qualquer situação (art.131,II, da portaria 4334/15). 3º Retificar a ata de eleição da Diretoria Executiva realizada em 16/04/2014, para um mandato de dois anos (art. 20 do Estatuto). 4º indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observados as disposições contidas no arts. 61 e 69 da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o código civil; iniciando o Presidente Sr. Dorval de Almeida Carvalho, deu boas vindas a todos, em seguida, explicou o assunto da reunião, depois se colocaram favorável às mudanças no Estatuto. Em seguida não tendo nada mais a tratar o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião e eu Jacy Moreira Palheta, escrevi a presente Ata que depois de lida e aprovada, foi assinada por quem é de direito, Borba-Am, 14 de novembro de 2015. Para este fim a referida sociedade civil apresentou o livro de ata, conforme cópias que ficam arquivadas

Certifico conforme assina e apresenta copia esta igual a original.
Em 14/11/2015

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
BC689443-18
Data/Hora da utilização: 30/11/2015 08:31:51
Emido por: Ivo Almeida
EC8D-DC32-5B72-8148
Consulte o selo em www.seloam.com.br

Borba-Am, 27 de Novembro de 2015

Miriane Garcia Barbalho
Escrevente Autorizada

**1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PUBLICOS DA COMARCA DE BORBA**
Rua Cel. Pedro de Souza s/n - Centro - Borba - Am
Borba - Am
Taboão do Sul - Taboão do Sul - SP

SELO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

30 NOV 2015

Cartório da Comarca de Borba - Mato Grosso do Sul

Cartório da Comarca de Borba
Borba - AM
Ivo Almeida Rodrigues
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
BC689444-16
AUTENTICAÇÃO
Valor ato: 4,25
Data/Hora da utilização: 30/11/2015 08:31:58
Emitido por: Ivo Almeida
8554-22ED-A119-D606
Consulte o selo em www.seloam.com.br

Aos quatorze dia do mês de novembro de dois mil e quinze,
 as 9:00 horas, reuniram-se na dependência da Associação
 comunitária os sócios da ACELCR, para deliberar sobre al-
 teração do Estatuto da Associação ACELCR. Conforme orienta-
 ção do Ministério das Comunicações, Ofício nº 31575/2015
 SEI-MC, datado de Florianópolis, 25 de Setembro de 2015,
 das seguintes alterações: 1º Asegurar expressamente, o ingresso
 gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão
 domiciliado na área de execução do serviço (art. 40, II,
 da Portaria 4334/15). 2º Determinar que não haverá a dis-
 tribuição de lucros ou sobras de receitas ou de qualquer ou-
 tra modalidade de pagamento aos, em qualquer situação
 (art. 131, II, da Portaria 4334/15). 3º Retificar a ata de eli-
 ção da Diretoria Executiva realizada em 26/04/2014, por
 um mandato de dois anos (art. 20 do Estatuto). 4º in-
 dicar as condições de extinção da entidade e a prorroga-
 ção da extinção do seu patrimônio, observadas as dis-
 posições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10
 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; inexisten-
 do o Presidente Sr. Derval de Almeida Carvalho, deu boa-
 vindas a todos, em seguida, explicou o assunto da reu-
 nião, após perguntou aos presentes se estavam dis-
 cordo e todos se colocaram favorável às mudanças
 no Estatuto. Em seguida não tendo mais nada a
 tratar o Presidente agradeceu a todos e encerrou a
 reunião e seu Jaques Moreira Pallotta agradeceu aos presentes
 esta que depois de lida e aprovada, assinada por
 quem é de direito, B. Carlos AM, 14 de novembro de 2015

Presidente
Kochlinlein dr. Palma
vice-Presidente

Cartão de Controle de Bens

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

30BD-AC56-979C-CD53

Consulte a selo em www.selsam.com.br

Secretaria

Meriane Taroni dos Santos

Tesoureiro

Elisângela Salares de Lima

Dirutor do Patrimônio

Alexsandro Moura Palheta, Kleber de Almeida Fonseca,

Sandra de Moura Palheta, Igor Queiroz, Polares, Fabiana D. Colares

Kare de Lima de Almeida, Nelcinda Silveira Almeida, Maria Jose

Marcia Palheta, Ines de Jesus dos Santos Oliveira, Maria de

Almeida Lima, MARIA F. M. J. de Sousa

Edmilson Silveira de Almeida, Eunice A. de Assunção

Wagner Alves Pontes, Lameiros de Souza, Larissa G. Pontes

Emilson D. A. Palma Cavil

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS

PUBLICOS DA COMARCA DE BORBA

Rua Cel. Pedro de Souza s/n - Centro - Borba - Am.

REGISTRO

LIVRO 4-3 - VESSOS JUDICIAIS

FOLHAS 46 - TERMO/MATRICULA 416

Borba-Am. 27 de NOVEMBRO de 2015

☐ Bel. Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião
☐ Ana Raimunda B. Correa - Sub - Tabelião

1ª SERVENTIA DE NOTAS E REGISTROS
PUBLICOS DA COMARCA DE BORBA
Rua Cel. Pedro de Souza s/n - Centro - Borba - Am.

☐ Bel. Ivo Almeida Rodrigues - Tabelião

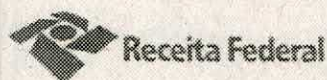
30 NOV 2015

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
BC689446-12

AUTENTICADO

Valor 9074,26
Data/Hora de utilização: 30/11/2015 08:32:26
Emitido por: Ivo Almeida


0CD8-B4A1-3554-2C19
Consulte o selo em www.selioam.com.br



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

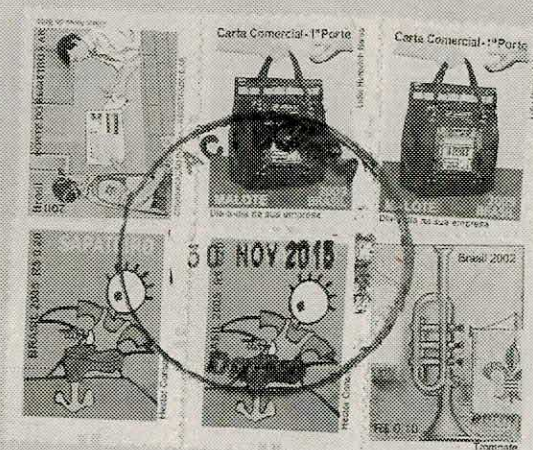
		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.533.858/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/05/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACELCR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.10-1-00 - Atividades de rádio 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R A CONJUNTO SHAM	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 69.200-000	BAIRRO/DISTRITO CRISTO REI	MUNICÍPIO BORBA	UF AM
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 15/10/2015 às 18:29:29 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Santa Catarina – DRMC-04
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar
88010-970 – FLORIANÓPOLIS – SC



**Associação Comunitária
Centro Educacional Lar Cristo Rei
(Acelcr)
Rua "A", s/n, Conjunto SHAM.
CEP: 69.200-000 - Borba-AM.**

(ETIQUETA DO LARIMBO 097)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
ACELCR
CNPJ: 02.533.858/0001-47
BORBA - AM.

Relatório do Conselho Comunitário

Atendendo as exigências do Processo de Renovação de Outorga nº 53000.056615/2011-18, nós do Conselho Comunitário vimos por meio deste apresentar junto ao Ministério das Comunicações Relatório resumido referente à Programação da Emissora.

Acompanhando a Programação da Emissora, verificamos que a entidade esta de acordo com os princípios e finalidades da legislação vigente de Radiodifusão Comunitária e em seu Estatuto, executando os serviços de utilidade pública, dando preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.

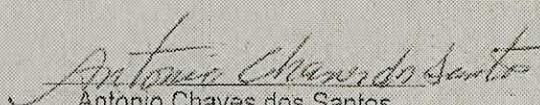
Nas áreas de grande interesse social como: educação, cultura, saúde, esporte, lazer e comunicação. Está presente nos eventos culturais e artísticos de relevância para a população em geral.

Desta forma, acreditamos que a entidade vem executando os objetivos estabelecidos em seu estatuto, e contribuindo significativamente no desenvolvimento da comunidade, pois se verifica a grande aceitação da programação da emissora junto à comunidade atendida.

Respeitosamente,

Borba-AM, 14 de dezembro de 2015

Conselho Comunitário


Antonio Chaves dos Santos
Presidente

Valdemilson da Palma Carril

Valdemilson da Palma Carril
Membro

João Paulo Marques Gonzaga

João Paulo Marques Gonzaga
Membro

René de Assis

René de Assis
Membro

Elzenira Carvalho Brasil

Elzenira Carvalho Brasil
Membro

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.056615/2011 Localidade / UF: BORBA/AM
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Pedro Pinheiro da Palma	884.819.132-00	Vice-Presidente	26/04/2014 26/04/2016	
Jacy Moreira Palheta	383.686.842-34	Secretário	26/04/2014 26/04/2016	
Dorval de Almeida Carvalho	473.987.102-59	Presidente	26/04/2014 26/04/2016	
Elizangela Colares de Lima.	937.120.732-91	Diretor de Patrimônio	26/04/2014 26/04/2016	
Mariane Tavares dos Santos	795.554.542-72	Tesoureiro	26/04/2014 26/04/2016	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO CADASTRADO E DIGITALIZADO-SEI.

- Requerimento solicitando renovação: fls.05 do evento SEI 0052536.
- Declaração de conformidade-parâmetros técnicos: fls.02 do evento SEI 0736602.
- Certidão negativa de débito Anatel: fls.03 do evento SEI 0736602.
- CNPJ válido e atual: fls.20 do evento SEI 0876858 e 21,22 do evento SEI 07366602.
- Estatuto atualizado e registrado no CRPJ: fls.06 a 09 do evento SEI 0876858.
- Ata da eleição diretoria atual registrada no CRPJ; fls.04,05 do evento SEI 0013009.
- Relatório do Conselho Comunitário sobre programação veiculada pela emissora: fls.04,05 do evento SEI 0876858 e 01,02 do evento SEI 0882439.
- RG e CPF dos dirigentes: fls.05 a 10 do evento SEI 0736602.

Conclusão da Análise-Processo Instruído.
É o relatório.

Tadeu/DRMC/SC/16/12/2015.

Tadeu Rosa

NOTA TÉCNICA Nº 155/2016/SEI-MC

Processo nº: **53000.056615/2011-18**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Borba/AM**, por meio da Portaria nº **256**, publicada no DOU de 21/06/2000, e Decreto Legislativo nº **494**, publicado no DOU de 04/12/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 05/12/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 10/01/2012, às fls. nº 05, evento SEI 0052536, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e demais disposições legais vigentes. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE:

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei.

QUADRO DIRETIVO:

Presidente: Dorval de Almeida Carvalho.
Vice-Presidente: Pedro Pinheiro da Paula.
Secretária: Jacy Moreira Palheta.
Tesoureira: Mariane Tavares dos Santos.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e demais disposições legais vigentes, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e com as demais disposições legais vigentes..	Ok, páginas 6 a 19 do evento SEI (0876858).
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 4 e 5 do evento SEI (0013009).
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 5 a 10 do evento SEI (0736602).
	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas	

4.	instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 2 do evento SEI (0736602).
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 3 do evento SEI (0736602).
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 20 do evento SEI (0876858).
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art.8º da Lei nº 9.612, de 1998, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 4 e 5 do evento SEI (0876858), 1 e 2 do evento SEI (0882439).

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0889364, processo anexado 53578.001940/2014, em trâmite.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Delegacia Regional posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, evento SEI (0883370).

À consideração superior.

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.056615/2011-18**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **05/12/2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Borba/AM**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056615/2011-18 e nº 53630.000221/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/12/2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Borba/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 06/01/2016, às 15:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 06/01/2016, às 15:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/01/2016, às 13:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 28/01/2016, às 09:46, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/02/2016, às 11:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0910269** e o código
CRC **2EC18C1F**.

Minutas. Possui.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo

nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a

entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.
15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das

Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a

ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL N° 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS			
-------------------	--	--	--

		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta

Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Memorando nº 4630/2015/SEI-MC

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (acelcr)**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Borba/AM**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering**, **Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 17/12/2015, às 09:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0883371** e o código CRC **31DAD554**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Santa Catarina - DRMC/SC

Processo nº: **53000.056615/2011-18**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO
REI (ACELCR)**

Em atenção ao Memorando nº4630/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53578.001940/2014	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise da defesa;• Irregularidade apurada: Inciso XVII do art. 40 do Decreto 2.615/98.
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	-	NADA CONSTA

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 23/12/2015, às 19:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0889364** e o código CRC **2F96C03C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: AM
Município: Borba
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Borba
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI (ACELCR)
Nome Fantasia:
Logradouro: AV. AMAZONAS, S/N - CENTRO
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.533.858/0001-47
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02533858000147

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI (ACELCR)
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 69200000
Logradouro: AV. AMAZONAS, S/N - CENTRO
Complemento:
Município: Borba
Distrito: Borba
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Telefone:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 69200000
Logradouro: AV. AMAZONAS, S/N - CENTRO
Complemento:
Município: Borba
Distrito: Borba
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Telefone:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação: 05/12/2001
Contrato/Convênio:
Número do Processo: 536300002211998

Data Limite Instalação:

Fistel: 50011357029

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos



Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	256	Portaria	MC	07/06/2000	21/06/2000	Autoriza Executar Serviço	Aut.
	19200	ATO	SCM	27/09/2001	01/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Tec.
	494	Decreto Legislativo	CN	04/12/2001	05/12/2001	Deliber. do C. Nacional	Aut.
	48365	ATO	SCM	09/12/2004 1	13/12/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Tec.

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI (ACELCR) - CNPJ/CPF(02.533.858/0001-47)		Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)		
Município/UF: BORBA/AM		Canal: 200		
Indicativo: ZYC260				
Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim	X
Domingo ▼	Sábado ▼	05:00 ▼	23:00 ▼	X
 Tela Inicial  Imprimir				

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.056615/2011-18**

Entidade: **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (ACELCR)**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.056615/2011-18 (ver documento 0910269), no qual a **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (ACELCR)** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Borba / AM**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/02/2016, às 14:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0983525** e o código CRC **A4C48AFE**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.056615/2011-18**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **05 de dezembro de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Borba/AM**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056615/2011-18 e nº 53630.000221/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Borba/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 759/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056615/2011-18 e nº 53630.000221/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Borba/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0990266** e o código CRC **477A2045**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.056615/2011-18**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **05 de dezembro de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Borba/AM**.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0990274** e o código **CRC A302220D**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16894/2016/SEI-MC

Ao Senhor
Dorval de Almeida
Representante Legal da Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (acelcr)
Rua: A, s/n, Conjunto SHAM.
CEP: 69.200.000 - **Borba/AM**

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.056615/2011-18.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 759, de 09 de maio de 2016.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 12/05/2016, às
16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1131130** e o código
CRC **3AC37822**.

PREENCHER COM LETRA DE

NOME OU RAZÃO SOCIAL E

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

Of. nº 16894/2016/SEI-MC. 12/05/2016

53000.056615/2011-18

DORVAL DE ALMEIDA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO
REI (ACELCR)

RUA: A. SN, CONJUNTO SHAM.

CEP: 69.200.000

BORBA/AM

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

x Dorval de Almeida Carvalho

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

31/05/2016

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

31 MAI 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DORVAL DE ALMEIDA CARVALHO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

117649h-5 / AM

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Claudionor Valente Junior
Agente de Correios

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JO 39170552 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

____/____/____

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

70044-900

Brasília-DF

CII

UF

BRASIL

					-			
--	--	--	--	--	---	--	--	--



001-9

00198.41808 50000.000005 03933.297214 1 68120000018222

Cedente FR - Imprensa Nacional		Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X	Espécie RS	Quantidade 0001	Nosso número 00000000003933297
Número do documento 4	CFP/CNF2 04.196.645/0001-00	Vencimento 01/06/2016		Valor documento 182,22	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	

Sacado

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (aceler)

Rua: A, s/n, Conjunto SHAN 1

Barba, AN-ICF 69.200.000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3933297 enviado em 12/05/2016

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 03933.297214 1 68120000018222

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 01/06/2016
Cedente FR - Imprensa Nacional					Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 12/05/2016	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 12/05/2016	Nosso número 00000000003933297
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie RS	Quantidade 0001	Valor Documento 182,22	(=) Valor documento 182,22
Instruções Após vencimento, este boleto perde a validade. Referente a publicação do ofício 3933297 enviado em 12/05/2016					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado

Sacado

Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (aceler)

Rua: A, s/n, Conjunto SHAN 1

Barba, AN-ICF 69.200.000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 757, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53000.067938/2013-07 e nº 53670.000245/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FRÓ - DESENVOLVIMENTO DE SIMOLÂNDIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Simolândia / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 759, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53000.056615/2011-48 e nº 53630.000221/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Borba/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 762, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53000.057440/2011-66 e nº 53760.000397/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO ASSOCIADAS FM DA CIDADE DE SANTA FILOMENA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Filomena/PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 767, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53103.000318/1999 e nº 53900.015755/2015-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 776, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53000.011716/2013-21 e nº 53710.001079/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E PRODUÇÃO DE RÁDIOFUSÃO DO BAIRRO CIDADE NOVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Belo Horizonte / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 779, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53900.000545/2014-42 e nº 53710.001727/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE ABAETÉ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Abaeté / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 785, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53000.052601/2012-4 e nº 53830.001755/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ OPERÁRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Matão / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 789, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53000.030840/2012-3 e nº 53830.001725/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de junho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCADORA CAMFÔ VERDE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Iacanga / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 866, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53000.061974/2013-59 e nº 53740.000871/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE RIO BONITO DO IGUAÇU - ACCARBI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Bonito do Iguaçu / FR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 877, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53000.017596/2013-76 e nº 53740.000202/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA GAROFABENSE DE COMUNICAÇÕES, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Garopaba/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 895, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53630.000207/1999 e nº 53900.017745/2014-34, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL DE TONANTINS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tonantins/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 896, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53640.001577/1998 e nº 53900.017321/2015-51, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de julho de 2015, a autorização outorgada ao CONSELHO COMUNITÁRIO DE ARRAIAL D'ÁZUA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Farto Seguro/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 897, DE 10 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, **Parágrafo** Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos **Processos** Administrativos nº 53650.002403/1998 e nº 53900.041566/2015-07, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao CENTRO COMUNITÁRIO DE RÁDIOFUSÃO DE SANTA QUITERIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Quitéria/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.056615/2011-18**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI (A C E L C R)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1195248** e o código CRC **25FF6F2C**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.056615/2011-18**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **05 de dezembro de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Borba/AM**.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.056615/2011-18

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 155/2016/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**,
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 22/07/2016, às 14:11,
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1244324** e o código
CRC **3B1CEFCF**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056615/2011-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Borba/AM.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.056615/2011-18**

Entidade: **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (acelcr)**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1741394** e o código CRC **066DDA85**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.056615/2011-18

SEI nº 1741394

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.056615/2011-18**

Entidade: **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (acelcr)**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1741396** e o código CRC **A341D109**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.056615/2011-18

SEI nº 1741396

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
DESPACHO

Processo nº: **53000.056615/2011-18**

Entidade: **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei (acelcr)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 155/2016 (0910269) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (0883370), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**,
Secretária de Radiodifusão, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1741402** e o código
CRC **CEB5DB7E**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.056615/2011-18**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **05 de dezembro de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de

radiodifusão comunitária, na localidade de **Borba/AM**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.056615/2011-18

SEI nº 1741402

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056615/2011-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Borba/AM.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1819795** e o código CRC **DDA4F02D**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1885862** e o código CRC **D52B02F8**.

Referência: Processo nº 53000.056615/2011-18

SEI nº 1885862

EM nº 00327/2017 MCTIC

Brasília, 11 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056615/2011-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Borba/AM.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

EM BRANCO